



Temas Emergentes em Psicologia

Temas Emergentes em Psicologia

Juliana dos Santos Corbett

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Ana Paula Basqueira

Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Corbett, Juliana dos Santos
C789t Temas emergentes em psicologia / Juliana dos Santos
Corbett. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A.,
2018.
229 p.

ISBN 978-85-522-1183-9

1. Psicologia. 2. Formação do psicólogo. 3. Atuação do
psicólogo. I. Corbett, Juliana dos Santos. II. Título.

CDD 150

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Teorias e práticas contemporâneas em Psicologia	9
Seção 1.1 - Psicologia latino-americana	12
Seção 1.2 - Psicologia política crítica	27
Seção 1.3 - Psicologia positiva	46
Unidade 2 Os fazeres contemporâneos em Psicologia	65
Seção 2.1 - Psicologia em emergências e desastres	68
Seção 2.2 - Psicologia ambiental	85
Seção 2.3 - Psicologia e religião	100
Unidade 3 Atuação do psicólogo em interface com outros saberes	123
Seção 3.1 - Psicologia do esporte	125
Seção 3.2 - Psicologia do trânsito	139
Seção 3.3 - Psicologia do consumidor	154
Unidade 4 Práticas psicológicas: desconstrução de pré-conceitos, atualizações e limites	173
Seção 4.1 - Saúde na perspectiva da redução de danos	175
Seção 4.2 - Psicologia, gênero e sexualidade na contemporaneidade	191
Seção 4.3 - Psicologia e sistema prisional: desafios e perspectivas	209

Palavras do autor

A cada momento novas demandas vêm se apresentando em nosso cotidiano, pois o objeto de trabalho da Psicologia são as pessoas, as quais trazem inerentes o dinamismo, a diversidade e as mudanças, que refletem, conseqüentemente, em nossas práticas. Vocês já notaram a quantidade de novas áreas de atuação e possibilidades de trabalho que a Psicologia vem apresentando? Muitas são as ações para compreender o processo de desenvolvimento e inter-relações humanas.

Para isso, vamos apresentar alguns temas que contemporaneamente estão sendo pautados e estudados diante da vasta possibilidade de compreender nosso objeto de estudo, as pessoas. A ideia é ampliar os olhares e promover reflexões sobre assuntos pouco discutidos, ou apresentados de forma equivocada. Vocês podem até pensar que não têm nenhum interesse pelas áreas ou temas que serão abordados, mas enquanto profissionais, vocês serão solicitados a contribuir em diversos contextos e precisarão respaldar cientificamente as informações e conteúdos reportados.

Vamos estudar Temas Emergentes em Psicologia. E o que seria isso? São temas que surgem em nossa sociedade a partir das relações humanas e com os quais precisamos contribuir por se tratarem de fenômenos humanos. Veremos alguns temas, como surgiram historicamente, seus impactos, importâncias e desafios para o profissional psicólogo. Iremos, a partir das situações problemas e referências bibliográficas, conhecer diferentes teorias e práticas da atuação do psicólogo a partir do contexto sócio-histórico brasileiro e latino americano. Com essa compreensão histórica, fundamental para nossa práxis, vamos entender os aspectos éticos e críticos, bem como o compromisso social e político inerentes à profissão.

Para isso, iniciaremos com as teorias e práticas contemporâneas em Psicologia. Vamos conhecer a Psicologia Latino-Americana, compreender a importância da Psicologia Política Crítica e entrar no universo da Psicologia Positiva. Com mais conceitos, veremos os fazeres contemporâneos em Psicologia, temas que se apresentam e sobre os quais precisamos nos debruçar. São exemplos a Psicologia em emergência e desastres, a Psicologia Ambiental e

Psicologia e religião. Seguiremos para a atuação do psicólogo em interface com outros saberes, pois o trabalho multiprofissional é fundamental para compreender os sujeitos de forma integral. Veremos Psicologia do Esporte, Psicologia do Trânsito e Psicologia do Consumidor. É tudo muito novo, interessante e são muitas as possibilidades de atuação e intervenção que exigem novos olhares. Para isso, terminaremos nosso livro com as práticas psicológicas: desconstrução de pré-conceitos, atualizações e limites, pois além de temas atuais, são temas para os quais precisamos olhar a partir de uma nova ótica, com novos pensamentos e com vistas a construir limites para nossa atuação.

Quantas possibilidades de atuação!

Teremos muitas ferramentas que contribuirão com esse processo de estudos, dúvidas e descobertas, e tenho certeza de que outras tantas possibilidades de atuação irão emergir de você. Você faz parte dessa construção e, por isso, precisamos caminhar alinhados para garantir essas descobertas.

Teorias e práticas contemporâneas em psicologia

Convite ao estudo

Nesta unidade vamos abordar teorias e práticas mais contemporâneas em Psicologia, entrando em contato com temas emergentes do trabalho do profissional psicólogo. É até complicado falar de temas emergentes de uma profissão tão nova, mas por termos o Homem como objeto de estudos, nossos olhares devem sempre partir de novas possibilidades de fazeres em relação ao desenvolvimento humano. Vamos abordar as temáticas de forma contextualizada, compreendendo os sujeitos como diversos e considerando a pluralidade cultural existente em nosso país.

Para tanto vamos trabalhar os textos, leituras, compreensões e situações-problema de forma crítica, flexível e em construção, como devem ser nossas ações, conhecendo as diferentes teorias e práticas de atuação do psicólogo a partir do contexto sócio-histórico brasileiro e latino-americano, de modo a compreender os aspectos éticos, críticos e o compromisso social e político inerentes à profissão, afim de contribuir cada vez mais com o público que precisar de nosso trabalho.

Analisaremos um projeto de intervenção realizado em alguma comunidade e verificaremos como os conteúdos trabalhados nessa unidade se articulam com a atuação do profissional psicólogo, identificando os objetivos do projeto, e suas possíveis práticas.

Durante muito tempo, o Brasil importou teorias e informações de diversas áreas que, no geral, não eram condizentes com a realidade do país. Na Psicologia, as teorias

eram advindas, em sua maioria, dos países europeus e, no campo da Psicologia Social, as referências eram de origem norte-americana, mais especificamente da perspectiva adaptacionista, adotada por vários pesquisadores em suas intervenções com a população brasileira.

Foi na década de 70 com a crise da Psicologia Social que pesquisadores da área, principalmente da América Latina, começaram a questionar essa prática e iniciaram a construção de uma Psicologia mais relacionada às características culturais e sócio-históricas de seu povo, no nosso caso, brasileiro. No Brasil, Silvia Lane inicia uma série de investigações para tentar compreender o sujeito dentro de sua cultura, história, relações, constituição familiar, etc. Sabe-se hoje o quanto isso foi importante para o avanço das pesquisas científicas na área da Psicologia.

Em nossa prática cotidiana é imprescindível considerar essas informações, pois a partir da história e das relações de cada sujeito com o outro e com o mundo, temos como compreender sua identidade e contribuir com seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, consideramos que no Brasil existem muitos "Brasis" e, mesmo dentro de cada Estado, temos diferenças regionais significativas. Neste sentido, um jovem que nasce, cresce e se desenvolve num centro urbano se constitui enquanto sujeito completamente diferente de um jovem proveniente da área rural.

Considerando essas distinções e peculiaridades vamos falar do caso de Maria, uma psicóloga que nasceu e cresceu em um centro urbano, mas que, como passou em um concurso público para atuar em serviços da Política de Assistência Social, foi trabalhar em um CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) num bairro onde a maioria dos usuários são advindos da área rural. Nesse novo trabalho, Maria executa algumas ações nas quais ela não tem ficado muito confortável, como visita domiciliar, condução de grupos, acolhimento do cidadão, encaminhamentos e discussões

de casos. No trabalho de Maria, ela foi convidada a compor um projeto de acolhimento, mas precisa de ajuda para rever sua prática, pois está com dificuldades em compreender essa população para melhor atendê-la ou encaminhá-la, com a finalidade de atender suas demandas.

Como poderíamos contribuir com Maria? Quais conhecimentos seriam importantes para que ela possa criar ferramentas em seu cotidiano? Vamos ajudá-la?

Para contribuir com Maria e tantos outros profissionais, nesta unidade iremos ver três grandes temas divididos em seções. Na primeira seção iremos olhar para a Psicologia Latino-Americana, sua construção histórica, o que tem em comum em nossa identidade latina e principais autores. Seguiremos discutindo a Psicologia Política Crítica, uma visão crescente considerando conjunturas e representações sociais em construção, a partir de nossas relações e práticas comunitárias e sociais. E, na terceira seção, iremos conhecer melhor a Psicologia Positiva, as emoções positivas, compreender o que significa resiliência e como colocar esses temas em prática.

Temos temas diversos e potencialmente instigadores a cada unidade.

Vamos começar!

Seção 1.1

Psicologia latino-americana

Diálogo aberto

Nesta unidade e nesta seção exploraremos a história da Psicologia Latino-Americana e conheceremos melhor nossas origens em relação à Psicologia Social no Brasil e em países vizinhos que vivenciaram histórias bem parecidas, onde essa busca por uma nova Psicologia lança olhar para as desigualdades vividas. Por isso, vamos conhecer as contribuições de autores importantes nessa área do conhecimento, além de termos a apresentação das tendências e da evolução da Psicologia Política na América Latina.

Nesse caminho conhecemos a Maria, uma psicóloga que atua no serviço da Assistência Social. Maria cresceu com uma realidade bem diferente da que está atuando e tem encontrado dificuldade para lidar com algumas questões e situações que se apresentam no cotidiano de seu trabalho. Maria foi convidada a compor e a articular com os colegas um projeto de acolhimento, mas precisa de ajuda para rever sua prática, pois está com dificuldades em compreender a população com a qual trabalha e suas demandas.

Durante um período de trabalho, Maria recebe dois moradores: o primeiro foi o Sr. Joaquim, um senhor de 57 anos que procurou o serviço para obter informações sobre aposentadoria, pois tem adoecido constantemente em decorrência de seu trabalho na lavoura. O segundo atendimento foi com D. Ana, uma senhora de 60 anos que mora ali perto e procurou o serviço para entender melhor como pode ajudar seu neto que tem se envolvido com drogas. Maria atende cada um de forma bastante acolhedora, compreende suas necessidades e os encaminha para outro atendimento de acompanhamento na unidade de saúde, que não fica tão perto. Apesar do ótimo atendimento, Maria realiza encaminhamentos semelhantes para ambos os moradores, mesmo que tenham demandas diferentes e que não consiga compreender suas reais motivações para procurar o atendimento. Além disso desconsidera a dificuldade com o transporte que essa comunidade enfrenta. O

projeto que ela deveria executar seriam rodas de conversa para acolher as demandas dos moradores de forma coletiva, porém continua realizando seu trabalho de forma individual. Quais seriam os conceitos importantes que contribuiriam para Maria melhorar sua prática? A partir dessa contribuição, como essa trabalhadora poderia melhor atender esses casos?

Compreender nossa história e os conceitos que contribuem para um melhor entendimento dos contextos é fundamental em qualquer trabalho, mas na área em que Maria atua, isso é fundamental. É sempre importante ampliar conhecimentos, focando em nossa *práxis* para um fazer mais ético e compromissado.

Para isso vamos focar em quatro conteúdos: Origens da Psicologia Social na América Latina, Contribuições de Ignácio Martín-Baró: Psicologia Social da Libertação, Contribuições de Silvia Lane e Ana Bock: Psicologia Sócio-Histórica e Evolução e Tendências da Psicologia Política na América Latina.

Estes são conteúdos que fazem parte de nossa história e nosso fazer. Aproveite o item Não pode faltar, lá vocês terão acesso aos conteúdos para construir as ferramentas de um fazer contextualizado e com as possibilidades para ajudar a Maria em seus impasses profissionais.

Não pode faltar

Compreender nossa história é fundamental para compreender nossos fazeres e, dessa forma, conseguir projetar nossas possibilidades de atuar, aproveitando as experiências e diminuindo os equívocos. Além disso, saber que temos ressonância com pensamentos de outras pessoas e em muitos lugares diferentes, coloca-nos como cidadão do mundo, onde a solidão não tem morada.

Somos colonizados, temos essa história e em várias situações e momentos históricos reproduzimos um fazer acrítico e sem tanta consciência de nossas ações. Esse é um breve panorama da América Latina. A história e a organização socioeconômica de nossos vizinhos se constituíram de formas muito parecidas com as nossas, o que nos dá certa homogeneidade político e cultural. Para a Psicologia não é diferente. A Psicologia Latino-Americana surge

com a crise da Psicologia Social, na década de 70, vinda de uma onda de questionamentos acerca da profissão, pois os profissionais da área se deparavam com a inquietação “onde estamos e para onde vamos”? Para quê psicólogos? De um lado, tínhamos uma Psicologia adaptacionista pós-guerra norte-americana e, de outro, uma busca por modelos científicos totalizantes europeus. Além disso nasciam outras reflexões mais envolvidas com as questões latino-americanas e com esforços voltados para combater a desigualdade social, visando a transformação psicossocial (LANE; CODO, 1985; MARTÍN-BARÓ, 1996).

Estes questionamentos acerca da Psicologia podem soar estranhos, mas para o momento fazia todo o sentido. Nossa profissão foi criada para atender a um seleto grupo de pessoas, consideradas a elite da sociedade e, com as questões históricas e avanços em fazeres mais críticos, surge a necessidade de uma atuação mais democrática que alcance a maioria da população de nosso país (e não apenas essa elite). Neste sentido essas perguntas eram muito pertinentes.

E foi a partir desse incômodo, mesmo com a resistência de vários profissionais e com as lutas necessárias, que iniciamos a modificação de nossos olhares e fazeres, contribuindo com a mudança da forma de pensar a Psicologia.

A partir desse panorama, os profissionais atuantes da Psicologia Social tentam compreender o que está acontecendo ao retomar sua história, pois esse campo surge com uma Psicologia Experimental concreta, voltada para a manutenção do sistema. Com essa detecção e afim de transformar a Psicologia, ampliam-se suas críticas sobre esse fazer, iniciando outro que considere as reais demandas de seu público, que são aqueles que necessitam de atenção. Questionam-se sobre sua eficácia e função, olhando para as especificidades latino-americanas e fazendo a pergunta: a quem estamos servindo? (LANE; BOCK, 2003; HUR; LACERDA JR., 2017).

Essa pergunta é fundamental para ampliar as reflexões críticas, principalmente por ser um momento de ditadura no Brasil e na maioria dos países vizinhos, com guerrilhas, sem liberdade e com o fim dos direitos sociais e políticos.

Nesse movimento de reflexão crítica, muitos foram os encontros, reuniões e eventos com os profissionais da Psicologia Social. No

encontro de 1979 da ALAPSO (Associação Latino Americana de Psicologia Social), no Peru, foi Silvia Lane quem trouxe o desejo e o ânimo para a constituição da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), sendo em 1980 no Rio de Janeiro que este se constituiu. Hoje com mais 22 instituições a ABRAPSO compõe a FENPB (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira). Desde sua criação a ABRAPSO se preocupava com a construção de uma Psicologia Social Crítica, voltada para os problemas nacionais, visando uma sociedade mais justa, menos desigual e com uma ação compromissada por parte dos profissionais da Psicologia em buscar qualidade de vida para a sociedade brasileira (LANE; BOCK, 2003).

Para a Psicologia Social, os conceitos como atitude, socialização, grupo, relações interpessoais e percepção compõem o corpo teórico básico dessa área, porque estes são fundamentais para o entendimento do desenvolvimento humano, bem como para assimilar como as relações sociais se dão. Além disso são conceitos que só podemos compreender considerando as construções culturais e históricas dos indivíduos, visto que somos seres gregários. Daí a importância do desenvolvimento de uma ciência a partir do público com que trabalhamos. E é por isso que a Psicologia Latino-Americana faz mais sentido e responde melhor aos fenômenos sociais que neste continente se apresentam, estando o Brasil aí incluso. Temos muitos "Brasis" e precisamos estar atentos, enquanto profissionais, para essa diversidade, para essa forma de viver e compreender os fenômenos.

Veja o tamanho da importância em voltar o olhar profissional para os contextos e demandas com os quais trabalhamos. Muitas mudanças em nossa área aconteceram em função dessa quebra de paradigma. Precisamos olhar os fenômenos de forma multifatorial e plural, além de compreender, de forma integral, os usuários dos locais em que trabalhamos. Só assim poderemos contribuir com cada pessoa que se apresente em nosso caminho profissional de forma empática e preocupada com suas demandas.

Com os estudos e pesquisas de Sílvia Lane, a partir de 1970, foi possível avançar em saberes, com a disseminação da Psicologia e a possibilidade de maior acesso ao trabalho do psicólogo. Esse avanço se deu a partir de dois pontos: primeiro dos estudos e de intervenções a respeito da situação em que os cidadãos brasileiros vivenciavam e dos debates com os profissionais da América Latina, onde a realidade social, econômica, cultural e política são semelhantes. O voltar-se para as discussões sobre as demandas sociais mais contextualizadas com a população brasileira foi fundamental para a mudança de paradigmas (LANE; CODO, 1985).

Na obra de Sílvia Lane o conhecimento deveria ser útil para a transformação social e para a diminuição da desigualdade. Para ela, o fazer do psicólogo deveria caminhar para a garantia de que todas e todos tenham condições dignas de viver (BOCK, et al. 2007).

A necessidade de adequar a Psicologia a realidades dos países latino-americanos resultou na busca e construção de novos caminhos. No Brasil, muitas foram as contribuições fundamentadas em reflexões teórico-práticas, destacando-se Sílvia Lane, Ana Bock, Bader Sawaia, entre outros.

Ana Bock é psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1975. É mestre (1991) e doutora (1997) em Psicologia Social pela mesma instituição, onde é professora titular, ministrando aulas no curso de graduação em Psicologia e no curso de pós-graduação em Psicologia da Educação. Tem várias publicações como organizadora, autora e coautora. Foi presidente do Conselho Federal de Psicologia por três gestões. É presidente do Instituto Sílvia Lane – Psicologia e Compromisso Social. É importante destacar que Bock foi orientada por Lane tanto no mestrado como no doutorado, tendo dado continuidade às pesquisas de Lane (BOCK, [s.d.]).



Sugerimos que você assista ao vídeo produzido pelo Conselho Regional de Psicologia, no qual são apresentadas as ideias de Silvia.

CRP SP - Projeto Diálogos 7 – Silvia Lane (2014). Disponível em: <https://youtu.be/CItPIWoInM0>. Acesso em: 28 mar. 2018.

Sugerimos também a leitura do artigo a seguir para que compreenda o pensamento e as ações de Ana Bock junto ao Conselho de Psicologia:

Para pensar novas formas de fazer, Silvia, buscou no Materialismo Histórico Dialético a base para a Psicologia Social Crítica que buscava transformação social. Ela procurou compreender o sujeito como um ser que interage com o meio, pois quanto mais esse se transforma, mais transforma o mundo e volta a se transformar, dialeticamente e de forma dinâmica. Junto com a autora muitos pesquisadores se identificaram com essa forma de pensar, mas foi principalmente com Ana Bock que surgiu a Psicologia Sócio-Histórica, voltada para a realidade brasileira e considerando as reais demandas desse sujeito que é um ser histórico e produtor de mudanças (LANE; CODO, 1985; BOCK et al. 2007).

A Psicologia Sócio-Histórica toma como base a Psicologia histórico-cultural de Vygotsky (1896-1934), que incentiva a produção de uma Psicologia dialética que traz inerente a possibilidade da crítica. Segundo Bock (2004, p. 5), "concebe o Homem como ativo, social e histórico" e tem seu fundamento no marxismo, seguindo o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Para essa abordagem o fenômeno psicológico se desenvolve ao longo do tempo. Por isso, falar do fenômeno psicológico é falar da sociedade, é falar de uma subjetividade humana de forma objetiva e levar em conta onde vive esse Homem. A compreensão do mundo interno precisa, necessariamente, da compreensão do mundo externo, como onde esse sujeito vive e controla suas relações, pois estes são aspectos de um mesmo Homem em movimento que atua, interfere, se deixa interferir e dessa forma modifica o mundo que, com suas experiências, modifica e também constitui o psicológico do Homem (BOCK, 2001).

Compreender uma nova abordagem a partir das discussões latino-americanas se faz necessário, não só do ponto de vista acadêmico, mas também do ponto de vista da contribuição para a mudança social. Para isso, sugerimos a leitura do artigo que segue:

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 1, fev. 2004.

Assim como Silvia Lane e Martín-Baró, outros autores também apontavam a necessidade de uma Psicologia contextualizada com seu povo, movimentando os países latinos. Os questionamentos em relação à forma de atuação norte-americana, principalmente, era um paradigma a ser quebrado, pois entendiam que se tratava de uma ciência que não caminhava em consonância com a cultura e desenvolvimento de seu povo.

Daremos destaque para Martín-Baró, pois ele foi o psicólogo que nos convocou, para novos olhares, para que não nos conformássemos com uma visão, que ele chama de **míope**, adotada a partir do imperialismo norte-americano. Chamou todas e todos para lutar pela libertação de seus povos das condições a que estavam sendo submetidos. Ele nos chamou para a revisão de nossos fazeres e para caminhar em direção a um fazer crítico e contextualizado (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Ignacio Martín-Baró (1942 - 1989) foi um psicólogo que defendeu a ideia de que a Psicologia deve estabelecer uma estreita relação com as condições sociais, locais e históricas das pessoas com quem atua, além de compreender as aspirações desse público com quem trabalha. Era um padre jesuíta espanhol, que dedicou a maior parte de sua vida à pesquisa da difícil realidade social e política de um pequeno país latino-americano, El Salvador. Ele era um seguidor da teologia da libertação, o pai da libertação da Psicologia Social e principal referência para a América Latina da Psicologia Social, especialmente em Psicologia Comunitária e Psicologia Política. Lecionou na Universidade Centroamericana "José Simeon Cañas" (UCA) e lá foi o responsável pelo Departamento de Psicologia

e Educação. Criou o IUDOP (Instituto Universitário de Opinião Pública da UCA), o que foi considerado um verdadeiro esforço institucional do desenvolvimento da Psicologia da Libertação. Ele foi muito influente em uma ampla gama de acadêmicos e ativistas nos Estados Unidos. Toda sua trajetória com o compromisso social e com a população mais oprimida, custou a própria vida de Martín-Baró, que foi assassinado junto com seus companheiros jesuítas na madrugada de 16 de novembro de 1989, quando soldados invadiram a UCA (OLIVEIRA, 2014).



Pesquise mais

Para saber mais sobre Martín-Baró, sua história, olhares e contribuições leia os artigos indicados:

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1>. Acesso em: 10 mar. 2018.

OLIVEIRA, Lucian Borges de, et al. Vida e a Obra de Ignacio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. **Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró**, v. 3, n. 1, p. 205-230, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lucian_Oliveira/publication/271506374_Vida_e_a_Obra_de_Ignacio_Martin-Baro_e_o_Paradigma_da_Libertacao/links/54f9a6f10cf2ccffe9e1ad68/Vida-e-a-Obra-de-Ignacio-Martin-Baro-e-o-Paradigma-da-Libertacao.pdf. Acesso em: 17 mar. 2018.

A Psicologia da Libertação é a Psicologia que assume seu fazer pela camada popular da América Latina. Considerando o momento histórico, a libertação tem duas implicações: libertar a Psicologia enquanto prática, passando a rever sua *práxis*, seu saber e fazer, que deixam de estar a serviço de uma elite para atenderem às lutas populares, e, também, libertá-la no sentido de torná-la engajada nessas lutas (HUR; LACERDA JR., 2017).



Não se trata de abandonar a Psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 23)

Para Martín-Baró a conscientização é fundamental para a transformação e para o avanço social, sendo um dos papéis do profissional psicólogo. Esse é um conceito cunhado por Paulo Freire, brasileiro que também dedicou sua vida para a melhoria da qualidade de vida da população desfavorecida e em vulnerabilidade social e econômica. Conscientização é o processo de transformação pessoal e social que experimenta a população latino-americana quando passa pelo processo de saber de si, saber do outro, saber do mundo, num processo de desvendar a realidade frente uma inserção crítica na sociedade (FREIRE, 1968, 2005; MARTÍN-BARÓ, 1996; HUR; LACERDA JR., 2017).

Paulo Freire (1921-1997) acreditava em uma educação libertadora, como Martín-Baró em relação à Psicologia. Denominava-se um educador do mundo e atuava com a perspectiva da relação humana como processo de aprendizagem. Para Freire (1996) a conscientização se dava a partir da decodificação do mundo, sendo o ler e escrever fundamental para isso. Dedicou sua vida às pesquisas sobre alfabetização e depois ao processo de libertação do oprimido das relações opressoras. Falava de educação social, das necessidades do aluno e também dos problemas sociais que o afligiam. Segundo o autor, a educação era uma ferramenta muito além dos padrões acadêmicos e uma necessidade de estimular o povo para participar da vida pública, no engajamento social.

Para ele, a decodificação da palavra escrita leva a decodificação da situação existencial de quem se permite percorrer esse caminho de conhecimento. Em sua pedagogia da libertação, era clara a crítica por termos uma sociedade preponderantemente patriarcal e elitista. Sua história foi traçada pela luta em conscientizar o oprimido. Seu livro "A Pedagogia do Oprimido", sem dúvida é sua obra mais importante e a mais lida, foi traduzida e vem sendo publicada em

mais de vinte idiomas. Seus textos têm fundamental importância não só por tratar da Pedagogia, mas por ter exposto seu raciocínio filosófico-político de educador do mundo (GADOTTI, 1996).

Para Martín-Baró (1996), a conscientização tem início quando a sociedade começa a decodificar dos mecanismos de opressão que desumanizam a vida das classes populares. Quando esse processo se inicia, abrem-se possibilidades para a transformação do sujeito em sua dimensão pessoal e, dialeticamente, para a transformação do mundo em sua dimensão social e política.



Assimile

Quantas velhas, mas novas informações! Para melhor compreendê-las é importante retomar:

Conscientização – Tornar consciente, ampliar olhares de forma crítica (FREIRE, 1970 apud MARTÍN-BARÓ, 1996).

Contexto social – o que está em volta, rodeia o campo, o ambiente onde estão as pessoas.

Práxis - O saber prático e teórico se construindo e avançando dialeticamente, numa ação transformadora (MARTÍN-BARÓ, 1996);

Então, a partir da apresentação de ambos os autores, é possível afirmar que tanto Freire como Martín-Baró acrescentaram e contribuíram muito tanto para o mundo acadêmico, quanto para a transformação da realidade da população, sendo que este segundo, era o que motivava ambos em seu fazer prático transformador.

Na América Latina, temos o ideal de nossa emancipação política e econômica a ser alcançado através da unidade continental, numa tentativa de resistência aos países imperialistas. Nossa realidade latino-americana é marcada pela exploração, crescimento desordenado e regimes totalitários, o que nos trouxe ao panorama da desigualdade social, acarretando violências, aculturação, exclusão social, má distribuição de renda, que leva ao empobrecimento da maioria da população, violação dos direitos humanos e discriminação racial e de gênero (SILVA, 2013).

Ainda segundo a autora, enquanto psicólogos, nossa perspectiva deve contemplar o compromisso social com a categoria e com a população brasileira, na inserção das políticas públicas nas comunidades, atuando com as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social, no acompanhamento dos usuários de substâncias psicoativas, nas organizações jurídicas, no cuidado à população frente a emergências e desastres, na universidade, bem como no acolhimento de crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, além de colaborar no controle social da mídia e das instituições sociais e tantos outros campos com os quais vamos poder contribuir.

Assim, o que não podemos naturalizar as desigualdades, as opressões, o desrespeito pelas diferenças e diversidades e/ou tantas situações que minimizam as lutas históricas dos movimentos populares constituídos por mulheres, trabalhadores/as e a comunidade LGBTQIAPN+. Torna-se, essencial compreender que as opressões e violências sociais que a população brasileira e da América Latina vivenciam diariamente como um fator de violação histórica de direitos, socialmente, conquistados.

A Psicologia latino-americana foi fundada em posicionamentos epistemológicos pautados na historicidade, atendendo às individualidades e peculiaridades dos indivíduos e de suas comunidades (SILVA, 2013).

Uma alternativa à Psicologia Crítica, política com compromisso social, seria compreender os temas que se apresentam diariamente, como o sofrimento humano, que advém tanto das relações de opressão, quanto do preconceito, das drogas, da loucura, do moralismo, das relações de gênero, etc., pois muito ainda temos que avançar.

Mas os contextos sociopolíticos sempre vão apresentar novas formas de dominação e opressão, pois mesmo que tenhamos a falsa sensação de sanar certos desconfortos e problemáticas sociais, outras dificuldades sociais e dilemas vão surgir (MORALES, 2016).

O que não podemos perder de vista é o que já aprendemos para estarmos atentos aos contextos sociais, agindo conforme a demanda e a cultura local e trabalhando com conscientização para uma ação prática transformadora. Somos seres políticos, que interferimos e modificamos o mundo a todo momento e nos deixamos modificar por ele. Alguns teóricos perguntam se há possibilidade de alguma

Psicologia não ser política. E com nossa história, percebemos que não.

Como é importante trabalhar e verificar que o nosso fazer tem ressonância com o local e as pessoas com as quais trabalhamos, precisamos entender com quem conversamos, pois, ao contrário, a compreensão das dúvidas e demandas dos sujeitos que se apresentam ficariam muito distantes. As subjetividades são construídas a partir das relações, das histórias e das vivências. Se chegamos depois, precisamos entender e estar disponíveis para não invadir ou acreditar que o de fora é melhor, mas aceitar a troca para juntos aprendermos com o que existe e com o que está chegando ou sendo construído.

Estudar a história da Psicologia Social latino-americana, conhecer seus avanços, como se constituiu e como tem caminhado é de fundamental importância para uma revisão de atitude profissional dos psicólogos de todas as áreas, principalmente da área social. Ser apenas agentes mantenedores da ordem não ajuda os sujeitos em seu processo de crescimento. Precisamos nos tornar agentes transformadores da realidade, exercendo o papel libertador inerente à Psicologia. Compreendendo os sujeitos de forma dinâmica, em constante movimento (LANE, 1985).

Sem medo de errar

Vamos retomar a situação em que Maria se encontrava. Ela estava trabalhando e recebeu dois moradores para atendimento, o primeiro foi o Sr. Joaquim, um senhor de 57 anos que procurou o serviço para obter informações sobre aposentadoria, pois tem adoecido constantemente em decorrência de seu trabalho na lavoura. O segundo atendimento foi com D. Ana, uma senhora de 60 anos que mora ali perto e procurou o serviço para entender melhor como pode ajudar seu neto que tem se envolvido com drogas. Maria atende cada um de forma bastante acolhedora, compreende suas necessidades e os encaminha para outro atendimento de acompanhamento na unidade de saúde, que não fica tão perto. Apesar do ótimo atendimento, Maria realiza encaminhamentos semelhantes para ambos os moradores, mesmo que tenham demandas diferentes, e que não consiga compreender suas reais motivações para procurar o atendimento. Além disso desconsidera

a dificuldade com o transporte que essa comunidade enfrenta. O projeto que ela deveria executar seriam rodas de conversa para acolher as demandas dos moradores de forma coletiva, porém continua realizando seu trabalho de forma individual. Quais seriam os conceitos importantes que contribuiriam para Maria melhorar sua prática? A partir dessa contribuição, como essa trabalhadora poderia melhor atender esses casos?

Para responder aos questionamentos propostos, você deve considerar que Maria ainda estava perdida, o que é de se esperar no início de um novo trabalho. Porém, ela não considerou as especificidades dos usuários, não tentou compreender o que de fato eles estavam buscando antes de receberem um encaminhamento. A primeira coisa que ela deveria tentar compreender era se os usuários teriam condições de ir até a unidade de saúde. Se a roda de conversa estivesse acontecendo, ela teria mais informações sobre a comunidade e seus moradores, tendo mais informações para um melhor atendimento. Maria precisa entender melhor o contexto da comunidade, pois dessa forma entenderá melhor a demanda e, assim, terá mais subsídios para seu trabalho. Ela também precisa compreender que seu trabalho deve estar alinhado com o compromisso e com a práxis da Psicologia. Compreendendo práxis como o fazer teórico-prático e dinâmico, no qual precisamos avançar nas ações, sempre acompanhando as discussões, pesquisas e fazeres baseados nas experiências e informações referentes aos nossos usuários. Maria, estava chegando, mas poderia ter feito um reconhecimento em seu território: quais são os serviços existentes, com quais profissionais se pode contar, existem outros atores que compõem a rede de atenção em que os usuários confiam ou têm vínculo? Estar em uma comunidade é muito bom, mesmo que existam os limites quanto aos centros e que isso complique o deslocamento ou o acesso de serviços mais gerais, mas as relações podem ser mais estreitas e o compreender o cotidiano da comunidade junto com a comunidade faz toda a diferença para a compreensão do processo grupal.

Quanto mais envolvida e quanto mais desenvolve o projeto, mais condições de contribuir com a comunidade e diminuir as desigualdades ela terá. Com o projeto em ação, terá contato com mais moradores e, dessa forma, outras possibilidades de intervenção poderão surgir como possibilidades.

Faça valer a pena

1. Compreender o contexto de nosso trabalho e da população com a qual atuamos, além de ser importante para nosso fazer, foi o grande mobilizador da mudança da Psicologia Social no Brasil e na América Latina. Neste sentido, ter passado pela crise de se perguntar “a quem estamos servindo?” foi fundamental para o avanço da Psicologia enquanto uma ciência mais alinhada com a possibilidade de responder fenômenos do público com que atua de forma crítica, visando a transformação social.

Considerando esse processo de atuação contextualizada, assinale a alternativa correta sobre os processos de transformação da Psicologia Social.

- a) Processo que visou a manutenção das situações vivenciadas nos países norte-americanos.
- b) Movimento necessário para responder que servimos à elite europeia.
- c) Processo fundamental para rever nosso papel e função enquanto área do conhecimento que deve estar alinhado com o compromisso social.
- d) Movimento que mobilizou a Psicologia Jurídica, deixando claro seus interesses nas relações asiáticas.
- e) Processo fundamental para rever nosso papel e função enquanto prática hegemônica e sem função social.

2. I- Martín-Baró e Paulo Freire têm em comum em suas trajetórias o desenvolvimento de suas teorias focadas na contribuição da população menos favorecida. Para tanto, utilizam o conceito de conscientização cunhado por Freire.

PORQUE

II- Tanto na Pedagogia, quanto na Psicologia, é fundamental levar o sujeito a ampliar seus olhares em relação com o mundo, visando a diminuição da desigualdade e da opressão.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

3. Para a abordagem sócio histórica, a compreensão do mundo interno precisa, necessariamente, da compreensão do mundo externo, como onde esse sujeito vive e controla suas relações, pois estes são aspectos de um mesmo Homem em movimento que atua, interfere, se deixa interferir e dessa forma modifica o mundo que, com suas experiências, modifica e também constitui o psicológico do Homem (BOCK, 2001).

Sobre o enunciado é correto afirmar:

I- Estamos falando da abordagem sócio-histórica, pensada a partir de Silvia Lane.

II- Estamos falando do Materialismo Dialético iniciado por Martín-Baró.

III- Trata-se de uma forma de pensar e agir em consonância com a manutenção do sistema.

Sobre a abordagem apresentada, verifique as verdadeiras e assinale a alternativa correta:

- a) I, II e III estão corretas.
- b) I e II estão corretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) Apenas I está correta.
- e) Apenas III está correta.

Seção 1.2

Psicologia política crítica

Diálogo aberto

Foi na década de 1970 que começaram os questionamentos sobre as práticas da Psicologia Tradicional e, a partir dessas reflexões, deu-se a construção de uma Psicologia mais contextualizada, que passou a considerar as características culturais e sócio históricas dos indivíduos e dos locais onde atuava. Em nossa prática é imprescindível considerar os contextos, as histórias e os olhares psicossociais, pois só assim compreendemos como os sujeitos veem o mundo e como se relacionam, construindo sua identidade. Temos muitos “Brasis” e olhar para eles de forma empática, compreendendo suas histórias, se faz necessário na prática do psicólogo.

Nesta seção, continuaremos a acompanhar a psicóloga Maria, que tem experiência mais urbana, e que passou em um concurso público para atuar em serviços da Política de Assistência Social, em um CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), num bairro onde a maioria dos usuários são advindos da zona rural. Nesse novo trabalho Maria está precisando aprender e experimentar novas formas de trabalho para melhor exercer suas atividades. Maria foi convidada a compor um projeto de acolhimento, mas precisa de ajuda para rever sua prática, pois está com dificuldades em compreender essa população para melhor atendê-la ou encaminhá-la em suas demandas.

Maria se deparou com situações com as quais não estava acostumada e das quais não tinha dimensão, como o tipo de trabalho e os desafios que estava enfrentando, pois chegara em um cargo e em um local de trabalho novos para ela. Ao entrar em campo, Maria percebeu que precisaria se aprofundar na teoria. Começou a perceber que compreender o sujeito de forma singular faz toda a diferença no resultado de seu trabalho, de forma que tem executado suas tarefas cotidianas com mais qualidade e tranquilidade, conseguindo, assim, sair para fazer algumas visitas domiciliares. Compreendeu que o bairro onde tem atuado fica distante de outros serviços, inclusive do centro de saúde mais próximo. Percebeu, por exemplo, que dona

Ana participa bastante das atividades desenvolvidas por se sentir só. Por isso tem feito muitos atendimentos individuais com essa senhora e, inclusive tem indicado a ela alguns benefícios sociais.

Maria avançou muito em seu processo de trabalho ao perceber que precisa conhecer melhor as histórias das pessoas e a cultura local. Porém, está com dificuldade em relação a sua equipe. E esta é a situação-problema dessa unidade.

Maria acredita que o seu trabalho com D. Ana está avançando, mas não tem acolhido muitas das críticas dos colegas em relação à necessidade de olhar a comunidade como um todo, de pensar estratégias coletivas de trabalho e de perceber que as ações devem ser pensadas para a maioria e não apenas para dona Ana. Além disso, Maria ainda não tentou realizar o projeto que deveria ser desenvolvido de forma coletiva, dessa forma não tem podido acolher outras demandas, que são muitas.

O que mais Maria deve considerar em seus atendimentos, nas relações com a comunidade e com seus colegas de trabalho? Quais cuidados ela deve ter enquanto uma profissional da Psicologia Social? Será que está de fato compreendendo seu papel e as tantas possibilidades que esse campo apresenta para um fazer mais crítico, possibilitando um desenvolvimento também crítico e mais autônomo da população que procura por ela?

Vamos compreender um pouco mais sobre os saberes e as práticas da Psicologia Comunitária, Psicologia Social e Psicologia Política, pois entender as representações sociais nesse campo e entrar em contato com os outros campos de conhecimento e de intervenção dessa área de atuação também são práticas importantes.

Conhecer e compreender nossa história nos permite avançar nos olhares referentes a esse tema e nos permite desmistificar o senso comum. Vamos, então, mergulhar nessa temática e compreender o quanto fundamental ela é em nossas vidas?

Não pode faltar

Certamente você já ouviu alguém dizendo que odeia política. Ou, por vezes, presenciou discussões e até brigas quando o tema está posto em algum grupo, no trabalho ou mesmo entre amigos.

Opiniões semelhantes sobre um mesmo tema podem não possibilitar avanços no desenvolvimento de pensamentos criativos, de novas construções de conjuntura e ampliação de possibilidades. Nesse sentido, concordâncias podem permitir o avanço do conformismo enquanto que as divergências de opiniões podem ser consideradas fundamentais na construção de pensamentos e de ideias ampliadas e críticas.

Mas o que a Psicologia tem a ver com essa discussão?

Como em diversas áreas e temáticas, também nas Psicologia Social e Psicologia Comunitária não existe um consenso a respeito da Psicologia Política. Dentre as possibilidades de conceituação, vamos apresentar duas perspectivas: a Psicologia Política e a Psicologia da Política. De um lado, a fundamentada na concepção crítica e, de outro, uma perspectiva da neutralidade científica (LHULLIER, 2011).

Segundo Sabuceno (1996 apud LHULLIER, 2011), definir essa diferença é fundamental, embora, em um primeiro momento, não pareça importante, mas, como estamos falando de possibilidades e limites, o autor nos faz refletir sobre as diferenças entre uma Psicologia Política e uma Psicologia da Política:



Se falamos de psicologia política, nos deparamos com uma disciplina que assume que a psicologia não é algo completamente alheio e à margem da política, que a própria psicologia contém teorias políticas. Se, em vez disso, nos referimos a uma psicologia da política, estamos ante uma abordagem totalmente diferente. Neste último caso, a psicologia e a política seriam duas entidades absolutamente diferenciadas. A finalidade dessa disciplina, a psicologia da política, consistiria na aplicação do conhecimento psicológico ao estudo dos fenômenos políticos. Esse conhecimento psicológico seria gerado a partir de instâncias científicas que se consideram axiologicamente assépticas e neutras. (SABUCENO, 1996, p. 19 apud LHULLIER, 2011)

Neste sentido, a neutralidade científica é um pressuposto da Psicologia da Política, identificada com uma abordagem acrítica da Psicologia, de um conhecimento psicológico objetivo e isento de valores (LHULLIER, 2011). O que sabemos, e já avançamos, é que

é impossível para qualquer cientista ser isento de valores, mas que podemos e devemos ter ações neutras em nossos fazeres.



Assimile

Neutralidade

"Condição daquele que se abstém de tomar partido, que se mantém neutro" (NEUTRALIDADE, [s. d.]).

Segundo Przemyslaw (1982), o desejo da neutralidade fez parte da construção da psicologia enquanto profissão. E esse peso da exigência de uma neutralidade sempre foi colocado sobre o psicólogo em todas as suas atividades profissionais. A busca pelo ideal de neutralidade tem sua origem na afirmação científica da psicologia.

A necessidade em se afirmar enquanto ciência humana, levou os psicólogos a rigorosos cuidados na discriminação do que é científico e do que é ideológico. Esses cuidados são essenciais no processo de formulação científica, porém, não são suficientes para garantir uma neutralidade, o que é algo teoricamente impossível. Ter a consciência da impossibilidade de uma neutralidade absoluta é fundamental.

Mas a neutralidade foi aos poucos deixando de ser um ideal somente científico para se tornar uma espécie de valor supremo da prática profissional do psicólogo. Mas não podemos confundir ideal de neutralidade com seu fato e cair na ilusão de uma postura isenta, "honestas" ou "puras", seja na pesquisa, na epistemologia, na psicologia da educação, na psicologia industrial, ou na clínica. (PRZEMYSŁAW, 1982, p. 109)



Não somos neutros, nossa ação deve ser neutra.

Crítica

- 1 **Apreciação de uma obra literária, científica ou artística.**
- 2 **Avaliação baseada apenas na razão, com um propósito final.**
- 3 **Análise detalhada de qualquer fato.**
- [...] 9 **(FILOS) Análise lógica, científica e moral de um**



conceito ou ideia.

10 (FILOS) Argumentação dos iluministas acerca de todas as crenças e dogmas. (CRÍTICA, [s. d.]

Ainda sobre crítica, temos:



Não empregamos essa noção (de crítica) no seu sentido vulgar de recusa de uma modalidade de conhecimento em nome de outra. O objetivo, ao contrário, é situar o conhecimento, ir à sua raiz, definir os seus compromissos sociais e históricos, localizar a perspectiva que o construiu, descobrir a maneira de pensar e interpretar a vida social da classe que apresenta esse conhecimento como universal. (FORACCHI; MARTINS, 1983, p. 2 apud MEIRA, 2012, p. 18)

A não neutralidade avança nos fazeres ao nos implicarmos com as questões que se apresentam socialmente. Vários autores e profissionais atuam nessa perspectiva, contribuindo com a possibilidade real de transformação social.



Assimile

Política – “pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza” (BOBBIO, 1992, p. 955).

Foi na década de 1970 que a Psicologia Política assumiu sua identidade nos países do hemisfério norte, estando, assim, muito ligada com a história norte-americana e reproduzindo ideologias de forma acrítica.

No Brasil, a Psicologia Política começou a se afirmar na década de 1980, com o desenvolvimento da Psicologia Social e Política, que estava efervescendo e promovendo mudanças na América Latina, onde as preocupações e olhares estavam voltados a temas como violência, ideologia, tortura, etc. Era uma Psicologia Política crítica e politizada, bem diferente da que se ouvia falar e que se desenvolvia

nos países do norte do mundo, pois visava a transformação social acima de tudo.

Aqui podemos ver como se apresenta a diferença da Psicologia Política e da Psicologia da Política, sendo que a primeira se desenvolve de forma crítica, idealizando e promovendo mudanças e transformações sociais, a partir de um olhar contextualizado para as necessidades de quem dela precisa, no caso os coletivos, e a segunda tem um fazer mais neutro, mantendo a situação de forma acrítica, constituindo-se como uma Psicologia sem avanços quanto às construções e necessidades da sociedade (LHULLIER, 2011; HUR; LACERDA JR, 2017).



Exemplificando

Aproveitando essa discussão, os três artigos indicados a seguir visam exemplificar a atuação dos psicólogos nas três maiores políticas públicas que garantem acesso à saúde, educação e outros direitos para os brasileiros.

Neste primeiro ensaio, as autoras apresentam os debates possíveis e as articulações entre a Psicologia e a Estratégia Saúde da Família (ESF).

CAMARGO-BORGES, Celiane; CARDOSO, Cármen Lúcia. A psicologia e a Estratégia Saúde da Família: compondo saberes e fazeres. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 02, p. 26-32, mai/ago. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309323899005>. Acesso em: 26 abr. 2018.

Nesse outro artigo os autores estabelecem um diálogo teórico-metodológico entre a práxis da Psicologia Comunitária e a área da Assistência Social.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 4, p. 686-699, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a04>. Acesso em: 26 abr. 2018.

Finalmente, no último artigo indicado, a autora apresenta, "de forma sintetizada, o amplo leque de possibilidades de atuação do psicólogo na instituição escolar" (MARTINEZ, 2010, p. 39).

MARTINEZ, Albertina Mitjás. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, 2010. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2250/2217>. Acesso em: 26 abr. 2018.

É na década de 1950 que se iniciam as sistematizações da Psicologia Social. Mas isso ocorre de forma tradicional e pragmática, visando a produtividade e com um foco adaptacionista do sujeito (LANE; BOCK, 2003; BOCK, 2007). Como em todo processo científico, os autores da época trabalhavam nessa perspectiva. É importante destacar que, na década de 1960, o Brasil vivenciou, por aproximadamente duas décadas, um período de violência e repressão, que ocorreu concomitantemente à regulamentação da profissão e aos questionamentos de qual seria o papel do psicólogo enquanto profissional.

A crise nos levou a indagações, principalmente em função do panorama sociopolítico em que a população vivia. Como profissão, continuaríamos a servir à elite, acriticamente, ou avançaríamos com nosso trabalho para a conscientização? Dessa forma, o profissional psicólogo se volta para as ações com a população carente, que, nessa época, assumiam um forte cunho assistencialista e, por vezes, manipulativo (LANE, 1996). Entretanto, este avança num fazer mais crítico quando passa a considerar as reais necessidades em atuar com a desigualdade social.

Surge, assim, na América Latina, a Psicologia Comunitária, vertente que possibilita um olhar que leve em conta as diferentes vivências e suas influências nas diferentes perspectivas ao abordar os problemas psicopolíticos e os fenômenos sociais.

Uma grande transformação começa a se efetuar na área da Psicologia, pois esta se volta para a transformação social, dando ênfase às pessoas enquanto seres sociais e coletivos, e volta também sua atuação para um pensar de forma multiprofissional. Com isso amplia-se a ação do psicólogo, que foca no desenvolvimento e na emancipação do sujeito, sobretudo da população mais carente (VASCONCELOS, 1986).



Como mencionado anteriormente, apesar das controvérsias existentes na área, muito foi feito. Quais foram as reais mudanças?

Para saber mais, leia o texto de Spink (2015), em que a autora apresenta uma retrospectiva e alguns apontamentos nesses 50 anos.

SPINK, MaryJane Paris. O cotidiano como foco de pesquisa na Psicologia: o que mudou nesses 50 anos? In: O IPÉ OURO: 50 ANOS DE PSICOLOGIA NA UERJ, 2014, Rio de Janeiro. **Conferência...** Rio de Janeiro: UERJ, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mary_Spink/publication/271763332_O_COTIDIANO_COMO_FOCO_DE_PESQUISA_NA_PSICOLOGIA_O_QUE_MUDOU_NESSES_50_ANOS/links/54d0d0ff0cf20323c219cff0/O-COTIDIANO-COMO-FOCO-DE-PESQUISA-NA-PSICOLOGIA-O-QUE-MUDOU-NESSES-50-ANOS.pdf. Acesso em: 24 abr. 2018.

Leia também o artigo de Costa e Prado (2016) em que os autores trazem uma reflexão sobre a mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política.

COSTA, Frederico Alves; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Crítica, política e psicologia social: A mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 216-227, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/261/26147760012.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018.

No Brasil, a Psicologia Comunitária, hoje entendida como uma ramificação da Psicologia Social, se estruturou em três direções: a primeira foi acadêmica, pois num momento de ditadura, muitas discussões se fizeram nesse ambiente; a segunda no movimento popular, na organização, conscientização e discussão da realidade a partir dos coletivos; e, por fim, a incorporação da Psicologia Comunitária nas instituições sociais, incluindo o trabalho do psicólogo junto aos grupos na perspectiva de trabalhar as informações e a cidadania (VASCONCELOS, 1986; LANE, 1996).

Foi com esse olhar que as ações voltaram-se para a educação popular, utilizando-se da alfabetização como instrumento de conscientização no Brasil. Estas ações foram lideradas por Paulo Freire e acompanhadas por várias áreas, inclusive pela Psicologia (LANE, 1996).

Na América Latina esse movimento estava a todo o vapor, como uma massa de ideias e fazeres comuns, fortalecendo uma visão mais crítica, construindo uma Psicologia mais contextualizada, mais alinhada com a cultura e com a história de seu povo. Neste movimento podemos citar Sílvia Lane (brasileira), Maritza Montero (venezuelana) e Ignacio Martín-Baró (salvadorenho) com a perspectiva da participação social e o desenvolvimento da consciência (GÓIS, 2003). Com esses autores, a Psicologia Comunitária passa a ter status de Psicologia Política na América Latina.

Martín-Baró foi um profissional que lutou e construiu uma literatura muito importante e inovadora. E, além disso, foi e ainda é um dos nomes mais importantes para a Psicologia Social. Suas ideias influenciaram muitos profissionais na América Latina e no mundo, tendo sido difundidas, no Brasil, por Sílvia Lane e, mais contemporaneamente, pelas traduções de suas obras por Fernando Lacerda Jr. Lane estava inquieta com o fazer da Psicologia a partir de teorias e práticas que não estavam alinhadas com a nossa realidade, de maneira que Martín-Baró contribuiu imensamente com uma visão mais crítica e contextualizada da área e do fazer do psicólogo nesse campo de trabalho.

Se fizermos um paralelo com o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência, este foi o início da inserção da área junto às políticas públicas, que vieram a se fortalecer e se estruturar como campo de atuação na década de 1990. O interesse e a preocupação com o cidadão e a garantia de seus direitos iniciam com a crise da Psicologia e do desenvolvimento da Psicologia Social contextualizada no Brasil.



Reflita

Deveríamos estar bastante envolvidos nas políticas públicas, pois são os espaços legítimos de participação social e conscientização. A organização e realização de uma conferência não é algo isolado, mas é parte de um processo amplo de diálogo e democratização da gestão pública. Por esta razão, a participação popular e, principalmente a presença dos cidadãos, é fundamental para que as conferências cumpram as suas atribuições legais (BRASIL, 2011).

Para tanto é necessário o protagonismo dos usuários dos serviços públicos nesses espaços, nas conferências. Protagonismo pode ser entendido

como o envolvimento das pessoas em ações coletivas por meio de entidades associativas formais ou não, com vistas a exercer influência nas decisões governamentais. O protagonismo consiste em “[...] organizar-se politicamente para ir além da cidadania individual, atingindo o patamar coletivo” (DEMO, 2003 apud CAMPOS, 2009, p. 17).

Com o desenvolvimento da prática da Psicologia Comunitária, as definições e os objetivos do trabalho nessa área foram ficando mais claros: proporcionar o crescimento da conscientização da população mais carente, possibilitando uma participação ativa da população envolvida. E de que forma? Com as ações educativas e conscientizadoras, desenvolvidas por todos os profissionais envolvidos, de forma multiprofissional e com o foco na cidadania (LANE, 1996).

Góis (1993 apud CAMPOS, 2007, p. 11) define a Psicologia Comunitária como:

uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. [...] **Seu problema central e a transformação do indivíduo em sujeito¹.**



Exemplificando

Vários são os projetos comunitários e sociais que se desenvolveram a partir da contribuição da Psicologia. Temos referências dessas experiências em todo o Brasil. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) disponibiliza uma relação de organizações sociais de diversas áreas que podem ser consultadas. Para saber mais, acesse:

¹ Grifo da autora. Dá visibilidade ao conceito e objetivo da Psicologia Social Comunitária.

IPEA. Organizações Sociais. [s. d.]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/acaosocial/rubrique0e6e.html?id_rubrique=47. Acesso em: 08 mai. 2018.

Essa forma de fazer diferenciou-se dos fazeres do hemisfério norte, tornando-se uma referência no trabalho para um projeto político de transformação e mudança social. Consolida-se como uma Psicologia Política brasileira, assumindo um perfil politizado, crítico e militante e sendo uma forma de atuar com os carentes, os quais hoje já chamamos vulneráveis, com conscientização, emancipação e compromisso. Um fazer preocupado com os grupos sociais minoritários e marginalizados, marcados e constituídos a partir da desigualdade social numa luta contra o Estado. É por isso e por tantas lutas e fazeres que a denominação mais acertada para a disciplina, no Brasil, seria a Psicologia Política Crítica (HUR; LACERDA JR, 2017).

Avançamos em nossos olhares e críticas, mas os fazeres nem sempre acompanham esse processo. Falamos de minorias e da ausência de direitos de um grupo que infelizmente é a maioria em nosso país e também na América Latina. Até o modo como denominamos determinados grupos pode estabelecer relação de poder que “diminua” a expressão e a existência destes. Fomos marcados pela colonização e isso ainda paira sobre nossa cultura de várias formas que se manifestam, principalmente, através da desigualdade social e da intolerância que vemos diariamente nos jornais e redes sociais materializadas em violências urbanas.



Pesquise mais

Compreender esse processo histórico nos ajuda a compreender a produção de novas ideias na Psicologia e como essas levaram a novas formas de participação.

HUR, Domenico Uhng; LACERDA JUNIOR, Fernando. Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. esp, p. 28-43, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500028&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 abr. 2018.

Nesse movimento de conscientização e transformação social que chamamos de Psicologia Comunitária, também se dá a Psicologia Social. Há quem defenda que a melhor nomenclatura seja Psicologia Política Crítica, pois engloba os fazeres da Psicologia Social. Apesar do termo ter se difundido pelo mundo, a nomenclatura Psicologia Social continuou a ser adotada na maioria das obras. Tal permanência pode ser justificada pela restrição da Psicologia Comunitária à América Latina, devido às condições estruturais e sócio-históricas, já que a maioria dos países estavam sob regime militar, sofrendo violências e repressões que impossibilitaram a atuação dos profissionais de forma institucional, como ocorria em outros países. Assim, as possibilidades e necessidades dos fazeres surgiram a partir dos grupos religiosos e associações que solicitavam auxílio, sendo este o terreno mais fértil para o desenvolvimento da área.

Parece tudo misturado, porém diferente, não é mesmo?

Essas são temáticas que se completam, mas que têm suas origens a partir de constituições teóricas diferentes. A Psicologia Social no Brasil surgiu nas décadas de 1960 e 1970, assim como em toda a América Latina, inicialmente como uma área adaptacionista, com teorias e práticas importadas dos Estados Unidos (EUA). A crise na área ganha força de 1976 a 1979, a partir de eventos que ocorrem nos EUA e em Lima, com o questionamento do fazer e com formas que a Psicologia estava produzindo ciência (BERNARDES, 2011).

Essa crise vai além do teórico, pois, na prática, a população sofria e ainda sofre pela desigualdade social, pela negligência do Estado e pela falta de direitos declarados como universais e ratificados em nossa Constituição Federal, que é nossa lei maior.

O olhar voltado apenas para a elite, que poderia pagar pela atenção do psicólogo, já não cabia mais. Então a população faz um quase um “chamamento”, um “presta atenção”, um “e ai Psicologia, vai se transformar ou manter a situação como está?”.

À luz das ideias de autores mais revolucionários e que mantinham a resistência, temos a história de uma Psicologia Social mais alinhada com o contexto brasileiro. Considerar um contexto único já não é fácil, pois temos vários Brasis, porém avançamos e conseguimos ficar mais alinhados com as necessidades da população que é assolada por uma desigualdade social e estrutural, mantida ao longo

desses anos e com a qual ainda temos de lidar, pois, infelizmente, essa situação está longe de ser superada.



Assimile

Assista ao documentário apresentado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo intitulado *A Psicologia Social e o Social na Psicologia*. O vídeo faz parte do projeto Memória da Psicologia do CRP-SP, narra a história da Psicologia Social em São Paulo a partir da década de 1930 e traz depoimentos de vários profissionais da área.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. *A Psicologia Social e o Social na Psicologia* (2014).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PeOqV1zvXkE&t=84s>.
Acesso em: 11 abr. 2018.

A Psicologia Social tem como foco estudar e compreender como o comportamento dos indivíduos são influenciados socialmente no coletivo. Somos seres gregários e necessitamos de outras pessoas desde que nascemos, seja para sobrevivência, seja para nos sentirmos pertencentes, membros de um grupo, pois somos apenas em relação aos outros. É no confronto com outros que construímos nosso “eu”. Precisamos das relações para nos definir, para nos identificar e pertencer. Dessa forma, a Psicologia Social é uma área do conhecimento que atua na dimensão subjetiva dos fenômenos sociais (LANE, 1985; JACQUES, 2011).

Freud já dissertava sobre toda psicologia ser social, pois é impossível compreender o Homem como ser isolado. Compreender a influência do meio, do contexto sócio histórico sobre o indivíduo é o objetivo da Psicologia Social. Para tanto, várias são as temáticas e conceitos desenvolvidos e estudados a partir desse objetivo, sempre na tentativa de compreender o indivíduo no meio social. São alguns deles: identidade, comunicação, linguagem, ideologia, subjetividade, processo grupal, gênero, entre outros. Sempre visando compreender o desenvolvimento e relações dos sujeitos em seu meio social (JACQUES, 2011).

A história da Psicologia Social se constrói no Brasil em conjunto com a Psicologia Comunitária e avança a partir do interesse da categoria

em contribuir de forma crítica com a população desfavorecida, não necessariamente economicamente, mas com o não acesso a algum direito. A construção de uma nova Psicologia, se dá numa perspectiva crítica ao poder hegemônico, considerando que o processo histórico é contínuo, porém não linear (JACQUES, 2011).



Vocabulário

Hegemonia

he-ge-mo-ni-a

sf

1 Supremacia de um povo nas federações da Grécia antiga.

2 Preponderância de uma cidade, estado, país, povo etc. entre outros: "Prudente de Moraes teve de enfrentar a oposição dos Estados que se opunham à hegemonia de São Paulo" (LA1).

3 (POR EXT) Superioridade incontestável; preponderância, primazia, supremacia: A hegemonia dos afrodescendentes nas danças de rua é cada vez mais notória.

4 (POLÍT) De acordo com Antonio Gramsci (1891-1937), poder político que se origina da liderança, da autoridade ou do consenso intelectual ou moral, que difere da superioridade decorrente do uso da violência.

ETIMOLOGIA

gr hēgemonía. (HEGEMONIA, [s. d.]

Compreender os fenômenos sociais de forma contextualizada é algo que a Psicologia Social tenta alcançar. Neste sentido, utiliza a representação social para colaborar com essa tentativa. Falar sobre representação social não tem sido uma tarefa fácil, pois mesmo organizada por Moscovici, este deixou o conceito aberto intencionalmente, por considerar ser um processo dinâmico frente as demandas humanas e sociais (MOSCOVICI, 2005).

As Representações Sociais são teorias que tentam tornar familiar o que não é familiar, num primeiro momento, para um determinado

grupo, ou seja, é uma tentativa de compreender e explicar o que ainda não compreendemos, o que ainda não nomeamos e que nos causa estranhamento. Estudar essa temática é ter a possibilidade de conhecer o modo como um grupo constrói seus saberes, como expressa sua identidade. É tomar conhecimento sobre os saberes populares e sobre senso comum, elaborados coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real.



Por Representações Sociais entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais: podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI, 1981, p. 181, apud OLIVEIRA; WERBA, 2011)



Pesquise mais

O conjunto das Representações Sociais é de uma temática controversa e considerada inacabada, mas que ganhou visibilidade por ser uma forma de compreender, ou iniciar a compreensão, de fenômenos sociais a partir do senso comum, do próprio contexto de produção.

SPINK, Mary Jane Paris. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul/set. 1993. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300017&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 30 mar. 2018.

A grande pergunta de Moscovici (1997, apud Arruda, 2002) era: por que a fé remove montanhas? Seus questionamentos foram mobilizados para compreender como era possível a mobilização humana a partir de algo, como a fé, que supera a razão. Para ele a realidade é socialmente construída, enquanto que o saber é uma construção do sujeito, não estando, nenhuma delas, desligadas do aspecto social.



Um bom exemplo de representação social é a ideia que se construiu sobre a representação da mulher nas sociedades ocidentais quanto à naturalização do ser materna, por exemplo, por cuidar da casa e ser responsável por essa, mesmo tendo um trabalho. Temos também o exemplo da mudança sobre o ideal de mulher bonita, do que se compreende como belo. A representação social sobre esse tema é, muitas vezes, tão idealizado que causa muito sofrimento.

Grandes são os desafios que se apresentam. A atuação no campo é vasta, principalmente porque onde há um coletivo, há possibilidades de contribuir e ampliar os conhecimentos para pensar em intervenções mais contextualizadas com a comunidade em que estamos inseridos. Nesses desafios, utilizar da melhor forma os conceitos e as conquistas que autores realizaram é fundamental, até porque, é uma área nem sempre valorizada, em que alguns autores morreram para defender causas, também em nome da Psicologia.

E você, aluno, consegue compreender a dimensão e a importância dessa grande virada da Psicologia?

Não se trata apenas de uma mudança de inserção ou mudança de público, mas uma revisitação a conceitos e fazeres, quebras de paradigmas e visões políticas, considerando o conceito de Bobbio (1992) das relações de poder, pois essas seguem conosco a cada relação, a cada troca no cotidiano.

Sem medo de errar

Maria está em um impasse com sua equipe, já que ainda não se adequou a um novo fazer e está buscando se achar e avançar em relação ao fazer profissional nessa área de atuação, pois continua focando seu trabalho em ações individuais.

Seus colegas acabam tendo razão em sinalizar para a profissional que ela tem trabalhado de forma individual e que deveria desenvolver o projeto para o qual foi designada, para, assim, avançar nas ações coletivas, que é o papel para a qual foi contratada.

Maria deveria pensar de forma coletiva, construir as demandas junto à comunidade e não apenas realizar ações que

já estava acostumada, a partir de sua experiência, pois acaba ficando descontextualizada. Claro que dona Ana precisa de acompanhamento e atenção, porém, se Maria consegue avançar nas estratégias coletivas de desenvolvimento local, todos ganham, principalmente D. Ana, que não necessitará tanto de atenção individualizada, mas poderá se beneficiar das ações coletivas, fazendo novas redes de contato, criando outros laços e experiências, ações essas que poderão ajudá-la a resolver seus problemas de forma mais autônoma, sempre com apoio e ações sobre o seu caso. A demanda mais cotidiana de atenção, por se sentir só, irá se resolver e ela achará função dentro de sua comunidade, o que permitirá a ela não só ser cuidada, mas permitirá que aprenda como cuidar e ensinar, podendo, por exemplo, trazer o neto para novas ações, que será assistido de forma mais integral, podendo avançar em suas questões, que a preocupam tanto.

Utilizando a literatura vemos que: a psicóloga social estará envolvida em ações que dizem respeito ao coletivo, focando seu trabalho no desenvolvimento da autonomia e da participação social dos usuários e considerando as histórias, as relações que se desenvolvem a partir do encontro, das ações em conjunto, considerando esse fator como potencializador de seu trabalho.

Faça valer a pena

1. Na Psicologia Social, vários são os autores que, ao longo de nossa história, lutaram e se interessaram em compreender as subjetividades humanas nas relações grupais. Desses, alguns são fundamentais para o desenvolvimento da Psicologia Social como se apresenta e se compreende no Brasil ainda hoje.

A Psicologia Social é entendida como um campo de atuação e uma área de conhecimento. _____, foi quem iniciou o fomento de um olhar mais contextualizado no Brasil, fazendo frente contra as ideias mais norte-americanas de _____, tendo sido muito influenciada com o fazer da Psicologia Social da Libertação de _____.

Pensando nos autores que construíram a Psicologia Social no Brasil e foram fundamentais na América Latina, preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

- a) Sílvia Lane, Serge Moscovici e Lev S. Vygotsky.
- b) Ana Bock, Moreno e Ignácio Martín-Baró.
- c) Sílvia Lane, Moreno e Lev S. Vygotsky.
- d) Sílvia Lane, Aroldo Rodrigues e Ignácio Martín-Baró.
- e) Ana Bock, Aroldo Rodrigues e Pedro Guareschi.

2. Diariamente vemos notícias e discussões em função de política, sobre a qual acabamos tendo uma visão errada. Nossa representação social sobre a temática é distorcida, pois construímos, em seu entorno, uma visão que se assemelha à politicagem, à corrupção e de que não devemos falar ou discutir. O próprio dito popular nos remete a isso: “política não se discute!”. Porém o olhar do psicólogo tem muito a contribuir com esse tema a partir de nossos fazeres. Hoje a grande contratação de profissionais da Psicologia é para atuação nas políticas públicas. Sem compreender e desmistificar o conceito para uma prática ética, fica complicado de avançar e atuar de forma crítica, e, se não for assim, não podemos contribuir com a população vulnerável que é a maioria em nosso país.

Dito isso, qual seria, então, a melhor forma de conceituar a atuação do profissional psicólogo que atua com política e não politicagem? Para essa questão responda a alternativa correta:

- a) O psicólogo social atua numa perspectiva assistencialista e contribui de forma pontual com a população com a qual trabalha.
- b) O psicólogo social não consegue desempenhar seu papel e contribuir com nenhum grupo social, visto que fica capturado pelas políticas partidárias.
- c) O psicólogo social avança nas discussões e práticas, pois foca em transformar o indivíduo em sujeito de direito, buscando garantia desses.
- d) O psicólogo social avança no discurso e não na prática, visto que está dependente de uma política paternalista.
- e) O psicólogo não consegue avançar por não ter uma referência externa de conceitos e práticas.

3. Representação social é um conceito muito utilizado, porém muitos não o compreendem, principalmente por ser um conceito dinâmico e com alguns possíveis entendimentos. Ao mesmo tempo que causa divergências, sua utilização é difundida e considerada importante para compreender determinados fenômenos psicossociais. Sua compreensão é importante, pois é:

I – Uma forma de trazer um conhecimento que causa estranheza para uma compreensão possível.

II – Como um determinado grupo constrói um conjunto de saberes, uma forma de compreender a realidade.

III - Uma explicação hegemônica sobre temáticas que até então não eram consideradas importantes.

Sobre Representações Sociais e sua importância para a Psicologia Social, avalie as afirmações, considerando as verdadeiras e assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmação I e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmação II e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

Seção 1.3

Psicologia positiva

Diálogo aberto

Olá, aluno!

Nesta seção vamos falar sobre Psicologia Positiva e vamos compreender esse novo paradigma que tem se apresentado para a Psicologia. Para isso, vamos resolver uma nova situação-problema.

Lembremos do caso da Maria, a psicóloga que atua em um CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), em um bairro onde a maioria dos usuários do serviço é proveniente da área rural. Nas duas seções anteriores auxiliamos Maria a pensar em sua atuação a partir das histórias e demandas de cada indivíduo, o que acarretou diferentes direcionamentos da prática profissional. Também auxiliamos Maria a desenvolver suas intervenções pensando coletivamente.

Como será que Maria tem avançado em seu fazer cotidiano? Ela avançou sobre a compreensão do usuário de forma integral e sistêmica, e, ao entender a comunidade, compreende que a cultura local que se apresenta interfere na forma como os usuários e os serviços estabelecem as relações e avançam ou não nos desfechos das problemáticas.

Mesmo com tantos aprendizados, Maria ainda se pergunta: como alguns avançam e outros não conseguem? Isso porque não tem conseguido atender a demanda, mas conseguiu compreender o que a equipe estava apontando e iniciou o acolhimento coletivo.

D. Ana continua buscando o serviço com as mesmas queixas, diferente do Sr. Joaquim que conseguiu avançar com as informações recebidas no centro de saúde. Aproveitou sua ida ao centro da cidade e foi buscar outros serviços para responder suas questões e conseguiu dar entrada no processo de aposentadoria. Maria já compreende que existe um contexto para tal, mas gostaria de entender ainda mais o desenvolvimento humano. A partir do que já vimos sobre a evolução dos olhares e fazeres da Maria, o que poderia ter diferenciado a atitude de D. Ana, que continua

com a mesma queixa, da do Sr. Joaquim, que mesmo tendo um encaminhamento equivocado, conseguiu chegar até o local correto e resolver sua demanda? Quais conceitos e experiências poderiam ajudar a profissional a compreender as diferenças e diversidades das pessoas com quem tem trabalhado?

Vamos abarcar alguns conceitos que ajudarão Maria em sua construção teórico-prática. Vamos compreender a história da Psicologia Positiva, conceitos importantes como vulnerabilidade e resiliência, vamos introduzir as discussões sobre emoções positivas, além de entrarmos em contato com suas implicações e formas de avaliação.

Quantas coisas novas! Você perceberá que esses conceitos e esse assunto já estão bastante difundidos em nosso cotidiano, mas que, em alguns momentos, se apresentam de forma equivocada. Ao se dar conta disso, terá muitas possibilidades para auxiliar Maria em sua problemática na comunidade.

Seguimos, então, para mais essa temática que encerra nossa unidade.

Não pode faltar

Atualmente os autores têm considerado a Psicologia Positiva como um movimento recente dentro da ciência psicológica. A história da Psicologia está ligada a uma necessidade em diagnosticar, enquadrar os sujeitos em determinadas patologias, olhando para a doença e não para a saúde. Segundo Sheldon e King (2001, p. 216) a Psicologia Positiva visa fazer com que os psicólogos percebam e adotem "uma visão mais aberta e apreciativa dos potenciais, das motivações e das capacidades humanas", enfatizando a potencialidade inerente aos sujeitos e não só as suas patologias e dificuldades.

Então as outras PsicoLOGIAS são negativas? Não!

A Psicologia Positiva apresenta o positivo da existência humana, focando no lado bom das experiências e quebrando um paradigma em relação ao olhar da Psicologia que tem como objetivo diagnosticar, medir e tratar, ao se voltar para as potencialidades, buscando a felicidade para cada sujeito.



Exemplificando

Quando envolvemos os usuários de forma protagônica, estamos utilizando suas potencialidades e não suas “deficiências”, tão tachadas em nossa sociedade.

Um exemplo desse olhar de forma não tradicional, é a *Rádio Maluco Beleza*, no Ponto de Cultura Maluco Beleza do Serviço de Saúde Dr. Candido Ferreira, localizado na cidade de Campinas (SP). A proposta do Projeto de Comunicação - Ponto de Cultura entende que: “as práticas comunicacionais são campos importantes de aplicação de técnicas de comunicação comunitária e alternativa, pois possibilitam a participação e o protagonismo dos usuários da saúde mental, por meio da capacitação para os meios de comunicação, formação de visão crítica, inclusão e letramento digital. O público alvo são os usuários da rede de saúde mental e a comunidade”. (Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, [s.d.]

Para saber mais e acompanhar a programação da rádio, você pode acessar a página *Rádio Maluco Beleza*. Disponível em: <http://www.candido.org.br/malucobezeza/>. Acesso em: 26 abr. 2018.

Sobre o surgimento da Psicologia Positiva há controvérsias. Em 1998, Martin Seligman era presidente da *American Psychologist Association* (APA), e suas pesquisas estavam voltadas para o bem-estar, a satisfação, a esperança, o otimismo e a felicidade. Em 2000, Seligman e Csikszentmihalyi, publicaram na *American Psychologist*, um artigo intitulado “*Positive Psychology: An Introduction*”. Nesse artigo os autores criticam o fazer da Psicologia voltado para a cura e reparação de danos, desde a segunda guerra mundial (1939-1945), e dizem que, com esse olhar, não era possível identificar aspectos positivos nos sujeitos, tampouco em sua comunidade (CALVETTI; MULLER; NUNES, 2007; PALUDO; KOLLER, 2007; PACICO; BASTIANELLO, 2014). Esse teria sido o início da discussão e o aparecimento da Psicologia Positiva junto à comunidade acadêmica. A quebra de um paradigma, em lugar do qual o olhar para o positivo e para o bem-estar do homem se estabelece, a Psicologia Positiva se interessa pelas qualidades das pessoas e em como essas promovem seu funcionamento de forma positiva. Além disso, tem seu interesse voltado para o que dá certo com as pessoas (NUNES, 2007).



Exemplificando

Neste vídeo Martin Seligman fala sobre a Psicologia Positiva e como compreende a Psicologia na atualidade.

TED. **Martin Seligman fala sobre a Psicologia Positiva**. Tradução de Renato Chencinski. 2008. Disponível em: <https://youtu.be/9FBxfd7DL3E>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Há quem diga que sua origem se deu a partir das ideias de autores humanistas como Abraham Maslow, Carl Rogers, Erich Fromm e William James. William James é considerado por alguns autores como o primeiro psicólogo positivo, pois, em 1902, já escrevia sobre a determinação da mente em ser saudável. As ideias da Psicologia Humanista tiveram início nos anos 1950, com teorias e práticas envolvendo a felicidade e novos olhares para o comportamento humano, enfatizando aspectos positivos do desenvolvimento, mas tiveram críticas no mundo acadêmico, as quais apontavam a falta de cientificidade de seus achados. (PALUDO; KOLLER, 2007; NUNES, 2007; PACICO; BASTIANELLO, 2014).



Pesquise mais

Esse texto vai colaborar com a compreensão desse novo paradigma e nos dará subsídio para as ideias de Seligman. Boa leitura!

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Sílvia Helena. Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. **Paidéia**, v. 17, n. 36, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305423757002>. Acesso em: 14 abr. 2018.

A Psicologia Positiva não deve ser confundida com autoajuda, pois é uma área que estuda os fundamentos psicológicos do bem-estar, da felicidade e as virtudes humanas (SELIGMAN, 2011). Essa área não ignora o sofrimento humano, mas busca direcionar seus estudos para as características humanas positivas (PACICO; BASTIANELLO, 2014).

Não é um novo saber, mas é um exercício teórico/metodológico que orienta a visão sobre a compreensão da subjetividade humana

e que possui três pilares essenciais, ou níveis de atuação (PUREZA et al., 2012; PACICO; BASTIANELLO, 2014).

Pureza et al. (2012, p.110) apresentam os três níveis de atuação da Psicologia Positiva, postulados por Seligman e Csikszentmihalyi (2000), da seguinte forma:

1) o nível básico ou subjetivo, que diz respeito ao estudo dos elementos da felicidade, bem-estar e outros construtos relacionados; 2) o nível individual, que diz respeito a traços e características individuais positivas; e 3) o nível grupal, que se refere a virtudes cívicas e instituições com características e traços de funcionamento positivos, que induzem os indivíduos à felicidade.



Com esse novo olhar, compreender e estudar a felicidade humana tem ganhado espaço. Falar sobre a felicidade é algo que nos acompanha desde a Grécia Antiga. Sócrates, Platão e Aristóteles já escreviam e discutiam o tema, entendiam a felicidade como levar uma vida boa, virtuosa e devotada à intelectualidade. Para Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.) felicidade era um bem supremo da vida (CARVALHO; GONÇALVES; PARDINI, 2010).



Refleta

Uma grande contribuição da Psicologia Positiva foi sua crítica ao olhar patologizante da Psicologia tradicional. Por mais que tenhamos avançado na luta antimanicomial, compreender o sujeito de forma diversa e integral ainda é algo a ser alcançado, pois tratamos as diferenças, até hoje, como “doença mental”. A Psicologia Positiva nos provoca quando aponta a possibilidade de lidar com a “sanidade mental”. Só essa pequena alteração já nos faz pensar em uma série de possibilidades e mudanças, não acha?

No Brasil, o interesse pelo tema é crescente e fica difícil precisar a chegada da Psicologia Positiva por aqui. Em 1996, Hutz, Koller e Bandeira publicaram o artigo “Resiliência e Vulnerabilidade em crianças em situação de risco”, considerada a primeira referência

próxima a outras produções sobre a área (PACICO; BASTIANELLO, 2014). Outros temas já eram abordados, como bem-estar, qualidade de vida, resiliência, equilíbrio, entre outros, mas sem o contorno dado por Seligman & Csikszentmihalyi (2000), o qual veio ser chamado de Psicologia Positiva.

O início dos estudos no Brasil se deu a partir dos estudos sobre resiliência, considerando os fatores de vulnerabilidade e das situações de riscos existentes no contexto brasileiro. O primeiro livro escrito por autores brasileiros sobre a temática foi “Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção” dos autores Dell’Aglío, Koller e Yunes (2006). Um marco importante para a expansão da Psicologia Positiva no Brasil foi a criação da Associação de Psicologia Positiva da América Latina (APPAL), em 2010, e com a realização da 1ª Conferência Brasileira de Psicologia Positiva no Rio de Janeiro, em 2011 (PUREZA et al., 2012). Mas vemos que a Psicologia Positiva está em processo de expansão dentro da ciência psicológica no Brasil e no mundo.



Assimile

Vamos compreender os conceitos de resiliência e vulnerabilidade por Taboada, Legal e Machado (2006), com referência à alguns autores. Sobre resiliência temos que:



As produções científicas que versam sobre **resiliência** podem ser ora voltadas para pesquisas sobre o constructo, ora voltadas para as práticas do mesmo. Partindo de uma definição em comum (resiliência como a capacidade do indivíduo de recuperar-se de / fazer frente à / lidar positivamente com a adversidade), os conceitos operacionais que versam sobre a resiliência são, quando presentes, distintos. A fim de facilitar a explanação e exposição das acepções encontradas, adotaremos o modelo de organização descrito por Deslandes e Junqueira (2003) que, em sua revisão a respeito do tema, dividem as definições encontradas em três pólos temáticos principais. São eles: · Resiliência enquanto um processo de adaptação X superação; · Resiliência enquanto um fator inato X fator adquirido; · Resiliência como algo circunstancial X característica permanente. (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006, p. 105)

Já vulnerabilidade,

Segundo Yunes e Szymanski (2001) falar em vulnerabilidade é referir-se às predisposições a desordens ou de susceptibilidade ao estresse. Garcia (2001) define vulnerabilidade como o aumento da probabilidade de um fator de risco causar de fato um resultado negativo. De forma parecida, Guzzo e Trombetta (2002) caracterizam vulnerabilidade como a susceptibilidade a resultados negativos naqueles indivíduos expostos ao risco. (YUNES; SZYMANSKI, 2001, p. 111).

Muitas das atividades e avanços junto às ações comunitárias se dão a partir da resiliência dos sujeitos frente à realidade de vulnerabilidade constituintes da sua própria realidade, podendo ser de socio econômica, de gênero, raça, orientação sexual e/ou outras.. É importante ressaltar que vulnerabilidade não está voltada apenas às questões socioeconômicas. Em alguma medida todos somos ou estamos vulneráveis. Mesmo quando falamos de resiliência, não somos resilientes o tempo todo ou em todas as áreas de nossas vidas. O que nos deixa vulneráveis são os riscos e a desproteção, que se apresentam com sentidos bastante singulares para cada pessoa, considerando sua identidade ou local onde vive.

Com esse mesmo propósito, a Psicologia da Saúde faz suas pesquisas na mesma linha da Psicologia Positiva, pois visa à prevenção do processo saúde-doença, fazendo uso do modelo biopsicossocial, que se caracteriza por compreender o corpo de forma integral. Suas pesquisas tangem, além do tratamento a enfermidades, melhoria da qualidade de vida dos usuários (CALVETTI; MULLER; NUNES, 2007).

A resiliência se destaca no processo de proteção à saúde, pois os indivíduos conseguem lidar melhor com as adversidades quando desenvolvem essa característica, considerando o processo saúde-doença. Com isso, percebe-se que a espiritualidade ganha força nesse processo, pois a partir de suas crenças as pessoas têm conseguido grandes resultados em seus tratamentos (CALVETTI, MULLER; NUNES, 2007).



Assimile

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeições e enfermidades”. E tem feito referências às questões espirituais (não no sentido religioso). Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/dia-mundial-da-saude>. Acesso em: 04 mai. 2018.

Quando falamos em Psicologia da espiritualidade, torna-se importante destacar que não nos referimos a alguma doutrinação religiosa e/ou a alguma religião em específico, a psicologia precisa compreender o sujeito dentro do seu entorno, desse modo a instituição religiosa e/ou crença precisa ser respeitada e acolhida pelo profissional da saúde.

A Psicologia da Saúde não tem mais a ênfase apenas na cura, mas tem focado seus estudos no desenvolvimento sadio. Para tanto suas pesquisas também caminham para compreender o processo saúde-doença. E com o advento da Psicologia Positiva, essa área tem buscado ampliar seu olhar e sua aplicação no modelo biopsicossocial, desenvolvendo pesquisas e fazendo uso de conceitos como bem-estar, resiliência, *coping*, espiritualidade e apoio social (CALVETTI, MULLER e NUNES, 2007), temas esses que estão diretamente ligados a melhoras dos pacientes.



Pesquise mais

Para saber mais sobre os impactos da psicologia nas vulnerabilidades dos sujeitos, acesse o artigo denominado: **O Enegrecimento da Psicologia: Indicações para a Formação Profissional**. Nessa produção você vai encontrar reflexões acerca de como a raça é um fator essencial para a compreensão das realidades e vulnerabilidades dos sujeitos. Ainda, poderá compreender o papel da psicologia e do profissional da saúde nas inserções acerca da raça atrelada a saúde mental.

Acesse: <https://www.scielo.br/j/jpcp/a/Phjf88DnytsFSHMNxcmwLJ/>.

Pérez-Ramos e Pérez-Ramos (2004), consideram o início da Psicologia Positiva a partir das décadas de 1960 e 1970 com as contribuições dos principais teóricos da Psicologia Humanista: Abraham Maslow e Carl Rogers, que preconizaram a autossatisfação e os estados mentais de excelência, com foco na valorização das qualidades humana e, em nenhum momento, em seus aspectos negativos, diferente do que ocorria nas produções da ciência psicológica da época. Para esses autores, o mérito da Psicologia Positiva está na organização metodológica, possibilitando modelos mais realísticos para balancear e integrar os polos positivos e negativos da personalidade, das identidades, do eu, bem como a possibilidade de delineamento e inclusão de novos conceitos para estudo, como os conceitos de otimismo, esperança, auto-eficácia e felicidade.



Exemplificando

Segundo Nunes (2007), as emoções/sentimentos positivos podem ser considerados como fatores de proteção às doenças, bem como colaborar na construção de recursos pessoais para a resolução de situações ao longo da vida. As emoções/sentimentos positivos são: alegria, amor, bem-estar, contentamento, esperança, felicidade, otimismo, perdão, sabedoria e sentido de vida.

Considerar, entender e aplicar o potencial e o bem-estar em diversos campos pode auxiliar o indivíduo a construir uma vida mais prazerosa e com mais qualidade. Albuquerque e Tróccoli (2004) apresentam o estudo do Bem-Estar Subjetivo (BES) como a compreensão e a avaliação que fazemos de nossas vidas.

O bem-estar subjetivo é uma experiência pessoal, privada, que considera a saúde física e cognitiva, as relações sociais e familiares, a espiritualidade e as influências culturais. O bem-estar subjetivo inclui a satisfação com a vida e a satisfação referenciada com as emoções, onde cada um tem suas referências e valores considerados positivos ou negativos (ALBUQUERQUE; TRÓCCOLI, 2004; GIACOMONI, 2004).

Os estudos têm utilizado as mais diversas nomeações para descrever as emoções que impactam o bem-estar para chegar na qualidade de vida, tais como felicidade, satisfação, estado de espírito e afeto positivo. Como falar de emoções envolve considerar aspectos

socioculturais, as definições desses conceitos, e conseqüentemente as pesquisas sobre esses termos enquanto medidas, ainda são confusas e deturpadas (ALBUQUERQUE; TRÓCCOLI, 2004).



Pesquise mais

Compreender o que as pessoas pensam e sentem sobre suas vidas é fundamental para seu autoconhecimento e a Psicologia Positiva tem esse, também, como seu objeto de estudo. A escala de bem-estar tem contribuído muito com as pesquisas da área.

ALBUQUERQUE, Anelise Salazar; TRÓCCOLI, Bartholomeu Tórres. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 153-164, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a08v20n2>. Acesso em: 16 abr. 2018.

A Psicologia Positiva, segundo Seligman e Peterson (2003, apud CALVETTI; MULLER; NUNES, 2007) foca em aspectos relacionados à resiliência e às forças no desenvolvimento humano. O trabalho se centra na sabedoria e no conhecimento, na coragem, no amor, na justiça e na transcendência. Isso tudo numa perspectiva do campo clínico e, deste campo do fazer, salientam a importância na ênfase da prevenção, mantendo a atenção à conotação otimista como forma de prevenir patologia, dentre elas a depressão e a ansiedade, patologias tão crescentes em crianças e adultos, na atualidade.

Essa prática avança no que estamos acostumados a ter na área da saúde vigente, pois estimula o desenvolvimento de sentimentos e das forças positivas inerentes à pessoa (CALVETTI; MULLER; NUNES, 2007). Como Rogers já trouxe, as tendências atualizantes das pessoas, referem-se à tendência que todos os seres vivos têm de crescimento e de atualização, pois essas são as possibilidades de avançar em seu desenvolvimento pessoal, que, conseqüentemente melhoram sua saúde (ROGERS, 1992; 1997).

Paralelo a esse conceito, a Psicologia Positiva tem utilizado um novo termo para sua nova visão: o “florescimento (*flourishing*) das pessoas, comunidades e instituições” (PALUDO; KOLLER, 2007, p. 10). Segundo alguns autores, esse conceito trata-se de condições que permitem o desenvolvimento pleno, saudável e positivo dos

aspectos psicológicos, biológicos e sociais das pessoas e estaria relacionado ao sentir emoções positivas pela vida (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010).



Assimile

Para Pérez-Ramos e Pérez-Ramos (2004, p. 60),

[...] pode-se afirmar que a Psicologia não se limita apenas ao estudo, interpretação e superação das patologias, deficiências e transtornos comportamentais, mas sim a uma fusão destes aspectos com os que caracterizam as virtudes, o vigor e as potencialidades. Portanto, a intervenção psicológica não deve limitar-se a “concertar” o que “está errado” no indivíduo, mas também de estimular e motivar o que é suscetível de ser enriquecido.



Segundo Paludo e Koller (2007), das principais contribuições da Psicologia Positiva, a construção de instrumentos de avaliação, modelos de intervenção e aplicação no curso desenvolvimental, são seus pontos altos. Essa teoria cria métodos preventivos e aprimora técnicas de avaliação psicológica para identificação das virtudes e dos aspectos positivos nos estudos das Ciências Sociais e Humanas.

Os instrumentos elaborados para avaliação das patologias são vastos ao longo da história da psicologia. Muitos são os testes, escalas, inventários, etc. para diagnosticar e classificar. Muitos também são os temas e as áreas que precisam de processos psicométricos e metodológicos para se sustentarem enquanto ciência.

Em relação aos instrumentos mais utilizados, Pires, Nunes e Nunes (2015) identificaram uma variedade de 67 instrumentos, destacando-se, pela maior frequência, a escala de Autoestima de Rosenberg, o WHOQOL-bref, a escala de Bem-Estar Subjetivo (EBES), a escala de Satisfação Conjugal, a escala de Bem-Estar Espiritual, a escala de Satisfação de Vida para Crianças (Giacomoni & Hutz) e a escala de satisfação no trabalho.

Os avanços e achados nesse novo campo são crescentes e com isso surgem novos conteúdos e métodos próprios, pois novas hipóteses,

construtos e paradigmas vão acompanhando essas novidades, assim como instrumentos de avaliação e procedimentos de intervenção em benefício da saúde psicológica, da valorização humana e do crescimento pessoal (PÉREZ-RAMOS; PÉREZ-RAMOS, 2004).

Por ser crescente a aplicação da e as pesquisas em Psicologia Positiva, os cuidados científicos devem caminhar em consonância com esse crescimento. Devemos estar atentos às áreas, também crescentes, que fazem uso das mesmas visões e concepções da Psicologia Positiva, inclusive utilizando-as como respaldo teórico, porém, além de acompanhar seu uso, também se faz importante e fundamental acompanhar quem irá manejar as ferramentas e práticas à luz desse conhecimento.

Sem medo de errar

Quantos assuntos novos!

Tudo isso que foi apresentado, nos ajuda a contribuir com Maria? São conceitos que respondem suas questões?

Maria não estava conseguindo atender a demanda, embora compreendesse a necessidades dos usuários. Como será possível atuar com D. Ana e o Sr. Joaquim?

D. Ana continua buscando o serviço com as mesmas queixas, não conseguiu avançar nas possibilidades apresentadas, tampouco conseguiu buscar outros serviços. Já o Sr. Joaquim, mesmo com as poucas informações recebidas e tendo buscado alguns serviços diferentes, conseguiu avançar em seu objetivo e ter uma resolução para seu problema.

Muitas são as situações em que percebemos as diferenças de como cada pessoa escuta, entende e até mesmo faz uso das informações apresentadas. Nos serviços socioassistenciais isso é recorrente. Várias são as estratégias na atuação com a população, que são feitas em grupos, a partir de visitas domiciliares, atendimentos, articulação em rede, etc. Estratégias coletivas que visam uma atuação mais individualizada e integral. Mas, mesmo com todas as boas intenções, a forma como se trata o usuário ou como se atua com ele é bastante singular.

Ambos os usuários protagonistas vivenciam situações de vulnerabilidade, pois a falta de acesso ou de condições de buscar oportunidades ou de informações, colocam-nos em situações de vulnerabilidade.

Maria estava desconsiderando essa visão e por vezes não compreendeu que cada um entende ou reage de forma diferente. Trabalhar com nossas potencialidades foi o que vimos nesta seção, o quanto podemos olhar para as situações de forma positiva, com as melhores emoções e sentimentos que podemos ter e desenvolver.

Além disso, podemos perceber que o Sr. Joaquim é bastante resiliente: conseguiu fazer uso das poucas informações que tinha para buscar tudo que precisava. Não parou no primeiro obstáculo, não desistiu. Lembrando que resiliência é a capacidade do indivíduo, no nosso caso, do Sr. Joaquim, em lidar de forma positiva com as adversidades, lidar de forma positiva com as barreiras e entraves que teve que transpor.

Maria tem muito o que aprender com o Sr. Joaquim. Ela tem de tudo para olhar de forma positiva a comunidade com a qual trabalha, só precisa compreender suas características e fazer o melhor com o que se apresenta. Todos têm potenciais e estão buscando melhores condições de vida e soluções para seus problemas.

E em nosso cotidiano, como estamos lidando com as situações?

Vamos aproveitar esta seção e colocar em prática todo o aprendizado, inclusive tendo como exemplo o Sr. Joaquim. Vamos florescer da melhor forma, tanto na vida pessoal, em busca de sentimentos positivos para garantir qualidade de vida, como também no processo de formação do profissional psicólogo, no qual as diferenças são importantes para garantir diversidade e relações com maior aprendizado.

Sigamos nesse caminho positivo!

Faça valer a pena

1. A Psicologia Positiva apresenta o positivo da existência humana, focando no lado bom das experiências e quebrando um paradigma em relação ao olhar da Psicologia, que tem como objetivo diagnosticar, medir e tratar, ao se voltar para as potencialidades, buscando a felicidade para cada sujeito. A Psicologia Positiva visa fazer com que os psicólogos percebam e adotem "uma visão mais aberta e apreciativa dos potenciais, das motivações e das capacidades humanas" (SHELDON; KING, 2001, p. 216, tradução nossa). IN: SHELDON, K. M. & KING, L. Why positive psychology is necessary. *American Psychologist*, v. 56, n. 3, p. 216-217, 2001.

Sobre Psicologia Positiva, assinale a alternativa correta:

- a) A Psicologia Positiva está diretamente relacionada com autoajuda, pois é uma área que estuda também os fundamentos psicológicos do bem-estar e da felicidade e estuda as virtudes humanas.
- b) Uma grande contribuição da Psicologia Positiva foi sua crítica do olhar patologizante da psicologia tradicional.
- c) A Psicologia Positiva atua de forma informal, levando conforto aos pacientes, pois não se trata de uma área com pesquisas científicas.
- d) Resiliência e vulnerabilidade não são temáticas importantes para essa área do conhecimento, visto que são conceitos apenas da área social.
- e) Outra grande contribuição da Psicologia Positiva foi sua crítica em relação às pesquisas sobre felicidade, pois segue a linha da autoajuda.

2. Instituto de Psicologia Positiva do Mato Grosso do Sul (MS) fala sobre a ciência da felicidade: estudos científicos comprovam que é possível desenvolvermos uma vida mais plena e feliz. Felicidade agora é ciência! (...) A Psicologia Positiva não é apenas o ato de pensar positivo, é uma ciência, esclarece a Psicóloga Márcia Dreon Cappellari (fundadora e diretora do IPPMS – Instituto de Psicologia Positiva do Mato Grosso do Sul). "É importante compreender que é um trabalho minucioso. Na psicologia tradicional, o foco é a cura do problema. Na positiva, nós saímos da linha de neutralidade para uma vida mais plena, feliz e cheia de realizações. Mas para isso, é preciso trabalhar todas as nossas emoções, além dos problemas patológicos", explica.

Num mundo em que doenças como a depressão, transtornos e estados de ansiedade crescem a cada dia, as pessoas parecem estar confusas sobre onde encontrar a felicidade. Foi a partir da ideia de ajudar elas a atingirem seu potencial máximo que surgiu a Psicologia Positiva, em 1998, com Martin Seligman, que naquela época era o presidente da

(APA) Associação Americana de Psicologia. Neste contexto emana da concepção da Psicologia Positiva a intensão de mudar o foco da psicologia da preocupação única de reparar as piores coisas da vida para a construção de qualidades positivas, podendo ser compreendida como um estudo científico das experiências e aspectos positivos do ser humano, suas potencialidades e motivações, e das condições que contribuem para o aumento da felicidade e bem-estar humano.

“Esse movimento científico veio de encontro com um momento muito atual, onde previu-se que a depressão e a ansiedade seriam constatadas em grande parte das pessoas. “A partir da revolução da informação tecnológica, a sociedade tem se tornado cada vez mais complexa e interdependente, pesquisadores são enfáticos ao afirmar que o cultivo das emoções positivas dependeria a própria sobrevivência humana”, explica a psicóloga (...).

INSTITUTO de Psicologia Positiva do MS fala sobre a ciência da felicidade. **Campo Grande News**, Campo Grande, 09 abr. 2018. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/instituto-de-psicologia-positiva-do-ms-fala-sobre-a-ciencia-da-felicidade>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Sobre o texto, podemos afirmar que:

I – A Psicologia Positiva foca nas qualidades negativas das pessoas, contribuindo para o aumento da felicidade e bem-estar humano.

II – A concepção da Psicologia Positiva tem a intenção de mudar o foco do olhar da psicologia, saindo da preocupação única de reparar as piores coisas da vida para construir qualidades positivas.

III – Psicologia Positiva é um movimento que está em consonância com a atualidade e que busca mobilizar as emoções positivas dos pacientes, sendo eficaz no tratamento da depressão.

Avalie as afirmações e assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Afirmações I e III estão corretas.
- d) Afirmações II e III estão corretas.
- e) Afirmações I, II e III estão corretas.

3. “Resiliência é frequentemente referida por processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações (Yunes & Szymanski, 2001, Yunes, 2001, Tavares, 2001). Por tratar-se de um conceito relativamente novo no campo da Psicologia, a resiliência vem sendo bastante discutida do ponto de vista teórico e metodológico pela comunidade científica. Alguns estudiosos reconhecem a resiliência como um fenômeno comum e presente no desenvolvimento de qualquer ser humano (Masten, 2001), e outros enfatizam a necessidade de cautela no uso “naturalizado” do termo (Martineau, 1999; Yunes, 2001). Na língua portuguesa, a palavra resiliência, aplicada às ciências sociais e humanas, vem sendo utilizada há poucos anos. Neste sentido, seu uso no Brasil ainda se restringe a um grupo bastante limitado de pessoas de alguns círculos acadêmicos. Muitos profissionais da área da Psicologia, da Sociologia ou da Educação nunca tiveram contato com a palavra e desconhecem seu uso formal ou informal, bem como sua aplicação em qualquer das áreas da ciência. Por outro lado, profissionais das áreas da Engenharia, Ecologia e Física, e até mesmo da Odontologia, revelam certa familiaridade com a palavra, quando ela se refere à resistência de materiais. Nos diferentes países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, a palavra resiliência vem sendo utilizada com frequência, não só por profissionais das ciências sociais e humanas, mas também em referências da mídia a pessoas, lugares, ações e coisas em geral” (YUNES, 2003, p.76).

YUNES, M.A.M. Psicologia Positiva e Resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. esp., p. 75-84, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

Sobre Resiliência, assinale a alternativa correta:

I - Resiliência é frequentemente referida por processos que explicam a “manutenção” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações.

PORQUE

II - Trata-se de um conceito bastante antigo no campo da Psicologia. A resiliência vem sendo muito discutida do ponto de vista teórico e metodológico pela comunidade científica e tem apontado para uma construção pouco singular.

A respeito das asserções, assinale a opção correta:

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

Referências

ALBUQUERQUE, Anelise Salazar; TRÓCCOLI, Bartholomeu Tórres. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 153-164, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a08v20n2>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CALVETTI, Prista Ücker; MULLER, Marisa Campio; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. Psicologia da saúde e psicologia positiva: perspectivas e desafios. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 706-717, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2018.

CARVALHO, Marcos Bacellar de; GONÇALVES, Carlos Alberto; PARDINI, Daniel Jardim. A felicidade em foco – mensurando conceito metafísico para estratégia governamental e recomendações organizacionais. **Revista de Administração da UFSM**, v. 3, n. 2, p. 269-287, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/2359>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GIACOMONI, Claudia Hofheinz. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 43-50, jun. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2018.

NUNES, Patrícia. **Psicologia positiva**. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal, 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0115.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PACICO, Juliana Cerentini; BASTIANELLO, Michelini Roat. As origens da psicologia positiva e os primeiros estudos brasileiros. In: HUTZ, Claudio Simon (Org.). **Avaliação em psicologia positiva**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 13-21.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Sílvia Helena. Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305423757002>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PIRES, Jeferson Gervasio; NUNES, Maiana Farias Oliveira; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. Instrumentos baseados em psicologia positiva no Brasil: uma revisão sistemática. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 20, n. 2, p. 287-295, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v20n2/1413-8271-pusf-20-02-00287.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.

PÉREZ-RAMOS, Juan, PÉREZ-RAMOS, Aidyl Macedo de Queiroz. Novas perspectivas da Psicologia Positiva. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan-abr, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=94624115>. Acesso em: 15 de abr. de 2018.

PUREZA, Juliana da Rosa et al. Psicologia positiva no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. bras. ter. cogn.** Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p. 109-117, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872012000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2018.

ROGERS, Carl (1951). **Terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____ (1961). **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antonio dos, Psicologia Positiva e os Instrumentos de Avaliação no Contexto Brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 440-448, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18818719004>. Acesso em: 17 de abr. 2018.

SELIGMAN, Martin. E. P. & CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Positive psychology: an introduction. **American Psychologist**, v. 55, n. 1, p. 5-14, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232536135_Positive_psychology_An_introduction_Reply. Acesso em: 21 maio 2018.

SELIGMAN, Martin. E. P. O que é bem-estar? In: Seligman, Martin. E. P. **Florescer**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2011. cap. 1.

SHELDON, Kennon M.; KING, Laura. Why positive psychology is necessary. **American Psychologist**, v. 56, n. 3, p. 216-217, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Laura_King5/publication/12020093_Why_positive_psychology_is_necessary/links/02e7e525ef3a69b715000000/Why-positive-psychology-is-necessary.pdf. Acesso em: 21 maio 2018.

TABOADA, Nina G.; LEGAL, Eduardo J.; MACHADO, Nivaldo. Resiliência: em busca de um conceito. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 104-113, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2018.

Os fazeres contemporâneos em Psicologia

Convite ao estudo

Olá, estudante.

Chegamos à Unidade 2, na qual acompanharemos Luiza, uma estudante de Psicologia como você, mas que já está no campo de estágio supervisionado. Ampliaremos nosso aprendizado quanto a alguns fazeres contemporâneos na Psicologia.

Para tanto, conheceremos diferentes áreas de atuação do psicólogo a partir do contexto sócio-histórico brasileiro, compreendendo os aspectos éticos, críticos e o compromisso social e político inerentes à profissão. Para facilitar esse processo de conhecimento, será necessário pesquisar ações já realizadas com as temáticas dessa unidade e analisar as práticas desenvolvidas pelo psicólogo, identificando os objetivos do trabalho e resultados alcançados.

Muitos são os fazeres contemporâneos da Psicologia, várias áreas e práticas vão se apresentando com caminhos para responder as questões sociais, bem como possibilidades em contribuir para amenizar o sofrimento humano. Na verdade, nossa inserção é contemporânea em situações que já acontecem há muito tempo, porém recente nosso envolvimento.

Considerando nosso papel em colaborar com o desenvolvimento dos sujeitos e sua transformação visando melhor qualidade de vida, nosso fazer de fato precisa acompanhar as subjetividades, que são dinâmicas e se apresentam a partir das singularidades dos sujeitos. E, falar em singularidade nos remete a estar atentos à avaliação

dos contextos, ter uma visão sócio-histórica ampliada, pois precisamos pensar em nossa inserção e contribuição em vários “brasis” que se apresentam diariamente e com as mais diversas demandas.

Lidamos com a complexidade humana, por isso não está sendo fácil para Luiza compreender tamanha diversidade. Ela está realizando seu primeiro estágio e tem apresentado certa dificuldade em responder alguns questionamentos feitos pelos orientadores de estágio, ou compreender tantas possibilidades.

Luiza é estagiária em uma instituição social. Seu papel é acompanhar e observar a atuação de uma equipe multiprofissional e compreender o papel do psicólogo no processo, além de fazer os registros dessa atuação para compor seu processo acadêmico e levar para a supervisão. No momento, a equipe está acompanhando a população em um abrigo comunitário, pois acabaram de sofrer os impactos após uma enchente no bairro. A população está bastante impactada, pois perderam suas casas, objetos, histórias e, em alguns casos, animais domésticos e familiares.

Luiza tem muito trabalho pela frente, pois terá a oportunidade de sanar suas dúvidas em ações práticas.

Qual seria um caminho empático e acolhedor para desenvolver o trabalho? Como acompanhar a equipe sem atrapalhar? Quais as formas de atuação mais adequadas para esses casos?

Vamos ajudá-la a compreender esse processo?

Para ampliar os olhares e contribuir com Luiza, veremos, na Seção 1, o histórico da Psicologia em Emergências e Desastres e as possibilidades de atuação profissional nesse campo, também veremos a importância da saúde emocional do psicólogo em emergências e desastres. E, por fim, vamos falar das contribuições da Psicologia sobre o luto e a morte, temas tão importantes para a humanidade. Na Seção

2, veremos a Psicologia Ambiental, seu surgimento, seu histórico, suas características e seus pressupostos. Além de conhecer os níveis de abordagem da Psicologia Ambiental e as questões ambientais que se apresentam no Brasil. E, na última seção, vamos compreender melhor o fazer da Psicologia e Religião, as diferenças entre religiosidade, fé, espiritualidade e misticismo, a espiritualidade e a saúde e veremos também a Psicopatologia da Religião.

Seção 2.1

Psicologia em emergências e desastres

Diálogo aberto

Olá, estudante, pronto para mais uma aventura?

Vamos discutir Psicologia em Emergências e Desastres. O que discutiremos nesse tópico? Veremos que muitos são os fazeres contemporâneos da Psicologia para tentar responder às questões sociais e relativas ao sofrimento humano. Para tanto, vamos compreender a história da Psicologia em emergências e desastres, as possibilidades de atuação do psicólogo na área, como lidamos com a saúde emocional dos atingidos e dos cuidadores e como podemos intervir nas situações de luto e com a morte.

Luiza é uma estagiária de Psicologia em uma instituição social, está com dificuldades em compreender as várias atuações do psicólogo. Além disso, tem visto um leque tão grande de atuações possíveis que está enfrentando problemas para diferenciar campos de atuação do psicólogo de outras áreas, e, caso seja específico da Psicologia, quais são os limites e envolvimento necessário?

A instituição onde Luiza está realizando seu estágio está acompanhando uma comunidade que sofre os impactos de uma grande enchente, a maior que já vivenciaram, segundo relato dos moradores. Luiza faz parte da equipe multidisciplinar e suas práticas e observações buscam compreender qual o papel do psicólogo em situações de Emergências e Desastres, um campo novo de atuação e com poucas produções, sendo recente a inserção do profissional, mesmo sabendo que esses desastres acontecem há muito tempo, principalmente as enchentes que sempre acometem todo o país.

O que Luiza precisa saber da área? Além de estar atenta a saúde dos trabalhadores envolvidos nesse cuidado, quais as questões específicas que se apresentam? O que precisam saber para uma atuação qualificada e cuidadosa? Como lidar com os vários lutos?

Com o objetivo de realizar intervenções e registrar observações pertinentes, você vai ajudar Luiza a pesquisar ações e produções

desenvolvidas na área, compreendendo o histórico da Psicologia em Emergências e Desastres e as possibilidades de atuação profissional nesse campo, a importância da saúde emocional do psicólogo e todos que estão envolvidos nesses eventos e veremos as contribuições da Psicologia sobre o luto e a morte.

Seguimos para aprofundar os estudos nesse tema e ajudá-la!

Não pode faltar

Vivemos constantemente sujeitos a nos acidentarmos. Podemos passar por emergências mesmo sem estar em vulnerabilidade, pois sabemos que estamos suscetíveis dependendo dos riscos em que nos colocamos ou somos colocados em nosso cotidiano e que não é uma condição dada, ou unicausal, mas multifatorial.

Nunca estamos preparados para um acidente, porém mais cedo ou mais tarde ele pode acontecer. As causas podem ser diversas e podemos ficar expostos a riscos devido a uma série de fatores, dentre eles a insatisfação social, as mudanças climáticas, o aumento do uso da tecnologia, o crescimento populacional, os acidentes aéreos, ferroviários e rodoviários (PARKES, 2015).

Eventos adversos, que levam a emergências e desastres, têm sido crescentes em nosso país e no mundo. Precisamos de mínima organização para criar mecanismos de proteção pessoal e social, além de qualificar as ações, otimizar recursos públicos para reduzir os efeitos desses eventos para a população. A discussão sobre emergências e desastres está diretamente ligada às questões de garantia de direitos, das políticas públicas. Nunca falamos, debatemos e pesquisamos tanto sobre a temática, mesmo sabendo que esta nos acompanha desde que o mundo é mundo.



Assimile

Emergência pode ser definida como "ocorrência de grande perigo; MED Situação crítica e imprevista que demanda ação imediata; urgência". (MICHAELIS [online], 2018, [s.p.]

Já **desastre** pode ser definido como:



Acontecimento funesto, geralmente inesperado, que provoca danos graves de qualquer ordem; acidente que envolve meios de transporte; POR EXT qualquer acontecimento lamentável que ocorre com alguém ou que é praticado por alguém de maneira involuntária. (MICHAELIS [online], 2018, [s.p.]

O Conselho Federal de Psicologia tem a finalidade de contribuir para o processo de gestão de riscos e de desastres e para pautar as ações e aportes teóricos alinhados às políticas públicas existentes que possam englobar os diferentes atores que atuam nessas temáticas, tais como Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (Suas), Educação, comunidades em áreas de riscos e gestores, altera o nome da Comissão de Psicologia nas Emergências e Desastres, encerrando suas atividades na vigência do 16º Plenário da autarquia (2013-2016), para Comissão de Psicologia na Gestão Integral de Riscos e de Desastres.



No entendimento da autarquia, a atuação das psicólogas e psicólogos ainda está vinculada ao pós-desastre, em intervenções voltadas para a avaliação acerca da existência de transtornos mentais e a psicoterapia, individual ou grupal, a fim de diminuir o sofrimento psíquico da população afetada. A Comissão defende o envolvimento em todo o processo de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, na perspectiva da Lei 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. (CFP, 2016, [s.p.]

Embora tenhamos muito a contribuir, a inserção da Psicologia nessa área é recente. Os primeiros estudos psicológicos sobre desastres foram desenvolvidos pelo médico psiquiatra e pesquisador Edward Stierlin, em 1909, consistiram nos primeiros ensaios para a compreensão das questões relacionadas às emoções das pessoas envolvidas em desastres. (ALAMO, 2007

apud CARVALHO; BORGES, 2009). Vários acontecimentos pelo mundo possibilitaram mais pesquisas e maiores compreensões sobre o tema.

A Psicologia entra nesse campo nos anos 60 e 70, direcionando suas análises para as reações individuais no pós-desastre. Em 1970, a Associação de Psiquiatria Americana publicou um manual de "Primeiros auxílios psicológicos em casos de catástrofes", no qual descreve diversos tipos de reações clássicas aos desastres e os princípios básicos para identificação das pessoas emocionalmente perturbadas (ALAMO, 2007 apud CARVALHO; BORGES, 2009).

Em 1974, surge a primeira lei de atuação e ajuda em desastres, por meio do Instituto de Saúde Mental do Departamento de Saúde dos Estados Unidos, constando uma seção sobre orientação psicológica aos atingidos. Em 1991, a Cruz Vermelha criou o Centro de Copenhague de Apoio Psicológico. Em 2002, ocorreu o I Congresso de Psicologia das Emergências e dos Desastres em Lima (Peru), em que foi criada uma entidade denominada Federação Latino-americana de Psicologia das Emergências e dos Desastres - FLAPED, "cujo objetivo foi reunir psicólogos em sociedades nacionais no Peru e fazer com que os psicólogos que retornassem aos seus países também fossem despertados pela mesma intenção" (CARVALHO e BORGES, 2009, p. 4).

No Brasil, o primeiro registro do processo histórico de inserção da Psicologia com pesquisa e intervenção nas emergências e nos desastres é de 1987, com o acidente do césio-137. Em 2006, foi realizado o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, em uma parceria entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil e o Conselho Federal de Psicologia. A partir de janeiro de 2009, os profissionais da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP realizaram capacitações para os indivíduos envolvidos no atendimento aos afetados pelas inundações do ano anterior em Santa Catarina. "O trabalho foi norteado por um cronograma baseado em um protocolo de atuação referenciado pela Organização das Nações Unidas - ONU e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (Ofício circular nº 0519, 2008)" (CARVALHO e BORGES, 2009, p. 5).



Exemplificando

A luz da baixa segurança ambiental de algumas empresas, temos vivenciado situações de desastres cada vez mais frequentes. No Brasil entre os anos de 2018 e 2019, houve o rompimento da barragem de Brumadinho no estado de Minas Gerais. Tal acontecimento evidenciou a importância e a necessidade da psicologia em momentos como esse, confira mais sobre o assunto através da leitura da Entrevista realizada com Mariana Tavares, atual coordenadora da Comissão de Psicologia das Emergências e Desastres do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.

Acesse: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000200003.

Os desastres devem ser vistos de forma multifatorial, fruto de fatores sociais, ambientais, políticos e econômicos, considerando uma relação não linear e não dada entre esses e outros fatores mais territoriais. Considerando essa não linearidade, a atuação do psicólogo em emergências e desastres deve ser compreendida como multiprofissional, a Psicologia sozinha não consegue contribuir e atuar de forma integral. Ao entrar nessa seara, precisamos estar disponíveis para “fazer com”.

Em casos de emergências, o psicólogo, durante sua atuação, deve considerar que nessas situações de larga escala de destruição e de sofrimento humano, as perspectivas de reparação são demoradas e que, por maior que seja a experiência profissional, lidar com sofrimento em emergências requer uma forma particular de atuação (COGO et al., 2015).



Refleta

Ninguém deve se colocar como herói, tampouco os psicólogos, pois as intervenções em situações de emergências e desastres ocorrem pontualmente por um período de tempo determinado. Chegamos, atuamos e depois vamos embora, não somos parte daquela comunidade e atuar nesse período de forma sistêmica e integrada com os afetados é fundamental para que a intervenção seja eficaz.

A Política Nacional, Estadual e Municipal de Proteção e Defesa Civil têm legislação específica que administra as ações nessa área e está vigente desde 2012, por meio da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (BRASIL, 2012). A lei institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), autorizando a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. Para subsidiar e respaldar a ação da categoria em emergências e desastres, o CFP publicou, em maio de 2013, uma nota técnica sobre o tema.

O documento aponta que a grande frequência de acontecimentos classificados como de emergência e desastres incentivou o Sistema Conselhos de Psicologia a esclarecer diversos questionamentos que surgiram nessa área. A nota técnica também reforça a importância de que os profissionais tenham a clareza de que, tanto agindo como profissional contratado ou voluntário, todos estão submetidos às determinações e exigências do Código de Ética e outras regulamentações normativas da categoria. A nota técnica pode ser lida no site do CFP, no item Legislação (CFP, 2015).



Pesquise mais

Nota técnica sobre atuação da psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a política de proteção e defesa civil tem, por objetivo, contribuir para que a atuação de psicólogos em situações caracterizadas como de emergências ou de desastres seja realizada de forma ética e competente.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a Política De Proteção e Defesa Civil.** Maio de 2013. Disponível em: <http://www.crpssp.org.br/emergencias/pdf/Nota-Tecnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

A atuação nessas situações requer constante estudo e aprofundamento para responder às demandas que são bastante singulares a cada evento, exigindo adaptações. Franco (2012 apud COGO et al., 2015) afirma que o objetivo da intervenção na crise desencadeada por desastres é solucionar situações de grande pressão em um período de tempo reduzido e intervindo de modo focal e direto por meio de instrumentos psicológicos, para que as pessoas atingidas possam desenvolver novas estratégias de adaptação.

Pesquisadores da área afirmam que as técnicas consideradas tradicionais, que propõe intervenções individuais, contribuem menos nessas situações; as ações coletivas e intervenções comunitárias são mais eficazes (e, portanto, preferidas) nos momentos de emergências. As ações coletivas também se justificam se pensarmos que a comunidade deve estar envolvida no processo, considerando que continuarão refazendo suas vidas. Segundo o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-08, 2009, p. 16 apud DE FARIAS et al, 2013, p.3) “calcula-se que para cada afetado por um desastre, há, no mínimo, quatro traumatizados psicologicamente. Essas pessoas vão necessitar de assistência profissional”.



A Psicologia das emergências estuda o comportamento das pessoas nos incidentes críticos, acidentes e desastres, desde uma ação preventiva até o pós-trauma e, se for o caso, subsidia intervenções de compreensão, apoio e superação do trauma psicológico às vítimas e aos profissionais. O assunto se estende às questões que vão da experiência pessoal do estresse pós-traumático aos eventos adversos provocados por calamidades, sejam naturais e/ou provocadas pelo homem na sociedade. (BRUCK, 2007, p. 8)

Considerando o sofrimento humano, temos muito a contribuir de forma assertiva e baseando-se nas reais demandas dos afetados. A Psicologia tem auxiliado efetivamente o Sistema de Proteção e Defesa Civil Nacional a elaborar e definir as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Defesa Civil desde o ano de 2006, participando dos seminários e conferências sobre o assunto, além de promover debates.



Conheçam o caderno temático 21 - CRP SP: Psicologia em emergências e desastres. Nesse caderno, temos apresentados vários olhares e fazeres sobre o tema.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Psicologia em emergências e desastres**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP. 2016. Disponível em: <https://www.crsp.org/uploads/impresso/99/AabX4kwGXX0zM4eJUL-zyRZlcCNCcnnX.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Aproveite esse momento de leitura e desbrave mais conhecimento através do seguinte material: **Gestão de Riscos e de Desastres: Contribuições da Psicologia**. Ambos dialogam com a atuação dos profissionais da psicologia em situações de emergência.

Acesse: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/gestao.pdf>.

Alguns profissionais de diversas áreas, especialmente os que atuam nos Sistemas SUAS e SUS, têm assumido importante papel no processo de sensibilização e comunicação comunitária que precisa ser desenvolvido nas áreas de risco por todo o Brasil. Percebe-se que as intervenções psicossociais produzem certa diminuição do dano em situações em que há a possibilidade de ocorrência de desastres. Estes profissionais, mesmo atuando de modo pontual e sem o adequado amparo e apoio governamental, têm conseguido o desenvolvimento sustentável da sociedade a partir da mobilização da comunidade em busca da garantia de vários direitos e a educação para a redução de riscos (PACHECO e SOUZA, 2017).

Maria Helena Pereira Franco, no vídeo produzido pelo CRP (2016), reforça a necessidade de fortalecimento da profissão, especialmente na atuação do psicólogo nas redes SUS e SUAS, por serem intervenções que acontecem no próprio território em que o indivíduo está inserido, contribuindo diretamente com a comunidade.

No material do curso à distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), "Gestão de Riscos e de Desastres: Contribuições da Psicologia" Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), aponta-se que o psicólogo pode:



- Contribuir no preparo da comunidade para a situação de desastre, a partir de um olhar ampliado sobre as relações que as pessoas estabelecem entre si, com os espaços e com o ambiente.
- Auxiliar no fortalecimento das relações comunitárias, favorecendo que se agreguem as capacidades e competências das comunidades para solucionar as crises locais, por meio da criação de redes formais e informais.
- Desenvolver ações voltadas à promoção de uma cultura de redução de riscos de desastres, mobilizando potenciais de ação e habilidades para enfrentar essas situações. (BRASIL, 2010, p. 17).

Considerando esses pontos, a Psicologia Social Comunitária parece ser a área que melhor pode contribuir, por ter arcabouços teóricos para a prática do psicólogo em situações de emergências e de desastres, e nos processos de gestão de riscos de desastres, pois ela se pauta principalmente pela busca da qualidade de vida, pela ética da solidariedade e pela defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e no caso dos afetados. A própria constituição dessa área da Psicologia remete a esse descaso por parte do Estado, pois temos identificadas as áreas de maior risco de ocorrência de desastres em nosso país e não fazemos muito com essa informação. Pensa-se sobre uma área naturalmente envolvida com as emergências e desastres, porque a Psicologia Comunitária se constituiu justamente a partir de movimentos de comunidades e cidadãos negligenciados pelo Estado (PACHECO e SOUZA, 2017).

É importante ressaltar que em situações de desastres as pessoas perdem elementos que fazem parte de sua história, como: casa, meio de trabalho, documentos, familiares, pessoas conhecidas, animais, dentre outros. Essas perdas provocam mudanças significativas em seu cotidiano e na forma de estar em sociedade. É nesse cenário de sofrimento que a Psicologia se apresenta, as intervenções têm como foco restaurar e aumentar a capacidade adaptativa do indivíduo. Para alcançar esse objetivo, devemos oferecer oportunidades para que os afetados utilizem a ajuda e o apoio da família, comunidade, profissionais, além de informar e de esclarecer sobre perspectivas futuras, com intuito de se organizarem psiquicamente perante o evento (FRANCO, 2015; DE FARIAS et al., 2013).

Seja qual técnica a ser utilizada, é necessário o cuidado com os atuantes, com a comunidade e, individualmente, com os afetados ou vítimas. Quando atuamos, precisamos necessariamente estar atentos às reais demandas; porém, nesses casos, essa forma de fazer é fundamental, precisamos “fazer com” a comunidade e “não para” ou “por” ela. Deve-se compor com as equipes e colaborar de forma a fazer parte do cenário (FRANCO, 2015).

No campo terapêutico de atendimento às emergências, a terapêutica mais citada é chamada de “*debriefing*”. É um termo genérico para se referir às intervenções imediatas após um trauma, comumente são mantidas por período de até três dias, e procuram aliviar o estresse com o objetivo de evitar patologias de longa duração. No *debriefing*, usa-se a reconstrução narrativa da experiência e da ventilação catártica dos impactos da situação. A literatura sobre o uso do *debriefing* psicológico não é bem definida, o consenso sugere que a atuação em incidente crítico é nociva, alguns autores ainda compreendem a técnica do *debriefing* psicológico como ineficaz, e relatam que a maior ênfase deve ser dada à triagem dos pacientes que desenvolvem reações ditas patológicas, fornecendo a intervenção precoce (BRUCK, 2007).

De acordo com Moreno et al. (2003 apud SÁ, WERLANG e PARANHOS, 2008) os profissionais que operam com esse tipo de intervenções devem ser ativos e diretos, com papéis e objetivos claros e rápidos. A atuação deve ser ágil e flexível colocando em prática ações para a resolução de problemas e para a superação das múltiplas dificuldades que possam surgir.

Por outro lado, vários autores mencionam cinco componentes fundamentais que devem estar presentes e serem seguidos numa intervenção em crise, apresentados como Fases/Estágios de intervenção: 1. Estabelecer contato psicológico; 2. Analisar o problema; 3. Analisar as possíveis soluções; 4. Assistir para executar ações concretas; 5. Seguimento para verificar o progresso (MORENO et al., 2003; RAFFO, 2005 apud SA, WERLANG e PARANHOS, 2008).

A saúde mental precisa ser pensada de forma multiprofissional, considerando inclusive as construções sócio-históricas dos envolvidos e a cultura dos locais em que as emergências e os desastres aconteceram. Várias são as possibilidades de desfecho

inclusive a morte. "A Psicologia tem contribuído nessas situações, de maneiras desafiadoras e corajosas, uma vez que se mostrou necessário rever alguns posicionamentos tradicionais para construir a abordagem que se mostrasse adequada e necessária para a demanda" (FRANCO, 2012, p. 56).

Os profissionais de resgate, ou socorristas, trabalham diretamente no auxílio a populações que enfrentam situações de urgência, emergência e, até mesmo, desastre. Essa equipe é multiprofissional e, contemporaneamente, o psicólogo faz parte desse grupo. O risco é constante e inerente à ocupação e atuação, exigindo desses profissionais respostas rápidas e assertivas, uma vez que atuam em incêndios, acidentes, terremotos, atentados e outros tipos de desastres (DE ALMEIDA, 2012). É importante ressaltar que as constantes exposições e a atuação imediata após o evento podem levar ao adoecimento dos profissionais.

São vários e diferentes os efeitos que podem ser provocados a partir de exposições constantes. A experiência do trauma pode ou não ser perturbadora, entretanto, o caráter imprevisível das demandas enfrentadas torna estes profissionais mais vulneráveis e suscetíveis ao desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, por exemplo (MAIA & FERNANDES, 2003 apud DE ALMEIDA, 2012).

Neste sentido, o cuidado com quem está cuidando e salvando é fundamental, pois devemos pensar não só nos atingidos, mas também em todos os envolvidos nos eventos, todos que vivenciaram de alguma forma as situações com as comunidades, seja direta ou indiretamente. A atuação em grupo, o processo de troca de experiência e supervisão, são ferramentas importantes no processo de reparação e cuidado de quem cuida.

Franco (2012) coloca o luto como uma das emoções mais poderosas que o ser humano pode viver, pois ninguém permanece o mesmo após viver um luto, ele provoca inevitavelmente uma transformação ampla e profunda, muito mais do que uma experiência dolorosa.



Pesquise mais

Maria Helena P. Franco, em seu texto que segue como sugestão de leitura, apresenta algumas teorias norteadoras para o desenvolvimento e consolidação da área, bem como ampliação desse tema que é bem difícil em nossa cultura. Vale muito a leitura!

FRANCO, Maria Helena Pereira. Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. **O Mundo da Saúde. [Internet]**, p. 54-8, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria_Helena_Franco2/publication/317636058_Crises_e_desastres_a_resposta_psicologica_diante_do_luto/links/595d14240f7e9b3aefade83a/Crises-e-desastres-a-resposta-psicologica-diante-do-luto.pdf. Acesso em: 6 maio 2018.

Torlai (2010, apud FRANCO, 2012) investigou uma parcela da população brasileira afetada por grandes inundações e verificou que a ausência de suporte imediato provocou grandes complicadores no processo de luto. Ficar por muito tempo em abrigos provisórios, estar sem perspectiva de voltar a uma situação em que os afetados estejam mais acostumados, com mais segurança e alguma previsibilidade, perder a ligação com sua terra, com os locais que garantiam identidade, foram alguns dos fatores encontrados em sua pesquisa, que alertam para a necessidade de um trabalho mais focado com as comunidades atingidas, com possibilidades de ações produtivas, com sensibilidade e conhecimento sobre o processo de luto.



Exemplificando

O Instituto Brasileiro de Geografia estatística (IBGE) publicou um perfil das populações que vivem em áreas de maior risco de desastres naturais no Brasil. O profissional que atuará com essas demandas, precisa ter em conta quem são os sujeitos mais afetados e quais são os mecanismos de marginalização dessas populações. Através desse documento, você poderá tomar conhecimento acerca dessas e outras informações.

Acesse: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6d4743b1a7387a2f8ede699273970d77.pdf.

Precisamos ampliar a formação acadêmica, expandir o olhar e favorecer o desenvolvimento de profissionais mais preparados para atuar em equipes multidisciplinares, com maior conhecimento das políticas públicas vigentes em nossa sociedade. Precisamos falar de emergências e desastres, os alunos precisam, minimamente, estar preparados para atuar com essas demandas, pois exige muita flexibilidade em seu fazer e resguardando o compromisso ético e profissional (PACHECO E SOUZA, 2017). E as mesmas autoras alertam:



é preciso fundamentalmente que se leve em conta as questões ético-políticas que atravessam a prática da Psicologia em situações de emergências e desastres e que se formem profissionais críticos e que não estejam presos às técnicas e protocolos, os quais são necessários para organizar as ações e facilitar a comunicação, mas que não são suficientes para lidar com o drama humano. (PACHECO E SOUZA, 2017, p. 144)

Sem medo de errar

Nesta seção, vimos que muitos são os fazeres contemporâneos da Psicologia, num empenho em responder questões sociais e relativas ao sofrimento humano. Conhecemos um pouco da história da Psicologia em emergências e desastres e as possibilidades de atuação do psicólogo na área, conhecemos a Luiza, estagiária de psicologia em uma instituição social, que estava com receios e dificuldades em compreender as várias atuações do profissional psicólogo, mas entrou em contato com uma das possibilidades de atuação do Psicólogo e viu o quanto podemos contribuir socialmente.

O papel da Luiza, em seu estágio na instituição social, é acompanhar e observar a atuação de uma equipe multiprofissional e compreender o papel do psicólogo no processo. Ela também faz os registros dessa atuação, para compor seu processo acadêmico, levar para a supervisão e deixar a memória das atuações na instituição. Luiza está atuando junto à equipe num abrigo comunitário, pois acabaram de sofrer os impactos após uma enchente no bairro. A população está bastante impactada, pois perderam suas casas, objetos, histórias e, em alguns casos, animais domésticos e

familiares. Luiza tem muito trabalho pela frente, terá a oportunidade de sanar suas dúvidas em ações práticas, os moradores relataram que foi a pior enchente que vivenciaram. Estava atenta a tudo, pois a atuação em situações de Emergências e Desastres é um campo novo e com poucas referências, recente a inserção do profissional, mesmo sabendo que esses desastres acontecem há muito tempo, principalmente as enchentes que sempre acometem todo o país.

Luiza percebeu que a atuação com Psicologia em Emergências e Desastres deve ser cuidadosa, não que as outras práticas não sejam, mas que nesse campo o cuidado com a história das pessoas e o momento de extrema fragilidade requer cuidado maior. A atuação do psicólogo não deve e não pode ser como da forma tradicional, deve ser ampliada de forma mais objetiva e considerando as questões relevantes ao que as pessoas estão passando naquele momento. Percebeu que vários são os lutos e que devem ser considerados e nunca desqualificado, pelo local de moradia, seus pertences, sua história, animais e podendo até por entes queridos.

A atuação nesse campo requer uma atenção especial na atuação com equipes, pois o trabalho será sempre em conjunto com outros profissionais, principalmente com a defesa civil, que tem papel fundamental nos desastres, nos resgates, em salvar vidas e evitar outros danos. As formas de atuação não são diversas e não existe regras ou formas, temos ações bem-sucedidas e outras nem tanto, mas o melhor é sempre estar em consonância com a defesa civil e com as associações e grupos existentes na região dos afetados em que os psicólogos vão atuar.

Algo muito importante que Luiza deve observar é a relação com as perdas. O luto se apresenta de várias formas, não devemos desconsiderar a dor que é do outro, ou categorizar as perdas, colocando prioridades, cada sujeito sente de forma diferente o que viveu e o que perdeu. Acolher esse momento e deixar que cada um viva seu luto é fundamental.

Os profissionais envolvidos também precisam de cuidado, precisam ser apoiados, considerando o momento de angústia e sofrimento que passam constantemente com a população a cada evento que trabalham para socorrer os afetados.

Agora Luiza está mais tranquila, mais disposta e atenta para contribuir. Vai poder acolher e trabalhar sem tanto receio, pois

percebeu que estar disposta para apoiar a comunidade é muito importante e que faz toda a diferença.

Faça valer a pena

1. A Psicologia trabalha na qualidade de vida e com o sofrimento humano. Nesse sentido, muito tem a contribuir com o tema Emergências e Desastres.



A Psicologia das emergências estuda o comportamento das pessoas nos incidentes críticos, acidentes e desastres, desde uma ação preventiva até o pós-trauma e, se for o caso, subsidia intervenções de compreensão, apoio e superação do trauma psicológico às vítimas e aos profissionais. O assunto se estende as questões que vão da experiência pessoal do estresse pós-traumático aos eventos adversos provocados por calamidades, sejam naturais e/ou provocadas pelo homem na sociedade. (BRUCK, 2007, p. 8)

Considerando o papel do psicólogo nas situações de emergências e desastres, assinale a alternativa correta.

- a) A Psicologia das Emergências estuda o comportamento dos acidentes climáticos onde envolvem as pessoas em acidentes e desastres.
- b) Atua desde uma ação preventiva até o pós-trauma e, se for o caso, subsidia intervenções de compreensão, apoio e superação do trauma cardíaco às vítimas e aos profissionais.
- c) Seu trabalho tem por objetivo atuar de forma psicoterápica tradicional, realizando ações como no consultório clínico, apenas com a mudança de setting.
- d) Estuda o comportamento das pessoas nos incidentes críticos, acidentes e desastres, desde uma ação preventiva até o pós-trauma e, se for o caso, subsidia intervenções de compreensão, apoio e superação do trauma psicológico às vítimas e aos profissionais.
- e) Atua de forma individualizada e num trabalho solitário, sem contar ou integrar nenhuma equipe que esteja atuando no local e com os afetados e não subsidia intervenções de compreensão, apoio e superação do trauma psicológico às vítimas e aos profissionais.

2. No texto de Melo e Santos (2011, p. 171), relatam um cenário de desastres:

No cenário nacional, podem ser citadas algumas ocorrências de desastres não naturais que abalaram o país, como o acidente aéreo com o Fokker 100 da TAM, em 1996, que resultou na morte de 99 pessoas, conforme notícias de Desastres aéreos (1996); o acidente envolvendo o Boeing 737 da GOL, em 2006, no qual morreram 154 pessoas, também como mostra reportagem em Desastres aéreos (2006); o desabamento das obras da Linha Amarela do Metrô, na cidade de São Paulo, em janeiro de 2007 que, apesar de não ter um grande número de mortos (sete vítimas), provocou pânico na população por colocar em xeque um dos meios de transportes mais utilizados e considerado seguro pelos cidadãos (FOLHA ONLINE, 2007). Também se pode lembrar aqui o mais recente e o mais trágico acidente da história da aviação brasileira, a queda do voo 3054, o Airbus também da TAM, que matou 199 pessoas, mobilizou todo o país e desencadeou a crise denominada "apagão aéreo" em que foi criada, inclusive CPI no Senado federal. (SENADO, 2007)

Franco (2012) afirma o quanto o trabalho da Psicologia com a população que enfrentou crises ou desastres aproxima a área da necessidade de desenvolver uma consciência para o impacto que seu trabalho tem diante do sofrimento humano. Seja em larga escala nos casos de mortes em massa, ou em menor escala, mas também importante, nos casos de luto por uma pessoa significativa, ou por perder sua identidade, ou ainda por um precioso senso de pertencer a uma comunidade.

I - A atuação do profissional psicólogo deve ser flexível e cautelosa quanto ao impacto que sua atuação terá sobre uma pessoa afetada pós um evento traumático, já que essa atuação o aproxima dos usuários.

PORQUE

II – A atuação só é importante e significativa para eventos de grande escala, com impactos traumáticos e com muitas mortes e lutos dolorosos.

Sobre as asserções acima, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

3. Analise as alternativas abaixo sobre Psicologia das Emergências e Desastres, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa.

- () O psicólogo deve colaborar para criação/fortalecimento de uma rede de suporte social junto a comunidades atingidas.
- () Precisamos ampliar a formação acadêmica, expandir o olhar e favorecer o desenvolvimento de profissionais mais preparados para atuar em equipes multidisciplinares, com maior conhecimento das políticas públicas vigentes em nossa sociedade.
- () Não existe uma única forma de atuar na Psicologia em situações de desastres, tampouco um perfil único do psicólogo para atuar.
- () Saúde mental precisa ser pensada de forma unicausal, desconsiderando inclusive as construções sócio-histórica dos envolvidos, considerando a cultura dos locais em que as emergências e desastres aconteceram.

Sobre as alternativas assinale a alternativa correta:

- a) V – V – V – V.
- b) V – F – V – F.
- c) V – V – V – F.
- d) V – F – F- F.
- e) F – F – V - V.

Seção 2.2

Psicologia ambiental

Diálogo aberto

Muitos são os fazeres contemporâneos da Psicologia, várias áreas e práticas vão se apresentando com a possibilidade de responder às questões sociais, bem como ao sofrimento humano. Na verdade, a inserção do psicólogo, seu envolvimento e contribuições são recentes em situações que já ocorrem há muito tempo. Considerando nosso papel em colaborar com o desenvolvimento dos sujeitos e sua transformação visando melhor qualidade de vida, nosso fazer de fato precisa acompanhar as subjetividades, que são dinâmicas e se apresentam a partir das singularidades dos sujeitos.

E falar em singularidade, remete-nos a estarmos atentos à avaliação dos contextos, termos uma visão sócio-histórica ampliada, pois precisamos pensar em contribuir com os vários “brasis” que se apresentam diariamente de Norte a Sul, onde os psicólogos respondem demandas cotidianamente. Pensando nisso, sabemos que é complexo para os estudantes e estagiários de Psicologia entenderem tamanha diversidade a ser considerada.

Luiza, estagiária de Psicologia, acompanha uma equipe multiprofissional nos cuidados de uma comunidade que passa por situações difíceis pós-enchente. As intervenções institucionais estão sendo realizadas no abrigo comunitário que acolheu as vítimas e Luiza está acompanhando de perto as intervenções do psicólogo. As pessoas perderam suas casas, o bairro, por enquanto, está todo desorganizado, sujo, com as casas destruídas e pertences perdidos, ainda sem dimensão dos estragos, pois a água está abaixando. Perderam moradias, sua história, além de modificações do ambiente e da comunidade.

Diante desse contexto, a orientadora de Luiza solicitou que a estagiária realizasse uma pesquisa a respeito da Psicologia Ambiental, buscando identificar as ações desenvolvidas na área e os resultados obtidos para que, a partir desse levantamento, seja possível elaborar um programa de intervenção específico com essa

população e ambiente, considerando as relações interpessoais dos afetados e residentes dessa comunidade. Para a elaboração desse relatório, Luiza precisa observar, com as mudanças ambientais, quais os novos arranjos serão necessários para que o grupo se reestabeleça, considerando as relações interpessoais e a relação pessoa-ambiente.

Vamos realizar esse estudo com Luiza e responder aos questionamentos apresentados. Para tanto, nesta seção, estudaremos como foi o surgimento e histórico da Psicologia Ambiental no Brasil, conhecer as características e pressupostos básicos dessa área, compreender o que chamam de níveis de abordagem da Psicologia Ambiental e como percebemos as relações entre as questões ambientais e a Psicologia no Brasil.

Não pode faltar

Olá! Nesta seção, vamos falar a respeito da Psicologia Ambiental, mais uma área considerada emergente na Psicologia. A respeito dessa temática, abordaremos o surgimento e histórico da área no Brasil, suas características e pressupostos básicos, os níveis de abordagem da Psicologia Ambiental e as questões ambientais e a Psicologia no Brasil. Esperamos que, ao final desta seção, você tenha aprendido conteúdos importantes relacionados à área, tenha interesse em pesquisar ainda mais e, aprimorando seus estudos, desenvolva sua prática profissional com comprometimento e ética.

A Psicologia Ambiental surgiu inicialmente com o nome de "Psicologia da Arquitetura" no final dos anos 50 e começo dos anos 60 e se deu após a Segunda Guerra Mundial para a reconstrução das cidades. Surgiu com a necessidade de implementar programas habitacionais de larga escala. Profissionais como arquitetos e planejadores urbanos, junto com os cientistas do comportamento, deram-se conta de que "o ambiente construído deveria refletir não somente princípios de construção e estética, mas também outros fatores como as necessidades psicológicas e comportamentais dos futuros ocupantes" (CANTER & CRAIK, 1981 apud MELO 1991, p. 85).

A Psicologia Ambiental é considerada uma disciplina bem jovem. Os primeiros livros sobre educação ambiental, foram publicados na década de 1970, nos Estados Unidos, apenas uma década antes que

na França. Segundo Moser (1998, p. 121) “a Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as interrelações – e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social”.



Assimile

Pinheiro (1997) nos lembra de nossa tradição da Psicologia Social; o primeiro nome a ser mencionado é, obrigatoriamente, Kurt Lewin (1965). Ele foi criador do termo ecologia psicológica, Lewin é mais conhecido em Psicologia Ambiental por sua famosa equação: $C = f(P \times A)$, na qual a visão psicológica tradicional de ambiente (A) determinando o comportamento (C) é confrontada pela constante interação (a multiplicação) entre pessoa (P) e ambiente, que se influenciam mutuamente, isto é, são variáveis interdependentes.

Considerando-se que o ser humano modifica o meio e este também produz mudanças no ser humano, a Psicologia Ambiental surge na Arquitetura e este início (em outra área) se justifica porque os espaços que eram criados para determinado uso passaram a ser transformados e utilizados de acordo com os interesses das pessoas, considerando suas percepções e subjetividades. Por ser uma área com várias intersecções com outros campos, já nasce como uma área multidisciplinar (LYNCH, 1997).

De acordo com Fischer et al. (1984 apud GÜNTHER; ROZESTRATEN, 1993), a Psicologia Ambiental pode ser considerada gestaltista, ecológica, social, interdisciplinar, multi-metodológica e de pesquisa-ação. Os termos gestaltista, ecológica e de pesquisa-ação mostram a influência das ideias de Kurt Lewin, como um dos pioneiros da Psicologia da Gestalt, já chamando atenção para a inter-relação pessoa-ambiente e visando também a aplicabilidade na pesquisa-ação.

Com seu caráter multidisciplinar, a Psicologia Ambiental recebe contribuições de outras disciplinas, tais como: Geografia Humana, Sociologia Urbana, Antropologia, Planejamento e Arquitetura. Mesmo antes de seu reconhecimento como área distinta, pesquisas já tinham sido realizadas por cientistas comportamentais, pois tinham interesses comuns, como por exemplo, os estudos da interferência dos fatores do ambiente, como: luz, ventilação, etc., sobre o

comportamento e desempenho do homem em seu trabalho, tendo em vista uma maior produtividade (MELO, 1991).

No Brasil, a discussão sobre a ambientalização da Psicologia praticamente não existe. Com exceção de Günther (2004, apud MONTEIRO; CARVALHO; CABRAL JR., 2016, p.313), ele argumenta em seus escritos que, “apesar do estabelecimento da Psicologia Ambiental como uma subdisciplina da Psicologia, o futuro desta subdisciplina depende da ambientalização da Psicologia como um todo e de suas subdisciplinas.”

A Psicologia Ambiental é uma disciplina importante para a formação de novos psicólogos, pois ela tem relação com várias áreas da Psicologia e está diretamente ligada às discussões acerca do território e do meio ambiente. Não podemos desconsiderar as dimensões sociais e culturais que estão sempre presentes na definição dos ambientes, juntamente com a percepção, a avaliação e as atitudes do indivíduo diante do ambiente.

No que diz respeito à subjetividade humana, Moser (1998) afirma que cada um percebe, avalia e tem atitudes individuais em relação ao seu ambiente físico e social. Assim, consideramos e estudamos a interrelação e os seus efeitos no ambiente físico, sempre particular sobre as condutas humanas. Desse ponto de vista, estamos estudando a reciprocidade entre as pessoas e o ambiente em que vivem, pois se dá numa interrelação dinâmica tanto nos ambientes naturais quanto nos construídos. Ainda segundo o autor, essa interrelação “é dinâmica porque os indivíduos agem sobre o ambiente (por exemplo, construindo-o), mas esse ambiente, por seu turno, modifica e influencia as condutas humanas” (MOSER, 1998, p. 122).



Pesquise mais

Como no início do texto *Queres penetrar no infinito?* Avança por todos os lados no finito (Goethe), Günther e colaboradores apresenta a Psicologia Ambiental (PA), uma área de estudos dedicada a compreender as inter-relações entre pessoas e ambientes.

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. IN: GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J. Q. (orgs.) **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 369-380.

Para a Psicologia Ambiental, a relação indivíduo-ambiente se dá de forma dialética, ou seja, não tem como estudar ou compreender o indivíduo sem o ambiente e vice-versa. Entende-se que nesta relação deve-se considerar que os indivíduos modificam o ambiente e são por ele modificados. A Psicologia Ambiental tem uma característica muito importante, ela estuda o componente indivíduo e ambiente, como uma unidade e não como componentes distintos. A Psicologia tradicional estuda a percepção, sensação separada do estímulo ambiental. Já para os psicólogos ambientais, o estudo da percepção não acontece fora de seu ambiente natural (MELO, 1991).

Nesse caso, a especificidade da Psicologia Ambiental é compreender como os sujeitos avaliam e percebem o ambiente, ao mesmo tempo, como esses são influenciados por esse ambiente que é modificado o tempo todo (MOSER, 1998).



Refleta

Para a Psicologia Ambiental:

Num estudo de percepção de uma paisagem urbana, por exemplo, devem ser levados em consideração não só os conteúdos da paisagem (complexidade, novidade, movimento, etc.) mas também a experiência passada do observador (ex. o tempo de moradia do sujeito no local), sua associação auditiva e olfativa com a paisagem, suas características de personalidade, etc. Todas essas coisas formam uma unidade global do ambiente-comportamento perceptual. (MELO, 1991, p. 87)



O psicólogo ambiental parte do pressuposto de que possui, acima de tudo, uma existência física, e não apenas uma existência social. O homem, onde quer que esteja, ocupa algum espaço que exige algumas características especiais, como iluminação, ventilação, abrigo do sol e do calor etc. ou a ausência disso, tudo para manter suas relações sociais num certo padrão. Caso o ambiente não atenda aos seus objetivos, ele tenderá a modificá-lo, a fim de torná-lo congruente com suas necessidades. O homem vive experiências e controla sistemas conceituais que os permite identificar as construções, a exemplo de determinados prédios,

como sendo igrejas, museus, clubes, residências. Nesse sentido, só é capaz de identificar porque tem vivenciado experiências em diferentes instituições (MELO, 1991).

Na arquitetura pós-moderna, Melo (1991) afirma ainda que esse reconhecimento muitas vezes fica sem identificação tão natural, pois apenas com as fachadas não é possível identificar a categoria a que a edificação pertence, pois o tipo de arquitetura foge dos padrões habitados nas experiências.



Pesquise mais

Melo (1991) apresenta a Psicologia Ambiental de forma clara e traça o histórico da área para mostrar seu nascimento e a consolidação como disciplina. Vale a leitura!

MELO, Rosane Gabriele C. de. Psicologia Ambiental: uma nova abordagem da Psicologia. **Psicologia USP**, v. 2, n. 1-2, p. 85-103, 1991. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v2n1-2/a08v2n12.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

As áreas de aplicação da Psicologia Ambiental são divididas por níveis, a saber: Nível Pessoal, Nível Arquitetônico e o Nível urbano-regional.

No **nível Pessoal**, inclui-se aspectos relacionados com o comportamento espacial, tais como: espaço pessoal, territorialidade, privacidade e superlotação. O estudo desses comportamentos tem raízes na Biologia e Antropologia, bem como na Psicologia Social e na Arquitetura (MELO, 1991).



Refleta

“O espaço pessoal é definido como um espaço imaginário ao redor do indivíduo, necessário para manter sua privacidade e seu apropriado nível de intimidade” (ALTMAN, 1975 apud MELO, 1991, p. 90).

A territorialidade é uma necessidade do indivíduo em manter o controle sobre o espaço que tem. Se no caso for uma residência, os muros e as grades determinam o limite de seu domínio e qualquer ação relacionada com a invasão em seu território sem um convite é sentida como uma invasão à sua intimidade. “Territorialidade e espaço pessoal são mecanismos utilizados para atingir a privacidade e a situação de superlotação é a condição na qual os objetivos da privacidade não são atingidos ou são atingidos a um alto custo” (ALTMAN, 1875 apud MELO, 1991, p. 90).

No **nível arquitetônico**, vários estudos foram realizados com residências, prédios comerciais, escritórios, escolas, prisões, hospitais, museus e diversas outras instituições.

Os princípios de superlotação, privacidade, espaço pessoal, territorialidade, percepção do ambiente como também os efeitos de ruídos, temperatura, circulação do ar, no comportamento são observados e analisados em relação à estrutura ambiental interna dos projetos habitacionais e de várias outras instituições. (ALTMAN, 1875 apud MELO, 1991, p. 90)

As pesquisas se deram inicialmente por esse nível, pois desejavam aumentar a produtividade dos funcionários em diversos segmentos de instituições. Em um segundo momento, os interesses de pesquisa voltaram-se para o conforto, para as configurações do ambiente e como esses aspectos modificavam as relações sociais.

E, no **nível urbano-regional**, as pesquisas têm implicações para as políticas urbanas e regionais. Dentre as pesquisas, incluem-se os estudos dos aspectos psicológicos dos transportes tanto terrestres, quanto aéreos e aquáticos. Segundo Melo (1991, p. 96), estes estudos podem ser subdivididos em três áreas: 1- O estudo do transporte como um elemento destruidor ou perturbador do ambiente; 2- As consequências psicológicas do uso de um particular tipo de transporte; 3- Os problemas associados com os usos de uma forma particular de transporte ou sistema de transporte.

Com relação ao estudo dos transportes como elemento perturbador do ambiente, um exemplo de investigação é o estudo

de O’Cathain (1976 apud Melo, 1991) sobre os efeitos psicológicos do transporte para o planejamento e seus efeitos nas pessoas. Ele relacionou o barulho do tráfego com a configuração das casas e sua densidade e demonstrou que o problema do barulho pode ser bastante reduzido se for considerado o *layout* de construção da casa, além de considerar sua proximidade com as estradas.



Os estudos mais comuns, envolvendo transportes, são sobre a relação entre os efeitos da poluição sonora e atmosférica sobre o comportamento. Muitos desses estudos, em particular aqueles sobre automóveis ou aviões, estão interessados nos efeitos do seu barulho no sono ou no "stress". Um grande número dessas pesquisas tem implicações imediatas para a formulação de políticas (ex. determinar o nível de ruído aceitável em cada área determinar a área de implantação de aeroportos, estradas, linhas de trem e indústrias). (MELO, 1991, p. 96)



Assimile

No artigo a seguir, são apresentados, alguns efeitos da poluição sonora e visual na relação com o meio ambiente e a sociedade.

CODATO, Marcos Vinícius Ferreira. **Poluição visual e sonora: uma relação conturbada entre meio ambiente e sociedade.** Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - REGET e-ISSN 2236 1170 - V. 18 n. 4 Dez 2014, p.1312-1317. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwil4YT3iqiCAXWNLrkGHfy0CaUQFnoECB8QAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsm.br%2Freget%2Farticle%2Fdownload%2F14516%2Fpdf%2F76008&usq=AOvVaw1-Hy3nqnmQzsJohxjxHHSb&opi=89978449>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Pinheiro (1997) sinaliza que, de forma geral, os pesquisadores apontam que a Psicologia precisa se engajar na análise e no encaminhamento de soluções para os problemas ambientais, pois são de fato, problemas humano-ambientais e temos como contribuir. Todos nós temos contato com informações sobre os

graves problemas ambientais que nosso mundo enfrenta atualmente, e em alguma medida todos também já passamos por algum, ou conhecemos quem já passou. Se não por vivência, por interesse profissional, possivelmente tivemos contato através da veiculação dos mesmos pela mídia, pois o tema sempre causa repercussão social e garante audiência.

Ainda, segundo o autor, o crescimento populacional tem sido objeto de inúmeras análises e é considerado um dos eixos centrais da chamada crise ambiental. Ele destaca o fato que durante 99,9% da história da humanidade fomos menos de 10 milhões de pessoas habitando o planeta e, só muito recentemente, chegamos em aproximadamente 8 bilhões atuais. Impossível não impactar o planeta e as relações interpessoais. Se os números causam espanto, imagine suas implicações relativas às diferentes regiões do globo. São ainda mais preocupantes.



Pesquise mais

Nesse texto, podemos compreender o quanto a Psicologia precisa se engajar na análise e no encaminhamento de soluções para os problemas ambientais, pois estes são, de fato, problemas humano-ambientais.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 377-398, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v2n2/a11v02n2.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

Segundo dados da Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento (Gonçalves, 1996, apud Pinheiro, 1997, p. 379), "os países em desenvolvimento são responsáveis por 95% do crescimento demográfico mundial, sofrendo muito mais suas consequências sociais, econômicas e ambientais". Nossa América Latina cresce, em média, 2,1% ao ano, e os nossos problemas vão se agravar ainda mais e de forma rápida por termos o índice de urbanização mais elevado do mundo, 72% (PINHEIRO, 1997).

No Brasil, o êxodo rural – transferência da população do campo para as cidades – levou a população para as periferias miseráveis de nossas grandes cidades, com um contingente populacional deslocado tanto espacial, como temporalmente. Tanto social, econômica e ideologicamente, a população sofre com o modelo hegemônico de nossa sociedade, baseado no consumo em grande escala, no desenvolvimento tecnológico e na exploração dos recursos naturais de forma intensa, causando profundos desequilíbrios em micro e mega escala (PINHEIRO, 1997).



Exemplificando

Os desafios ambientais no Brasil estão intrinsecamente ligados a uma situação de crise ampla e à ausência de uma política eficaz de planejamento para o uso dos recursos naturais. Isso resultou em sua exploração irracional, causando perdas irreparáveis e, conseqüentemente, acarretando significativas repercussões econômicas devido à degradação ambiental. Conheça mais sobre acessando o artigo: A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL GLOBAL E LOCAL.

MAZZOCATO, Ana Paula Facco; RIBEIRO, Pablo da Costa. **A problemática ambiental global e local.** Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, s/a. ISSN 1981 – 3694. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewinicaapaiCAxVODLkGHf8mBCUQFnoECBEQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsm.br%2Frevistadireito%2Farticle%2Fdownload%2F8388%2F5078%2F36827&usg=AOvVaw21tgrZQukf260_9bK-of94&opi=89978449. Acesso em: 15 jan. 2024.

A Psicologia recebe muitos questionamentos sobre preocupações sociais relacionadas aos problemas ambientais. Porém, tem dificuldades e poucas condições de responder ou concretizar essas respostas de modo conclusivo e aplicável à realidade ampla da crise humano-ambiental ou à orientação de intervenções socioambientais específicas (POL, 1993; STERN & OSKAMP, 1987 apud PINHEIRO, 1997).

Pinheiro (1997) afirma que precisamos lembrar que a Psicologia, como profissão e campo formal de atividade científica, é recente e está no cenário mundial há pouco mais de um século. Portanto, apareceu depois que a população mundial já ultrapassara o

primeiro bilhão. Devemos considerar também que a prática do psicólogo, ainda está restrita às zonas urbanas, assim, fazemos mais parte do cenário da crise ambiental do que como agente de sua solução.



Reflita

Para encerrar, confira a lista elaborada pelo parque Cientec, com indicações de produções audiovisuais que podem auxiliar no processo de conscientização ambiental.

Acesse: <https://www.parquecientec.usp.br/saiba-mais/filmes-solo-e-meio-ambiente>.

Sem medo de errar

Luiza é uma estudante de Psicologia que está desenvolvendo seu primeiro estágio. Ela tem apresentado certa dificuldade em responder a alguns questionamentos feitos pela orientadora de estágio e em compreender tantas possibilidades. Luiza está estagiando em uma instituição social e seu papel é acompanhar e observar a atuação de uma equipe multiprofissional, compreendendo o papel do psicólogo no processo, além de fazer os registros dessa atuação, para compor seu processo acadêmico e levar para a supervisão. No momento, a equipe está acompanhando a população num abrigo comunitário, pois acabaram de sofrer os impactos após uma enchente no bairro. A população está bastante abalada, pois perderam casas, objetos, histórias e, em alguns casos, animais domésticos e familiares. O bairro, por enquanto, está todo desorganizado, sujo, com as casas destruídas e pertences perdidos, sem dimensão dos estragos, pois a água ainda está abaixando. As pessoas perderam suas casas, suas histórias, além de modificações do ambiente e da comunidade.

Em seu processo de construção do relatório, a estagiária começa a responder às questões que tem observado à luz da Psicologia Ambiental. Considerando que o sujeito interfere no meio e, dialeticamente, o meio interfere na constituição de subjetividade, as alterações pós enchente mobilizam muito os moradores. Nessas situações, a falta de pertença e sentimento de vazio se apresentam naturalmente, o que também acontece em relação a perda das relações com os companheiros na comunidade.

Sabemos o quanto a relação com o local de moradia e a territorialidade são importantes para o desenvolvimento humano, bem como para a construção de nossa identidade. As áreas vão se entrelaçando e, mesmo com questões e objetivos mais específicos, sempre consideramos questões abrangentes, considerando os contextos em que as pessoas se desenvolvem.

No caso, a equipe que Luiza está acompanhando considerou que as relações já estão estabelecidas e que estar em situação de emergência, no caso do abrigo comunitário, não deve justificar a remoção dos moradores para qualquer área da cidade, a menos que seja construída essa opção com os atingidos pela enchente. As pessoas se constituem de forma identitária a partir de seu território e a partir das relações interpessoais que vão estabelecendo no meio em que vivem.

A compreensão de que a subjetividade se constitui no cotidiano e o cuidado na forma como o trabalho é desenvolvido com as vítimas são aspectos necessários e fundamentais para a atuação do psicólogo e para que o trabalho seja de via dupla, permitindo que os resultados sejam vistos. O fazer com é fundamental para esse feedback, o assujeitamento da população já está posto na falta de condições dignas de moradia e sem conseguir acesso as necessidades básicas, não podemos dar continuidade a esse olhar em nosso fazer.

Luiza percebeu e observou tudo isso de forma muito atenta, considerou esses pontos na construção de seu relatório e apresentou suas reflexões para a orientadora. Notou que as mudanças ambientais que foram produzidas pelo homem também produziram mudanças neles; tais transformações desencadearam a necessidade de avanços nas resoluções de problemas em seu cotidiano, considerando a intervenção que farão no ambiente, cuidando de suas consequências. Percebeu que o reestabelecimento do grupo será processual, que as pessoas se apoiam, estão irmanadas por passarem pela mesma situação, porém sabem que precisarão de novos arranjos para a reconstrução dos espaços.

Luiza já tem claro que, para compreender o processo de construção subjetiva das pessoas, precisa compreender o ambiente em que vivem e viveram. Compreendeu tudo isso na prática, está mais tranquila para escrever seu relatório e apresentar tudo foi possível observar.

Faça valer a pena

1.

O psicólogo ambiental parte do pressuposto de que o homem não possui apenas uma existência social, ele possui acima de tudo uma existência física. O homem onde quer que esteja, ocupa algum espaço, espaço esse que exige algumas propriedades especiais, como iluminação, ventilação, abrigo do sol e do calor, etc. ou a ausência disso, para que possa desenvolver as suas atividades e manter suas relações sociais num certo padrão. Caso o ambiente onde o indivíduo se encontre não atenda aos seus objetivos, ele tenderá a modificá-lo a fim de torná-lo congruente com suas necessidades. (MELO, 1991, p. 87)

Sobre Psicologia Ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) O psicólogo ambiental fica atento apenas às questões envolvendo o meio ambiente, considerando apenas a existência física.
- b) Para o psicólogo ambiental, o homem possui uma existência social e física, ocupando espaços e exigindo algumas propriedades.
- c) Caso o ambiente onde o indivíduo se encontre não atenda aos seus objetivos, ele tenderá a mantê-lo como está sem atender suas necessidades.
- d) O homem, onde quer que esteja, ocupa algum espaço que não exige nenhuma propriedade especial.
- e) O psicólogo ambiental, fica atento apenas às questões envolvendo o meio ambiente, considerando apenas a existência social.

2. No texto de Pinheiro (1997, p. 380-381), ele diz:

Observa-se em praticamente todos os lugares do mundo uma preocupação social, independentemente de seus tons políticos e ideológicos, pelos problemas ambientais. Se lembrarmos também que são os comportamentos das pessoas que agravam (e provocam) os “problemas ambientais”, e que as alterações ambientais, por sua vez, irão interferir na qualidade de vida dessas mesmas pessoas, concluiremos que esses problemas são, na verdade, problemas da humanidade (Corraliza, 1997, p. 27), como apontado no início deste trabalho. Apesar de importantes aproximações entre disciplinas voltadas para a questão

ambiental (por exemplo, Ecologia e Economia), a Psicologia precisa fazer parte desse esforço, pela necessidade de se compreender o ser humano frente ao ambiente. Para a Psicologia os problemas ambientais oferecem dupla oportunidade: desenvolver teórica e cientificamente conhecimentos sobre a forma de agir das pessoas, e influir nos rumos da sociedade em um de seus aspectos mais fundamentais. (Corraliza, 1997)

Sobre o ponto de vista apresentado por Pinheiro sobre Psicologia Ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) Sabe-se que em praticamente todos os lugares do mundo há uma preocupação social das questões ambientais, sempre com um lado político e ideológico.
- b) Apesar de importantes aproximações entre disciplinas voltadas para a questão ambiental, a economia não faz parte da discussão, tampouco é importante nesse cenário.
- c) Faz-se necessário que a Psicologia participe das discussões ambientais, pela necessidade de se colocar no mercado e não para compreender o ser humano frente ao ambiente.
- d) Para a Psicologia os problemas ambientais não oferecem oportunidade para desenvolver conhecimentos teóricos e científicos sobre a forma de agir das pessoas.
- e) Faz-se necessário que a Psicologia participe das discussões relativas às questões ambientais, pela necessidade de se compreender o ser humano frente ao ambiente.

3. Com seu caráter multidisciplinar, a Psicologia Ambiental recebe contribuições de outras disciplinas, tais como: Geografia Humana, Sociologia Urbana, Antropologia, Planejamento e Arquitetura. Mesmo antes de seu reconhecimento como área distinta, pesquisas já tinham sido realizadas por cientistas comportamentais, pois tinham interesses comuns, como, por exemplo, os estudos da interferência dos fatores do ambiente, como: luz, ventilação etc., sobre o comportamento e desempenho do homem em seu trabalho, tendo em vista uma maior produtividade (MELO, 1991).

I – O psicólogo ambiental parte do pressuposto de que possui, acima de tudo, uma existência física, e não apenas uma existência social.

II – A Psicologia Ambiental tem uma característica muito importante, ela estuda o componente indivíduo e ambiente, como uma unidade e não como componentes distintos.

III- Por ser uma área com várias intersecções com outros campos, já nasce como uma área multidisciplinar.

IV - Os estudos da interferência dos fatores do ambiente, como: luz, ventilação, etc., não incidem nenhum tipo de influência no comportamento e desempenho do homem em seu trabalho.

Sobre as afirmações assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- e) Apenas a alternativa II está correta.

Seção 2.3

Psicologia e religião

Diálogo aberto

Você se lembra de Luiza, a estagiária de Psicologia que está atuando junto a um abrigo comunitário que acolheu vítimas de uma enchente? Luiza está muito empolgada por verificar que a atuação dos psicólogos não é tão limitada quanto ela lê e vê em novelas, séries e romances. Suas preocupações e dúvidas estão cada vez menores. Luiza está aprendendo muito com o estágio supervisionado que está desenvolvendo com uma equipe multiprofissional nos cuidados de uma comunidade que passa por situações difíceis pós-enchentes. Passou a perceber que, mesmo em situações de grande desastre, a comunidade se mantém forte e com fé na reconstrução de suas casas e volta de seus pertences.

Assim, Luiza sentiu-se intrigada: sabe que Psicologia e religiosidade também é um tema da Psicologia e fica pensando o quanto essa ligação contribui para o desenvolvimento dos atingidos. Começou a recolher vários relatos dos moradores sobre suas crenças e observou o quanto se sentem motivados a continuar e garantir uma vida melhor.

Ao refletir sobre essas questões, Luiza levou, para a supervisão de estágio, relatos dos atingidos repletos de exemplos de como a crença e religiosidade da população parecem influenciar suas ações, além de contribuir com a saúde dos afetados. A partir dos apontamentos de Luiza, a orientadora solicitou que ela pesquisasse sobre Psicologia e Religiosidade, identificando os objetivos dos estudos psicológicos nessa área. A partir dessa investigação, a orientadora acredita que a estagiária compreenderá melhor a relação entre religiosidade e Psicologia, desenvolvendo, assim, uma prática qualificada e cuidadosa. Além disso, a orientadora também espera que Luiza seja capaz de responder às seguintes questões: a atuação do profissional na Psicologia e Religião pode ser confundida com a atuação religiosa? Como compreender essa interface com a saúde sem desconsiderar o fazer laico do psicólogo?

Espera-se que, ao estudar o conteúdo dessa seção, considerando a distinção de termos como religião, religiosidade, fé, espiritualidade e misticismo, a Psicologia da Religião, a espiritualidade e a saúde e a psicopatologia da religião, você esteja mais preparado para auxiliar Luiza a responder aos questionamentos propostos!

Vamos nessa?

Não pode faltar

A Psicologia da Religião aborda, essencialmente, aspectos tanto da Psicologia quanto da Religião. Isso é alcançado por meio da aplicação de métodos experimentais, fenomenológicos e, em alguns casos, de natureza teológico-pastoral. Ela se interessa pela dimensão psicológica ao estudar as estruturas da consciência religiosa em relação à religião (e não apenas às formas religiosas). Além disso, investiga os aspectos religiosos ao examinar a expressão da experiência religiosa e se aprofundar na análise das crenças, como a fé em Deus, conceitos de salvação, compreensão da relação entre o mundo e Deus, bem como a manifestação dessas crenças por meio do culto e de rituais (RIBEIRO, 2008).

A principal ação do professor reflexivo parte do processo em que ele ao realizar qualquer atividade com o estudante, inicialmente ele se coloca no lugar dele, tentando compreender o significado de como aquele sujeito receberia tal conhecimento. Nesse mesmo sentido, o seu papel acaba tendo dois caminhos, o de investigar o que atende o estudante e o de mediar o processo..

Estudar, refletir e escrever sobre religião é trabalhar sobre o mesmo material de que ela é feita, da experiência humana nos seus limites, assim como de símbolos culturais, que constituem e alimentam, constroem e enriquecem viabilizam nosso espírito e nossa existência neste mundo. (DALGALARRONDO, 2009, p. 19)



É comum a definição de que as pessoas buscam pela religiosidade em momentos de desesperos ou aflições para aliviar o sofrimento vivido (ANGERAMI, 2008).

A fé é compreendida de forma diferente da Ciência, pois fé envolve crença e Ciência consiste em investigação de hipóteses. O Estado brasileiro é laico, ou deveria ser, logo se entende que se deve preservar o direito que cada um tem em ter a religião que deseja, de crer ou de não crer. Nesse sentido, os conselhos de Psicologia reconhecem a obrigatoriedade de cada psicólogo atuar com base no princípio da laicidade do Estado (PAIVA et al., 2009). Assim, a atuação profissional deve ser neutra, independente das crenças pessoais dos profissionais. A Psicologia poder ter uma dimensão espiritual, ou considerar essa dimensão nas pessoas, mas não tem a dimensão religiosa.

A religiosidade é o objeto de investigação dos mais complexos, como fenômeno humano, é a dimensão mais marcante e significativa da experiência humana em seu cotidiano e na construção de subjetividade. Sobre ela implicam várias dimensões como experimental, psicológica, sociológica, antropológica, histórica, política, teológica e filosófica, sendo abordagens e dimensões variadas e distintas no desenvolvimento da vida cotidiana e individual dos sujeitos (DALGALARRONDO, 2009).

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2016) apresenta opinião contrária a qualquer tentativa de imposição de dogmas religiosos. Compreender e entender a religiosidade se faz necessário, pois se refere a uma dimensão importante relacionada a como cada um compreende o mundo, vivencia e desenvolve suas relações sociais a partir de sua cultura. Nossa atuação profissional é fundamentada cientificamente; nesse sentido, nossa compreensão do funcionamento psíquico do indivíduo independe da crença religiosa (ou da ausência da mesma) do profissional.

Amatuzzi (2008) apresenta um critério a ser utilizado pelo psicólogo quando esse tema aparece no contexto clínico; o profissional deve focar na autocrítica de seu cliente, além de compreender se o tema e a experiência estão levando-o para o crescimento pessoal. O autor deixa evidente que o critério do trabalho do psicólogo não deve se valer de nenhuma tradição espiritual específica, mas se a experiência espiritual é uma vivência saudável para o sujeito. Nesse sentido, não precisa se esquivar do assunto, e sim, ajudar a pessoa a perceber se sua religiosidade está contribuindo e não alienando.



O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo publicou, em 2016, uma coleção que aborda a temática da Psicologia, religião e religiosidade discorrendo sobre a interface entre as áreas e a necessidade de defesa da Psicologia pela laicidade na construção e definição de políticas públicas e na garantia dos direitos dos cidadãos.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas** – Volume 1. São Paulo: CRP - SP, 2016. Disponível em: <http://crpsp.org/fotos/pdf-2016-06-21-18-16-42.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Na Fronteira da Psicologia com os Saberes Tradicionais: Práticas e Técnicas** – Volume 2. São Paulo: CRP - SP, 2016. Disponível em: <http://www.crpsp.org/fotos/pdf-2016-06-21-18-16-50.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Psicologia, Espiritualidade e Epistemologias Não-Hegemônicas** – Volume 3. São Paulo: CRP - SP, 2016. Disponível em: <http://www.crpsp.org/fotos/pdf-2016-06-21-18-16-58.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Angerami (2008) discute a dificuldade que o mundo acadêmico tem em tratar de tal tema, principalmente a Psicologia. Para o autor, a religião está presente em quase todas as manifestações humanas, o que torna fundamental ampliar as pesquisas na área, considerando ser importante para o universo humano, ser importante para a Psicologia que acompanha o comportamento e as várias implicações nos sujeitos. Até porque se trata de uma temática contemporânea e importante para compreensão do desenvolvimento das subjetividades.

Compreender a Religiosidade partindo do ponto de vista psicológico, não é tarefa fácil, tampouco simples, porém necessária. É uma tarefa complexa considerando os esquemas criados pelos teóricos da Psicologia, mas necessários no campo da ciência e profissão (AMATUZZI, 2008).

Religiosidade e Espiritualidade, na literatura, tem denominações mais amplas e independentes de conceitos institucionalizados da religião e são apresentadas como sinônimos. Já religião é apresentada como experiência pessoal, contemporaneamente

atrelada às instituições religiosas, aos comportamentos ritualizados ou às doutrinas religiosas específicas. Compreender crença e fé também se faz necessário. As crenças são adesões ao que se parece ou pode ser verdadeiro, uma relação com elementos importantes como crenças morais, política, religiosas etc. Já a fé está ligada a uma crença em mistérios, algo que não se vê, algo sobrenatural. Excedem a capacidade humana em explicar e verificar determinados eventos (DALGALARRONDO, 2009).



Refleta

Importante ressaltar que, para alguns teóricos, devemos compreender as crenças, como algo que está ligado diretamente a visão de mundo, com experiências vividas ao longo da vida a partir de práticas sociais (DALGALARRONDO, 2009).

Para Angerami (2008), espiritualidade é a busca da condição humana em se elevar, em crescer, não depende da figura de Orixá e/ou alguma entidade espiritual ou qualquer outra instância que a eleve. Enquanto religiosidade é a busca pela elevação espiritual, um anseio pelo sagrado, pelo divino, fazendo uso de ícones, buscando se elevar por algo superior.

William James (1902/1991 apud DALGALARRONDO, 2009) discorre sobre a dificuldade em apresentar conceitos sobre termos também importantes como mística e misticismo. Segundo esse autor, a mística e misticismo não se explicam, precisam ser vividos. Mircea Eliade (1975 apud DALGALARRONDO, 2009) propõe que a mística está relacionada com processos iniciáticos relacionados aos ritos de passagens.

Autores relatam a existência de vários tipos de misticismo ao longo da história, em um sentido não religioso, já que não há ritos e crenças na imortalidade. Muitas são as definições e compreensões e há, até mesmo, um consenso sobre noções de religiosidade, religião, fé e mística, considerando-as multidimensionais, com diferentes aspectos que podem receber ênfases distintas dependendo da perspectiva teórica que é observada ou investigada (DALGALARRONDO, 2009).

O importante é compreendermos que não precisamos entrar

nessa seara, desde de que fique claro o papel do psicólogo. No Código de Ética da Psicologia (2005, p. 7), temos pontos importantes, como "respeito na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade" bem como a "eliminação de qualquer forma de discriminação", reconhecendo a importância da religiosidade e espiritualidade na subjetividade de cada um. E fica vedado ao psicólogo, segundo Código de Ética (2005, p. 9), conforme "Art n° 2 b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais".

A Psicologia da Religião no Brasil surge por influência europeia na década de 1950, se tomarmos como base de seu início o artigo de Benkő Psicologia da Religião (1956). Na mesma época, foi criada em São Paulo sob a direção de Theo van Kolck, a Associação de Psicologia Religiosa, que reunia psicólogos, médicos, antropólogos e sacerdotes (PAIVA et al., 2009). Entre 1960 e 1966, essa Associação organizou vários encontros, com muitos interessados em torno de temas diversos, tais como: estrutura da personalidade e religiosidade, religião e existencialismo, Freud e a religião (ANDERY, 2001 apud PAIVA et al, 2009).

Segundo Paiva et al. (2009), também em meados da década de 1950, no Rio de Janeiro, o húngaro Antonius Benkő empreendeu as primeiras pesquisas empíricas em Psicologia da Religião na PUC-RJ. Essa instituição abasteceu o mundo acadêmico com valiosas contribuições para a Psicologia Social da Religião graças às pesquisas de Monique Augras (1983), especialmente no campo das religiões afro-brasileiras e do catolicismo popular. Também na PUC, mas no Rio Grande do Sul, foram difundidos artigos sobre a temática. As instituições confessionais deram início a essa tônica, mas sem desconsiderar o desenvolvimento da Psicologia como ciência autônoma. Nas universidades públicas, a inserção da Psicologia da Religião, ocorreu em meados da década de 1980, na Universidade de São Paulo, depois, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, em seguida, na Universidade de Brasília (UnB). Na Universidade de São Paulo, o início se deu com a oferta de disciplinas de Psicologia da Religião, primeiro nos cursos de pós-graduação e, então, no curso de graduação em Psicologia.

Paiva (2016) discorre sobre a relação da Psicologia e religiosidade: para ele, a Psicologia, como ciência moderna, não tem nenhuma relação com a religião. Psicologia é uma ciência que adquire seu conhecimento fazendo uso de métodos de pesquisa, dos processos que ocorrem entre o nível biológico e o nível lógico das pessoas. No entanto, esses processos podem ter como objeto a relação com o transcendente, ou seja, a religião, considerando a construção de subjetividade das pessoas, mas nem o próprio transcendente nem a religião não são objeto da Psicologia. Então, a Psicologia – como ciência e como aplicação – é independente da religião, não a nega nem a aceita, mantendo-se neutra, acolhendo as necessidades de cada sujeito que se apresenta ao profissional, sem a perspectiva de doutrinação.



Assimile

O site do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo disponibiliza uma página intitulada *Diversidade Epistemológica Não-hegemônica em Psicologia, Laicidade e Diálogo com Saberes Tradicionais (DIVERPSI)*, que apresenta aos psicólogos elementos básicos, políticas públicas que abordam as questões concernentes à espiritualidade, à religião e a outras racionalidades. Vale conferir! Acesse: <http://www.crpsp.org.br/diverpsi/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Estamos em um momento no qual o contexto sociocultural da pós-modernidade tem se apresentado como produtor de muito sofrimento, ansiedade e crises de identidade. Essa situação de desamparo faz com que os sujeitos sintam necessidade de se apegar a algo, em buscar soluções mágicas, tendo uma forte tendência em procurar por valores sobrenaturais no mundo da religiosidade. Essa tendência social leva a um crescente interesse acadêmico sobre esses fenômenos, pois tem implicado em bem-estar e qualidade de vida das pessoas e seus grupos sociais (OLIVEIRA e JUNGES, 2002).

Porém, esse campo entre saúde e religiosidade/espiritualidade é de natureza controversa para a ciência, pois é uma área bastante promissora e, ao mesmo tempo, desafiadora, considerando o limite tênue entre os temas para a Psicologia (MOREIRA-ALMEIDA, 2007 apud OLIVEIRA e JUNGES, 2002).

Considerando a espiritualidade/religiosidade e sua relação com a saúde mental, o bem-estar psicológico e a integração biológica, social e espiritual das pessoas, essa temática tem ganhado espaço nas pesquisas da Psicologia nos últimos tempos. Segundo Lancetti e Amarante (2006), pode-se identificar a saúde mental como uma “mente saudável”, um movimento contínuo do sujeito em busca de bem-estar, de viver, de estar no mundo que o sustente diante das adversidades, do sofrimento do cotidiano.

A religiosidade pode ajudar o sujeito a ter qualidade de vida, numa perspectiva de mudança na subjetividade; o indivíduo muda a forma de ver o mundo. Profissionalmente, podemos considerar a compreensão do sujeito a partir do conceito de saúde integral e ampliada, e não apenas como ausência de doenças, abrindo espaço para a reflexão sobre o papel da espiritualidade na saúde mental (OLIVEIRA e JUNGES, 2002).

Comprovar a utilização de aspectos distintos da espiritualidade e da religiosidade como suporte, terapia e determinação de desfechos positivos em relação a problemas de saúde e doenças, tem constituído um grande desafio para a ciência médica. Considerando as limitações de método e ética, vemos o quanto é difícil mensurar e quantificar os impactos e sucessos a partir de experiências religiosas e espirituais pelos métodos científicos tradicionais (GUIMARAES e AVEZUM, 2007).

Sabe-se a grande influência que a religiosidade/espiritualidade tem na saúde física. Pesquisas têm demonstrado grande potencial na prevenção ao desenvolvimento de doenças, na população previamente sadia, e eventual redução de óbito ou impacto de diversas doenças, quando se tem uma crença. As evidências são mais fortes em relação à prevenção, quando se tem prática regular de atividades religiosas (GUIMARAES e AVEZUM, 2007)

Em 1988, a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, abordando questões como significado e sentido da vida, e não se limitando a qualquer tipo específico de crença ou prática religiosa, ponderando que a espiritualidade é o conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material, com a suposição de que há muito mais na vida cotidiana do que pode ser percebido ou plenamente compreendido (VOLCAN, SOUSA, MARI, & LESSA, 2003 apud OLIVEIRA e JUNGES, 2002).

Existe um consenso entre os cientistas sociais, psicólogos sociais, filósofos de que a religião é uma importante instância de significação e ordenação da vida, de suas dificuldades e sofrimentos (DALGALARRONDO, 2009).

Quando apresentamos a relação que a saúde tem com a religiosidade, não se faz necessário assumir qualquer posição sobre a realidade ontológica de Deus ou do mundo espiritual. Podemos entender se a crença religiosa está associada a resultados de saúde, independentemente de se acreditar nas crenças sob investigação (MURAKAMI e GOMES CAMPOS, 2012).

A interação entre religião e saúde tem causado mudanças na Medicina, principalmente na Psiquiatria. Podemos perceber modificações no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – IV), incluindo inovações na abordagem de temas culturais e religiosos ou espirituais. Com o objetivo de contribuir para a distinção entre enfermidades mentais e expressões da religiosidade, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – IV) apresenta uma nova categoria diagnóstica denominada Problema Religioso ou Espiritual (MURAKAMI e GOMES CAMPOS, 2012).

Leão e Lotufo Neto (2007, p. 55) destacam as palavras da editora-chefe do *American Journal of Psychiatry*, Nancy Andreasen (1996) "nós devemos praticar e defender o fato de que os psiquiatras são médicos da alma tanto quanto do corpo", relatando o cenário que havia sido relegado pela pesquisa científica. No Brasil, Lotufo Neto (1997 apud Leão e Lotufo Neto, 2007, p. 55) afirma que "ter uma orientação religiosa intrínseca pode ser benéfico à saúde mental. No entanto, a psiquiatria tem negligenciado avaliar os efeitos de uma atitude religiosa em seus pacientes".

Essa aproximação entre religião e psiquiatria pode auxiliar os profissionais que atuam com saúde mental a desenvolverem habilidades e estratégias que possibilitem a melhor compreensão dos fatores religiosos que influenciam a saúde dos pacientes. Sabemos que essa aproximação é cada vez mais reconhecida, aceita também é a importância da religiosidade para a saúde. Nenhum profissional da área da saúde recebeu treinamento para lidar com essas questões, o que tem criado uma lacuna entre o cuidado desenvolvido e o conhecimento da importância que a religião representa na vida dos pacientes (MURAKAMI e GOMES CAMPOS, 2012).



O artigo indicado a seguir tem como objetivo analisar de forma integrativa as produções científicas que abordam a interface entre religião e cuidados em saúde mental.

MURAKAMI, R.; GOMES CAMPOS, C. J. Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2012, mar.-abr., v. 65 n. 2, p. 361-7. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267028449024>. Acesso em: 21 maio 2018.

Valle (1998) afirma a dificuldade em chegar em acordos sobre as definições de religião na Psicologia da Religião. Descreve que W. H. Clark reuniu, em 1958, 48 definições psicológicas de religião. O autor cita ainda um texto de R. H. Thouless:

Há dois termos de uso generalizado na psicologia da religião que precisam ser explicitados: a consciência religiosa e a experiência religiosa. A consciência religiosa é a parte da religião presente na mente e aberta a exame introspectivo; é o aspecto mental do comportamento religioso. A experiência religiosa é um termo mais vago que descreve o elemento emocional da consciência religiosa, os sentimentos que levam à crença religiosa ou são efeito do comportamento religioso... O principal campo de ocupação da psicologia da religião é o estudo da consciência religiosa. Mas é impossível estudá-la sozinha; deve-se investigar simultaneamente o comportamento. (THOULESS, 1969 apud VALLE, 1998, p. 256)

A tarefa da Psicologia da Religião é analisar as respostas religiosas do ser humano, é examinar as manifestações e fenômenos religiosos em toda sua dimensão comportamental, da consciência do bem-estar no mundo. Segundo Valle (1998, p. 261), para o psicólogo científico da religião, a preocupação central "consiste em analisar a estrutura psíquica da experiência religiosa em seus processos conscientes e inconscientes, em seus elementos emocionais, cognitivos e conativos e em sua dimensão/significado/sentido pessoal, sócio-grupal".

Para finalizarmos a seção, vamos apenas mencionar que a Psicologia Transpessoal é uma área crescente, porém ainda em construção científica e que, dentro do campo da ciência psicológica, tem sido debatida nessa perspectiva da Psicologia e Religião. Há controvérsias quanto a sua cientificidade, o que justifica a decisão do Conselho de não a reconhecer enquanto abordagem psicológica. A publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo a respeito da Psicologia e Espiritualidade, em seu volume 3 (indicado no box Pesquise Mais), traz textos que discutem a temática.



Pesquise mais

Segue uma possibilidade para ampliação de conhecimento sobre a temática, Psicologia e Religião, um volume da *Revista de Psiquiatria Clínica*, editado sobre a temática, fica como possibilidade de consulta e aprofundamento sobre o tema.

Revista de Psiquiatria Clínica, v. 34, supl. 1, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-608320070007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2018.

Sem medo de errar

Você se lembra do momento em que Luiza se encontra? Luiza é a estagiária de Psicologia que está acompanhando os trabalhos de uma equipe multiprofissional junto a um abrigo comunitário que acolheu vítimas de uma enchente. Ela levou para a orientadora do estágio questões relativas às crenças dos indivíduos e sua influência no enfrentamento das situações pós-desastre. A partir dos relatos feitos por Luiza, a orientadora solicitou que a estagiária realizasse uma pesquisa sobre Psicologia e religiosidade, objetivando que Luiza compreenda melhor a área e desenvolva uma prática qualificada e cuidadosa.

A partir dessa pesquisa, Luiza deverá concluir que a atuação do psicólogo nesses contextos pode parecer confusa, mas, na verdade, é bastante definida. Uma questão é como a religiosidade interfere na vida dos atingidos, trazendo conforto e direção a partir de seus sofrimentos e, outra questão é como a Psicologia tenta

compreender os comportamentos e ações a partir dessas crenças e fé nas mais diversas situações.

A atuação do Psicólogo se faz numa dimensão bem diferente da religiosidade, pois atua com as pessoas, levando conforto a partir de técnicas e metodologias científicas, baseadas em evidências e não em dogmas. Pesquisas apresentam o quanto essa fé contribui com a saúde mental das pessoas, independentemente do que ela está vivenciando; no caso da enchente, essa crença fica mais forte, pois muitos podem compreender essa fatalidade como algo necessário para seu desenvolvimento, um olhar místico sobre a situação, que traz a visão mais mágica, inclusive aliviando o sofrimento em relação ao que viveram.

Os estudiosos dessa temática apontaram para essas questões e para o quanto as pessoas precisam dessa relação com a religiosidade/espiritualidade em sua concepção pessoal. Precisam crer em algo para buscar uma vida mais saudável e plena, garantindo qualidade de vida e menos sofrimento frente às mazelas sociais vividas.

Faça valer a pena

1. Em 1988, a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, abordando questões como significado e sentido da vida, e não se limitando a qualquer tipo específico de crença ou prática religiosa, ponderando que a espiritualidade é o conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material, com a suposição de que há muito mais na vida cotidiana do que pode ser percebido ou plenamente compreendido (VOLCAN, SOUSA, MARI, & LESSA, 2003 apud OLIVEIRA e JUNGES, 2002).

Considerando o papel da Psicologia e Espiritualidade no conceito de saúde, assinale a alternativa correta:

- a) Foi incluída a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, para manter relação com a religião.
- b) O papel da Psicologia é compreender a relação do sujeito com cada religião, numa dimensão de saúde física.
- c) Foi incluída a dimensão ritualística no conceito multidimensional de saúde para manter relação laica.
- d) O papel da Psicologia é compreender a relação do sujeito com a natureza material, religiosa e dogmática.

e) O papel da Psicologia é compreender a relação do sujeito com cada religião, numa dimensão integral de saúde.

2.



Estudar, refletir e escrever sobre religião é trabalhar sobre o mesmo material de que ela é feita, da experiência humana nos seus limites, assim como de símbolos culturais, que constituem e alimentam, constroem e enriquecem, viabilizam nossos espíritos e nossa existência neste mundo. (DALGALARRONDO, 2009, p. 19)

Considerando o que é papel da atuação profissional na Psicologia da Religião, assinale a alternativa correta:

- a) Atua-se de forma a doutrinar o cliente em relação a uma aceitação de Deus, principalmente na cultura ocidental.
- b) Atua-se de forma a captar seguidores em nome de Deus, tanto na cultura ocidental, quanto na cultura oriental.
- c) Atua-se de forma a desconsiderar qualquer relação que a população tenha em relação a algo transcendente, a exemplo de Deus.
- d) Atua-se a partir do comportamento que cada sujeito tem em relação ao objeto transcendente, na cultura ocidental, denominado "Deus",
- e) Atua-se de forma a doutrinar o cliente em relação a uma aceitação de outras formas de denominar Deus, principalmente na cultura oriental.

3.



A morte do atleta de montaria em touro, Giliard Antônio da Silva, de 24 anos, na noite de domingo (13), durante a final do Rodeio da Expoingá, em Maringá, chamou a atenção pela forma como ocorreu. O rapaz montava o touro Cineasta, de 1 tonelada quando caiu e foi pisoteado na cabeça pelo animal. As imagens são bastante fortes e é possível ver que após ser pisoteado ele ainda se levanta e busca proteção atrás do palhaço, mas cai desmaiado. O peão sofreu uma fratura na coluna cervical e apesar de ter recebido atendimento, e dos 40 minutos de tentativa de reanimação, ele morreu. Na sexta-feira (11), em participação ao vivo no SBT Paraná, da Rede Massa, Giliard conversou com o repórter Geovan Petry, que perguntou se ele não tinha medo. Giliard respondeu que "sim, tinha medo, mas que a fé em Deus era maior". Giliard era casado e deixou uma filha de um ano. O rapaz era natural de Monte Belo, em Minas Gerais. (NONATO, 2018, [s.p.])

Vemos muitas notícias e situações de vulnerabilidade em nosso cotidiano. A população, de modo geral, apresenta uma relação de fé, muitas vezes ignorando o risco, como na notícia apresentada. Sobre a relação da população com eventos do cotidiano e a Psicologia da Religião, assinale verdadeiro ou falso:

I – A religiosidade é o objeto de investigação dos mais complexos, como fenômeno humano, a dimensão mais marcante e significativa da experiência humana em seu cotidiano e na construção de subjetividade.

II – Quando apresentamos a relação que a saúde tem com a religiosidade, faz-se necessário assumir a posição de temente ao mundo espiritual.

III – A Psicologia da Religião consiste no estudo do comportamento das pessoas no que se refere a um objeto transcendente, nas mais diversas culturas, em muitos momentos colocando suas vidas no objeto transcendente.

IV – A fé é compreendida diferente da ciência, pois fé diz respeito à crença e ciência consiste na investigação de hipóteses. No caso, a probabilidade de se estar em risco foi desconsiderada pelo peão.

Em relação a notícia e as afirmações verdadeiras e falsas, assinale a alternativa correta:

- a) V – F – V – V.
- b) V – F – F – V.
- c) V – F – V – F.
- d) V – V – V – V.
- e) F – F – V – V.

Referências

- AMATUZZI, M. Experiência Religiosa, psicoterapia e Orientação Espiritual (9-17). In: BRUSCAGIN, C. et al. **Religiosidade e psicoterapia**. São Paulo: ed. Roca, 2008.
- ANGERAMI-CAMON, V. A. **Psicologia e religião**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia**. Curso à distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=8fa26fe8-d31a-4531-92ca-346e6c69867f&groupId=10157. Acesso em: 10 maio 2018.
- _____. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a política nacional de proteção e defesa civil-pnpdec; dispõe sobre o sistema nacional de proteção e defesa civil-sinpdec e o conselho nacional de proteção e defesa civil-conpdec; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. **Diário Oficial da União**, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 18 maio 2018.
- BRUCK, N. R. V. **A psicologia das emergências: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma**. Tese de doutorado. PUC-RS, Faculdade de Psicologia. Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp028607.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.
- CARVALHO, A. C.; BORGES, I.. A trajetória histórica e as possíveis práticas de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres. **V Seminário Internacional da Defesa Civil-DEFENCIL, São Paulo. Anais Eletrônicos Defensil. São Paulo: Parque Anhembi-Centro de Eventos e Convenções da cidade**. Recuperado em, v. 23, 2009. Disponível em: <http://www.cepед.ufsc.br/wp-content/uploads/2009/01/artigo-29.pdf>. Acesso em: 1 maio 2018.
- COGO, et al. A Psicologia diante de emergências e desastres IN: FRANCO, Maria Helena Pereira (Ed.). **A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a Política de Proteção e Defesa Civil**. Maio de 2013. Disponível em: <http://www.crpсp.org.br/emergencias/pdf/Nota-Tecnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.
- _____. **Resolução CFP nº 010 de 21 de julho de 2005. Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais da Psicologia**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.
- _____. A Psicologia e sua atuação fundamental nas emergências e desastres. **Jornal do Federal**, ano XXVI, nº 111, agosto de 2015, p. 4-5.
- _____. Debate online aborda gestão integral de riscos e desastres. Notícias,

09/12/2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/debate-online-aborda-gestao-integral-de-riscos-e-desastres/>. Acesso em: 1 maio 2018.

_____. **Psicologia em emergências e desastres**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP. 2016. Disponível em: <http://crpsp.org/fotos/pdf-2016-08-04-18-45-48.pdf>. Acesso em: 6 maio 2018.

_____. **Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres – parte II**. Maria Helena Pereira Franco. São Paulo, 09.03.2016. Duração: 30min43seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CrFCvLt82VI>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. **DIVERSIDADE 100 – Religiosidade**. Duração: 55min50seg. São Paulo, 3 fev. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/mkV3z0NgHWY>. Acesso em: 10 maio 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas – Volume 1**. São Paulo: CRP - SP, 2016. Disponível em: <http://crpsp.org/fotos/pdf-2016-06-21-18-16-42.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Diversidade 73 - Emergência e desastre / ambiente**. 28min35seg. 5 fev. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mo-WSjkjTsM>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. **Diversidade - Psicologia, Território e Meio Ambiente - Completo – Legado**. 1h05min41seg. 3 de nov de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Id4bJMdfnqQ>.

_____. **Na Fronteira da Psicologia com os Saberes Tradicionais: Práticas e Técnicas – Volume 2**. São Paulo: CRP - SP, 2016. Disponível em: <http://www.crpsp.org/fotos/pdf-2016-06-21-18-16-50.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Psicologia, Espiritualidade e Epistemologias Não-Hegemônicas – Volume 3**. São Paulo: CRP - SP, 2016. Disponível em: <http://www.crpsp.org/fotos/pdf-2016-06-21-18-16-58.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

DALGALARRONDO, P. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

DE ALMEIDA, Maiara Luvizon Biancon. Prevalência de estresse pós-traumático em equipes de resgate: uma revisão sistemática. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 13, n. 2, p. 220-237, 2012. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/362/36225171007.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

DE FARIAS, L. C.; SCHEFFEL, R. T.; JUNIOR, J. S. **Atuação do psicólogo nas emergências e desastres**. 2013. Disponível em: <http://www.abrapede.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Atua%C3%A7%C3%A3o-do-Psic%C3%B3logo-nas-Emerg%C3%Aancias-e-Desastres.pdf>. Acesso em: 6 maio 2018.

FRANCO, M. H. P. Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. **O Mundo da Saúde. [Internet]**, p. 54-8, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria_Helena_Franco2/publication/317636058_Crises_e_desastres_a_resposta_psicologica_diante_do_luto/links/595d14240f7e9b3aefade83a/Crises-e-desastres-a-resposta-psicologica-diante-do-luto.pdf. Acesso em: 6 maio 2018.

_____. (Ed.). **A INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM EMERGÊNCIAS: Fundamentos**

para a prática. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

GUIMARAES, H. P.; AVEZUM, A. O impacto da espiritualidade na saúde física. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 88-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a12v34s1.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

LAGO, V. M.; YATES; D. B.; BANDEIRA, D. R. Elaboração de Documentos Psicológicos: Considerações Críticas à Resolução CFP nº007/2003. **Temas em Psicologia**, 24(2), p. 771-786, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v24n2/v24n2a20.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

GÜNTHER, H.; ROZESTRATEN, R. J. A. Psicologia ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. **Psicol. teor. pesquisa**, Brasília, 1993, v. 9, n. 1, p. 107-22. Disponível em: <https://psiambiental.files.wordpress.com/2016/03/1993-gunther-rozenstraten-psi-amb.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. IN: GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José Q. (orgs.) **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 369-380.

JARDIM, Carlos. O som e a fúria: efeitos da poluição sonora não causam só a perda da audição. **Galileu [online]**, 05.08.2014. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/blogs/segunda-opiniao/noticia/2014/08/o-som-e-furia-efeitos-da-poluicao-sonora-nao-causam-so-perda-da-audicao.html>. Acesso em: 13 maio 2018.

LANCETTI, A.; AMARANTE, P. Saúde mental e saúde coletiva. In: G. Campos et al. (Orgs), **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Fiocruz, 2006. p. 615-634.

LEAO, F. C.; LOTUFO NETO, F.. Uso de práticas espirituais em instituição para portadores de deficiência mental. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 54-59, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a08v34s1.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MELO, C. A.; SANTOS, F. A. dos. As contribuições da psicologia nas emergências e desastres. **Psicol inf.**, São Paulo, v. 15, n. 15, p. 169-181, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092011000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 maio 2018.

MICHAELIS, Dicionário online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 26 abr. 2018.

MELO, R. G. C. de. Psicologia Ambiental: uma nova abordagem da Psicologia. **Psicologia USP**, v. 2, n. 1-2, p. 85-103, 1991. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v2n1-2/a08v2n12.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

MONTEIRO, F. S. C. T.; CARVALHO, D. B. de; CABRAL JÚNIOR, J. de D. A Importância da Disciplina de Psicologia Ambiental: um estudo de caso em um curso de Psicologia da UFPI. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 6, p. 311-323, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/>

interespaço/article/view/6499. Acesso em: 10 maio 2018.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2018.

MURAKAMI, R.; GOMES CAMPOS, C. J. Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2012, mar./abr.; 65(2): 361-7. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267028449024>. Acesso em: 21 maio 2018.

NONATO, V. **"Tenho medo, mas minha fé em Deus é maior", diz peão antes de morrer**. Maringá. Massa News. Publicado em 14 mai. 2018. Disponível em: <https://massanews.com/noticias/plantao/tenho-medo-mas-minha-fe-em-deus-e-maior-diz-peao-antes-de-morrer-8Drmx.html>. Acesso em: 30 maio 2018.

OLIVEIRA, M. R. de; JUNGES, J. R. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, set./dez., 2012, p. 469-476. Disponível em: <http://oai.redalyc.org/articulo.oa?id=26125519016>. Acesso em: 18 maio 2018.

PAIVA, G. J. et al. Psicologia da religião no Brasil: a produção em periódicos e livros. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 441-446, 2009. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/12084/art_PAIVA_Psicologia_da_Religiao_no_Brasil_a_producao_2009.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 maio 2018.

PAIVA, G. J. Laicidade, Psicologia, Religião e Direitos Humanos. Em CRP-SP. **Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas** (p. 135-142). São Paulo: CRP-SP, 2016. (Coleção Psicologia, Laicidade e as relações com a religião e com a espiritualidade, Vol. 1.) Disponível em: <http://crpsp.org/fotos/pdf-2016-06-21-18-16-42.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PARKES, C. M. Prefácio. IN: FRANCO, Maria Helena Pereira (Ed.). **A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática**. Summus Editorial, 2015.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 377-398, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v2n2/a11v02n2.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

PSICOLOGIA AMBIENTAL. **PSICOLOGÍA AMBIENTAL 010 | JOSE ANTONIO CORRALIZA – ENFOQUE**. 2min05seg. 13 jul. 2011. Disponível em: <https://youtu.be/6B4oAVoLYV8>. Acesso em: 21 maio 2018.

RIBEIRO, J. P. Reflexões sobre o lugar de uma Psicologia da Religião. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 197-204, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000200007&lng=p&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2024.

SÁ, S. D.; WERLANG, B. S. G.; PARANHOS, M. E. Intervenção em crise. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 maio 2018.

SILVA, J. C. L. da. **As Grandes Enchentes no Brasil**. Brasil Escola. [s.d.]. Disponível

em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/as-grandes-enchentes-no-brasil.htm>.
Acesso em: 5 jun. 2018.

VALLE, E. **Psicologia e experiência religiosa**: estudos introdutórios. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

Atuação do psicólogo em interface com outros saberes

Convite ao estudo

Olá, estudante.

Que bom tê-lo em mais uma unidade! Vamos avançar nossos conhecimentos em Psicologia do Esporte. Que tema diferente! Para quem já faz algum exercício físico, ou se envolve com a temática, será muito interessante e, para quem não faz, será uma ótima oportunidade para colocar o tema em prática.

A Psicologia do Esporte é uma área da ciência que estuda os comportamentos de pessoas envolvidas no contexto esportivo e de exercício físico. Seu objetivo é compreender como os fatores psicológicos influenciam o desempenho físico e entender como a participação das pessoas nessas atividades afeta seu desenvolvimento emocional, a saúde e bem-estar.

Em seguida, iremos adentrar na Psicologia do Trânsito, uma área da Psicologia que investiga os comportamentos humanos no trânsito, os fatores conscientes e inconscientes que os provocam e os alteram. Compreendendo que as pesquisas visam estudar o comportamento no trânsito, o que abrange todas as pessoas que se movimentam.

E, na Psicologia do Consumidor, vamos compreender o comportamento dos compradores, para entender quais fatores são decisivos para que nós, compradores, optemos por comprar esse e não aquele produto, qual as influências e impactos dessa escolha.

Ao compreender o papel e a atuação do profissional nessas três áreas, é fundamental que você seja capaz de mapear

campos de investigação e atuação dos psicólogos sobre as demandas humanas em interface com outros saberes.

Nesta unidade, vamos acompanhar Neusa, uma psicóloga que durante muitos anos atuou como captadora de recursos para instituições. Em função de seu trabalho, teve contato e experiências com muitos profissionais, instituições, áreas de conhecimento e empresas. Neusa aceitou uma proposta para trabalhar como coordenadora numa instituição social multiprofissional, responsável pela organização, administração e relações interpessoais. Embora seja psicóloga formada há algum tempo, sua dedicação maior nos últimos anos foi com captação de recursos, uma função mais administrativa, o que a tem colocado frente a vários desafios junto a equipe e atendidos em seu novo local de trabalho. Ela está vivendo situações bastante desafiadoras, pois em meio a tantas mudanças sociais e econômicas, Neusa precisa lidar com os colegas e ser a ponte na relação entre os profissionais, a diretoria e os usuários, além de tentar melhorar o ambiente de trabalho e a própria comunidade.

Como Neusa pode contribuir com a comunidade sendo recém-chegada? Muitos desafios estão relacionados à área da Psicologia que Neusa não tem tanta familiaridade, como ampliar seu conhecimento? Ela precisa saber tudo ou outros atores podem contribuir com esse processo?

Vamos ajudá-la!

Seção 3.1

Psicologia do esporte

Diálogo aberto

Olá, estudante,

Nesta seção, avançaremos nos estudos da história da Psicologia do Esporte e seus conceitos importantes. Veremos também a formação do atleta, esporte de alto rendimento e o psicólogo em projetos sociais, suas estratégias de intervenção, além de compreender o trabalho inter e multidisciplinar em esportes. Uma área bem interessante, vamos juntos compreender melhor o que esse profissional faz, além de aprender a importância de sua atuação em equipe.

Para tanto, vamos retomar o caso de Neusa, a psicóloga que recentemente assumiu a coordenação geral de uma instituição social, tem se deparado com uma série de desafios; apesar de ser uma psicóloga formada há muito tempo, ficou durante anos na fundação de captação de recursos. Uma adolescente recém-chegada à instituição procurou Neusa, pois está com dificuldades em se relacionar com os colegas. A adolescente se identificou com a profissional porque, além de ser recém-chegada, Neusa sempre conta histórias de suas experiências profissionais e a menina gosta de ouvir. Nessa instituição, há um grupo de meninas interessadas em competir no futebol feminino, mas sempre são desencorajadas, porque perdem nas finais, apesar de serem consideradas muito boas. A adolescente, muito esperta, já tinha visto e lido coisas sobre a Psicologia do Esporte e foi procurar Neusa. Em conversas, soube que Neusa até já trabalhou com profissionais dessa área e que um trabalho realmente sério faz diferença e pode impactar na final de campeonatos. A adolescente ficou muito empolgada, chamou a turma toda e logo começou o interrogatório sobre o que era preciso fazer. Neusa pediu calma e disse que iria ajudar, colocando-se numa situação bem complicada, pois além de precisar retomar conceitos, não quer decepcionar a turma. Vamos ajudar Neusa nesse desafio?

O que é preciso saber sobre Psicologia do Esporte na atuação com equipe?

O que o psicólogo da área pode trabalhar com um grupo de adolescentes para melhorar o desempenho e levá-los ao êxito no final do Campeonato? Quais pontos devem ser trabalhados para que possam otimizar o tempo e as energias?

Vamos ajudar Neusa a vencer esse desafio, descobrindo quais são os conceitos e formas de atuação que poderão contribuir com a profissional e as adolescentes. Seguimos compreendendo as ações multiprofissionais que podem fazer a diferença na final desse campeonato.

Vamos lá!

Não pode faltar

A Psicologia do Esporte é uma ciência que transpõe para o contexto esportivo vários aspectos teóricos e técnicos provenientes das diversas especialidades e correntes da Psicologia. Nesse sentido, busca estudar os comportamentos dos indivíduos que, de alguma forma, estão envolvidos no contexto de exercício físico e dos esportes. A atuação do psicólogo do esporte objetiva compreender a influência dos fatores psicológicos sobre o desempenho físico e de que forma a atividade física afeta o desenvolvimento emocional, a saúde e o bem-estar das pessoas no contexto esportivo (RUBIO, 1999, 2002, 2007).

Cabe ressaltar que nem toda Psicologia aplicada ao esporte é Psicologia do Esporte. A Psicologia do Esporte objetiva compreender o indivíduo envolvido com a prática de atividade física e esportiva, sendo ela competitiva ou não. Assim, envolve os processos de avaliação, as intervenções e a análise do comportamento social presente na situação esportiva, tanto a partir da visão de quem pratica como de quem assiste ao espetáculo (AZEVEDO MARQUES & JUNISHI, 2000; FIGUEIREDO, 2000; MARKUNAS, 2000; MARTINI, 2000 apud RUBIO, 2002).

Já a Psicologia no Esporte é a adaptação da teoria e da técnica das várias especialidades e correntes da Psicologia para o contexto esportivo, no que se refere à construção de perfis, aplicação de avaliações para, e uso de técnicas de intervenção visando melhorar o rendimento esportivo das pessoas (FEIJÓ, 2000 apud RUBIO, 2002).

A Psicologia do Esporte, mesmo tendo seu início atrelado a trabalhos realizados há mais de um século, no Brasil, ainda é vista

como uma prática emergente tanto por psicólogos como para profissionais do esporte como os atletas, técnicos e dirigentes. O reconhecimento como especialidade da Psicologia se deu em dezembro de 2000 e, no entanto, os envolvidos não tem clareza como esse tipo de intervenção pode ajudar os atletas a aumentar o rendimento esportivo ou superar situações adversas (RUBIO, 2002).

No Brasil, o marco inicial da Psicologia do Esporte brasileira se deu com a atuação e estudos de João Carvalhaes,

um profissional com grande experiência em psicometria, chamado a atuar junto ao São Paulo Futebol Clube, equipe sediada na capital paulista, onde permaneceu por cerca de 20 anos, e esteve presente na comissão técnica da seleção brasileira que foi à Copa do Mundo de Futebol de 1958 e conquistou o primeiro título mundial para o país na Suécia. (MACHADO, 1997; RUBIO, 1999; 2000a, apud RUBIO, 2002, [s. p.]



O trabalho de Carvalhaes tem grande extensão de pesquisa e é possível que até hoje nenhum psicólogo brasileiro tenha ficado tanto tempo na mesma modalidade e trabalhando em um único clube. Carvalhaes era um psicólogo bem diferente para a época. O professor (como era chamado) ficou 17 anos no São Paulo Futebol Clube, com grande evolução de seu trabalho. Carvalhaes incorporou em sua prática o aconselhamento psicológico individual, baseado no método do humanista Carl Rogers, uma técnica bem diferente da que utilizava – os testes – dando maior visibilidade às suas intervenções. Carvalhaes teve muitas contribuições, porém, é mais lembrado na década de 1950, por sua atuação na Seleção (HERNANDEZ, 2011).

Os feitos e conquistas de títulos no período de permanência de João Carvalhaes no clube são dignos de registro até os dias atuais, mas esses fatos não representaram um grande impulso e visibilidade para a área, pois as condições vividas tanto pela Psicologia quanto pelo esporte naquele momento (1958) não eram boas (RUBIO, 2002), até porque a Psicologia foi reconhecida como profissão em 1962.



Em maio de 2000, a comissão de Psicologia do Esporte do CRP-SP fez uma homenagem a João Carvalhaes, o que originou a produção de um documentário, intitulado *Pioneiros da Psicologia no Esporte - João Carvalhes*. Um vídeo para compreender as reais situações práticas na área.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – SP. **Pioneiros da Psicologia no Esporte - João Carvalhes**, 2000. 40min25seg.

O futebol profissional no Brasil e em outros países, desde a década de 1920, foi se tornando um fenômeno diferente das demais modalidades esportivas, tanto no que se refere à organização dos times e clubes, como pela organização de seus eventos. Os atletas dessa modalidade recebem remunerações milionárias nos dias atuais, mas sempre foram grandiosas para os padrões da época. Essa diferença também era observada nas comissões técnicas compostas por profissionais de várias áreas, nos campeonatos nacionais e mundiais, nas federações do futebol, que sempre tiveram mais autonomia para organizar e gerenciar esses campeonatos (RUBIO, 2002).

No Brasil, a relação com o futebol é mais singular, prática introduzida pelos ingleses no começo do século XX, tornou-se uma paixão, e por vezes um problema nacional (BOSI, 1991; DAMATTA, 1982, 1992; ROSENFELD, 1993, apud RUBIO, 2002).

Segundo Rubio (2002), lidar com essas situações e expectativas, não era algo simples, como não é até hoje, mas com menos compreensão e possibilidades João Carvalhaes em 1958, conseguiu fazer a diferença e, dessa forma, marcou o início da Psicologia do Esporte brasileira. A partir dessas experiências, foram sendo acumuladas muitas informações sobre os envolvidos individualmente (atletas) e os grupos (times) que praticavam esporte ou atividade física, mas ainda não era compreendido como uma *práxis* consistente (SILVA, 1975 apud RUBIO, 2002).

Meio século depois dessas atuações pioneiras, hoje a Psicologia do Esporte segue como uma área importante caminhando lado a lado com a Psicologia Geral. Assim, podemos observar o desenvolvimento não de uma, mas de várias Psicologias do Esporte,

com referências distintas, que sustentam a produção acadêmica e prática (VIEIRA, et al, 2010; RUBIO, 1999, 2002). Ainda segundo Rubio (2002), inicialmente a Psicologia do Esporte enfatizava aspectos mais biológicos, atualmente, estuda e atua em situações que envolvem motivação, liderança, personalidade, agressão e violência, dinâmica de grupo e bem-estar de atletas, ampliando os olhares para enfoques no campo social, educacional e clínico, de forma complementar. Os estudos e a atuação nessa área têm se desenvolvido, o que pode ser percebido no nível técnico de atletas e equipes de alto rendimento, bem como no equilíbrio das equipes, demonstrando que a preparação emocional tem sido especialmente enfatizada, tendo se tornado um diferencial.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem ampliado seus horizontes, dividindo espaço e realizando trabalhos comuns com outros profissionais, pode-se dizer que essa prática faz parte de um movimento que busca facilitar o diálogo entre áreas, mantendo as especificidades de seus fazeres. Na Psicologia do Esporte essa dinâmica se mantém, compondo o espectro denominado Ciências do Esporte, pois existe a necessidade da atuação interdisciplinar, abarcando áreas como Antropologia, Filosofia e Sociologia do Esporte, Medicina, Fisiologia e Biomecânica do Esporte. Áreas e sub-áreas que atuam na mesma ciência na qual Bracht (1995) denomina de "pluridisciplinar" (RUBIO, 2002).



Pesquise mais

A autora Katia Rubio é uma das grandes expoentes na Psicologia do Esporte. No texto indicado, ela apresenta a história da Psicologia do Esporte, bem como as possibilidades de atuação do psicólogo.

RUBIO, K. A psicologia do esporte: histórico e áreas de atuação e pesquisa. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 60-69, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v19n3/07.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

A concepção sobre esporte moderno passou por diversas modificações, do início do século XIX até 1936. Suas características eram claras e divididas em associativismo, o *fair-play* e a clássica dicotomia amadorismo/profissionalismo. O associativismo era visto

como característica fundamental para transformar o esporte em ligação para o contato social. A partir da necessidade de mobilizar recursos e esforços para a viabilização de atividades, temos naturalmente a associação entre as pessoas (ALVES e PIERANTI, 2007).

No Brasil, a grande dimensão e inserção do esporte no tecido social tornou-o especificamente atrativo para as elites políticas. Durante a vigência de regimes autoritários, foi intensa a utilização política do esporte. O uso político do esporte gerou grande preocupação no meio acadêmico, com isso, na década de 1960, vários foram os manifestos de intelectuais e envolvidos no esporte se queixando e colocando-se contrários ao aproveitamento do esporte como instrumento de propaganda política. Com isso, surge na Unesco, o movimento "Esporte para Todos", "que difundiu internacionalmente o conceito de esporte como todas as possibilidades da atividade motora humana capaz de promover o lazer, o prazer e a satisfação" (ALVES e PIERANTI, 2007, [s.p.]).

Cotta (1981 apud Alves e Pieranti, 2007) afirma que o esporte é uma forma que favorece a atividade coletiva, facilitando a socialização e o desenvolvimento da consciência comunitária, da identidade e da representação simbólica de equipes. "A essas funções Bento (1991) acrescenta outras, como o fortalecimento da saúde, a recreação e a comunicação entre os praticantes" (ALVES e PIERANTI, 2007, [s.p.]).

Dessa forma, o esporte pode ser compreendido como um fenômeno social plural, envolve várias manifestações em que o movimento humano está presente com diversos objetivos, rompendo com a visão singular do esporte e com a visão de manifestação fechada e restrita a espaços especializados e a pessoas particularmente dotadas para performances especiais (ALVES e PIERANTI, 2007).

A prática esportiva pode ser dividida em "práticas de aprendizagem, de treino, de competição, de prática regular, de recreio e a tantas outras identificadas na abrangência das dimensões sociais do esporte, isto é, do esporte-educação, do esporte-participação e do esporte-performance" (TUBINO, 1992, p. 20).

Com a materialização desses novos entendimentos, o esporte passou a estar diretamente ligado a objetivos de políticas públicas, seja para reduzir índices negativos, seja como possível fomentador de ações sociais. A prática esportiva é reconhecida como fundamental

ao desenvolvimento humano e está mais próxima dos campos da saúde e da educação (ALVES e PIERANTI, 2007).



Pesquise mais

Nesse texto, os autores abordam as mudanças que o significado do conceito de esporte sofreu nos últimos anos, modificações que passaram a falar da importância desse setor não só como atividade de lazer ou simples competição, mas também como uma atividade econômica, importante para a inclusão social e para a redução de problemas ligados à saúde e à educação. Um texto que nos ajuda a compreender a visão histórica da área e seus desdobramentos.

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a Formulação de uma Política Nacional de Esporte No Brasil. **RAE-eletrônica** [online] 2007, 6 (janeiro-junho): [de consulta: 7 junho de 2018] Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2051/205114655002.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

O espetáculo esportivo é composto por uma mistura de sonho, política e grandes investimentos, pois, nas mais variadas competições, o placar vai diferenciando os que ganham dos que perdem, diferenciam nações, tanto em nível econômico, político-ideológico quanto sociocultural. Os resultados dos atletas envolvidos, considerados sobre-humanos em relação a maioria, são submetidos a um tipo de vida de muito controle e regras, dessa forma, mantem a imagem heroica desses atletas (GONZÁLEZ, FERRANDO, RODRÍGUEZ, 1998; BROHM, 1993; RUBIO, 2001; 2002.b, apud RUBIO,2007).

No esporte de alto rendimento, o psicólogo trabalha analisando e transformando os determinantes psíquicos, as emoções e os sentimentos que interferem no rendimento do atleta e/ou grupo esportivo e tanto o psicólogo quanto a equipe multiprofissional buscam a otimização da performance numa estrutura formal e institucionalizada (BARRETO, 2003; MARTIN, 2001; VALLE, 2003 apud RUBIO, 2007).



Exemplificando

Para tratar a depressão ou os transtornos mentais, os atletas de alta performance têm como aliado o



psicólogo clínico, que conduz o tratamento em parceria com médicos psiquiatras. Porém, no dia a dia dos treinamentos, a comissão técnica conta com um profissional ainda pouco conhecido, o psicólogo esportivo. Nesse caso, o psicólogo não tratará nenhum transtorno ou atleta específico, mas comporá uma equipe técnica para formular estratégias para o competidor alcançar o pódio. (CRISTALDO, 2016, [s.p.]

A saúde mental tem sido um assunto muito dialogado, devido ao entendimento de que essa é um pilar fundamental para o bem-estar global, e sua importância é amplificada no contexto do atleta de alto rendimento. Convidamos você a conhecer um pouco mais sobre o assunto através do texto "Saúde e Transtorno Mental no Atleta de Alto Rendimento: Mapeamento dos Artigos Científicos Internacionais". Descubra como a psicologia do esporte faz diferença na compreensão e promoção da saúde mental desses atletas, contribuindo para um desempenho sustentável e equilibrado.

Acesse: <https://www.scielo.br/jj/mov/a/nWM6ZfVCRLmhrHkfkjPnznR/?format=pdf&lang=pt>.

Importante ressaltar que a Psicologia do Esporte não limita sua atuação apenas a um grupo restrito; para além da prática competitiva é possível dizer que o público alvo da Psicologia do Esporte é também constituído por pessoas ou grupos que praticam exercício físico regularmente ou os que treinam regularmente para competições, mas com o objetivo de chegar ao final da prova ou de superar a própria marca, e não necessariamente um adversário. O maior objetivo é a marca pessoal, além da tentativa de manter as práticas esportivas no cotidiano. Grupos ou pessoas que se aventuram para aperfeiçoar as relações interpessoais na superação das dificuldades inerentes à convivência intensa desse tipo de prova, pessoas que descobriram o prazer em formar grupo e superar dificuldades, ampliando dessa forma círculo de amizades (NASCIMENTO, 2005; RUBIO, 2005a, apud RUBIO, 1999).

A Psicologia do Esporte, ainda que essa denominação não é uma seara exclusiva de psicólogos, porque a formação dos profissionais não é formalmente determinada, o delineamento do papel, formação e atuação do profissional da Psicologia do Esporte não

estão claros. Vemos profissionais de outras áreas trabalhando ou até mesmo treinando mentalmente atletas e ex-atletas sem formação específica se tornando treinadores (RUBIO, 1999).

Várias são as dificuldades em determinar os profissionais envolvidos na Psicologia do Esporte. Samulski (1992 apud Rubio, 1999) destaca a necessidade de uma formação abrangente, e coloca como sendo quatro os campos de aplicação da Psicologia do Esporte: o **esporte de rendimento** (a atuação do psicólogo nessa frente é de analisar e transformar as emoções que interferem no rendimento do atleta e/ou grupo esportivo); o **esporte escolar** (nesse campo, o psicólogo atua com o objetivo de nortear os princípios sócio educativos, educando seus praticantes para a cidadania e para o lazer, buscando compreender e analisar os processos de ensino, educação e socialização essenciais para a realização de esportes e seu reflexo no processo de formação e desenvolvimento da criança, jovem ou adulto envolvidos). O **esporte recreativo** visa o bem-estar para todas as pessoas em conexão com educação permanente juntamente com a saúde (o psicólogo atua analisando o comportamento recreativo de diferentes faixas etárias, classes - sócio econômicas e atuações profissionais em relação a diferentes motivos, interesses e atitudes). Já no **esporte de reabilitação**, o foco do trabalho é desenvolver ações voltadas para a prevenção e intervenção em pessoas portadoras de algum tipo de lesão decorrente da prática esportiva, ou não, e também com pessoas com deficiência física e/ou mental.



Reflita

A Psicologia do Esporte sempre esteve associada a uma perspectiva competitiva, mas

[...] vem conquistando espaço e força em outros contextos como os projetos sociais, o *fitness*, a reabilitação, a iniciação esportiva, os programas de qualidade de vida e a medicina preventiva. Vale ressaltar que o termo esporte apesar de referir-se a uma prática competitiva de alto rendimento e profissionalizada ou ao espetáculo esportivo, ele também contempla a atividade física de uma forma mais ampla e abrangente como as práticas de tempo livre e as atividades não regulamentadas e institucionalizadas. (RUBIO, 2007, [s.p.]



Pela amplitude de possibilidades de atuação, a Psicologia do Esporte faz uso de conceitos oriundos de outros campos da Psicologia, como por exemplo, a Psicologia Social, a Psicologia do Desenvolvimento, a Psicologia Clínica, a Psicometria (SILVA et al., 2014).

Segundo Rubio (2007) a origem da Psicologia do Esporte no Brasil, com os trabalhos de João Carvalhaes, teve forte influência da Psicometria. Assim, o campo da Psicologia do Esporte seguiu o processo de desenvolvimento da própria Psicologia, com preocupações relacionadas às medidas das características e diferenças individuais. Foi amparada pelos estudos de personalidade, de medidas de inteligência e desempenho e dos processos psicológicos motivacionais implícitos, "como os sistemas autorreferenciados (self system process) – autoconfiança, autopercepção de eficácia, autoconceito, autoestima, autocontrole ou autorregulação – e de enfrentamento do estresse vieram subsidiar a prática dos psicólogos no campo esportivo" (DUDA, 2005; RYAN & DECI, 2007, apud SILVA et al, 2014, p. 79).

Os atletas passam por treinamentos intensos, diários e multidisciplinares, dessa forma, os aspectos psicológicos, muitas vezes não recebem a devida atenção, mas sabe-se que esse terá impacto no desempenho, quando se utilizam dos princípios da Psicologia do Esporte no treinamento (SILVA et al., 2014).

McCullagh & Noble (2011 apud Silva et al., 2014, p. 79) ressalta que para a Psicologia do Esporte são necessários alguns conhecimentos como "constructos psicológicos, teorias da personalidade, Avaliação Psicológica e Psicometria, bem como sobre periodização, treinamento físico, tático e técnico, desenvolvimento físico, especificidades biológicas e da modalidade esportiva ou de atividade física em questão".

O processo de avaliação psicológica no esporte é denominado psicodiagnóstico esportivo e relaciona-se com o levantamento de aspectos particulares do atleta ou da relação com a modalidade escolhida. A presença do psicólogo ao necessitar desse tipo de avaliação se faz necessário, considerando a especificidade da atuação de uso de testes psicológicos. As investigações de caráter diagnóstico tem "por objetivo determinar o nível de desenvolvimento de funções e capacidades no atleta com a finalidade de prognosticar os resultados esportivos" (RUBIO, 2007, [s.p.]).

Logo, a atuação nesse campo pode ser considerada multiprofissional, sendo exercida por educadores físicos ou psicólogos com especialização em Psicologia do Esporte. Toda essa formação é básica pois, antes de intervir, é preciso identificar as demandas e avaliar quais ações devem ser tomadas. Entretanto, há uma certa dificuldade na área relacionada à disputa de mercado entre psicólogos e educadores físicos, à oferta de cursos de especialização e à falta de disciplinas específicas nos cursos de graduação em Psicologia, o que não ocorre na Educação Física (SILVA et al., 2014).



Pesquise mais

Aqui tem um link para a Revista Brasileira de Psicologia do Esporte (RBPE), com artigos para ampliar o conteúdo sobre a temática. É uma revista da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp) que tem por objetivo ser um espaço de reflexão, de crítica, de debate e de divulgação do que se faz na Psicologia do Esporte na atualidade, publicando artigos originais nessa área. É a única revista específica de Psicologia do Esporte do Brasil. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBPE>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Sem medo de errar

Neusa, psicóloga que recentemente assumiu a coordenação geral de uma instituição social, foi solicitada para contribuir com o grupo de futebol feminino das meninas da instituição, pois o grupo sempre é desencorajado por perderem nas finais, mesmo sendo consideradas muito boas. Uma das adolescentes, muito esperta, já tinha visto e lido coisas sobre a Psicologia do Esporte e foi procurar Neusa. O que é preciso saber sobre Psicologia do Esporte na atuação com equipe? O que psicólogo da área pode trabalhar com um grupo de adolescentes para melhorar o desempenho e levá-los ao êxito no final do Campeonato? Quais pontos deve ter trabalhados para que possam otimizar o tempo e as energias?

A Psicologia do Esporte atua em várias frentes e tem ganhado espaço com projetos e na área social. Isso se deve ao fato da mudança de atuação, saindo do foco do alto rendimento e ampliando a atuação para práticas esportivas do cotidiano.

O mesmo ocorre nos projetos nos quais o psicólogo tem atuado tanto no esporte escolar quanto no esporte recreativo. No primeiro, o profissional tem por objetivo atuar com princípios socioeducativos, os participantes são levados a discutir e a exercer a cidadania, com práticas esportivas com foco no lazer. Busca compreender e atuar nos processos de ensino, educação e socialização essenciais para a realização de esportes, principalmente com crianças e adolescentes, além de acompanhar seus reflexos no processo de formação e desenvolvimento da criança, jovem ou adulto envolvidos.

Já no esporte recreativo, o bem-estar é o pilar para as ações, na qual a atuação não tem idade e visa a conexão entre a educação permanente e a saúde, o psicólogo atua para compreender e contribuir com o comportamento recreativo de diferentes faixas etárias, classes socioeconômicas, não importando os motivos, interesses e atitudes para a prática.

Neusa tem atuado dessa forma com o grupo, além de trabalhar a autoconfiança e desenvolvimento emocional com as meninas, fazendo uso das premissas do esporte de alto rendimento, mas sem uma rotina ou aplicação tão enrijecida. Mas, contribuindo para analisar e transformar as emoções que interferem no rendimento do grupo e contribuindo para que as meninas focalizem suas energias do medo para coragem.

Neusa apresentou para as meninas o documentário, *Pioneiros da Psicologia no Esporte - João Carvalhaes*, mostrando que mesmo sem muita credibilidade, ao fortalecer uma equipe, o resultado apareceu e que precisavam estar mais focadas. Neusa falou que as conversas e os momentos com a equipe serão mais ou menos da mesma forma, mas que elas precisam se ajudar, cuidando da saúde alimentação e participando dos encontros.

Faça valer a pena

1. Sobre Psicologia do Esporte, faz-se necessário compreender que nem toda psicologia aplicada ao esporte é psicologia do esporte.

Sobre a afirmação, assinale a alternativa correta:

a) A Psicologia do Esporte visa compreender o envolvimento humano em atividades físicas competitivas ou não; a Psicologia no esporte visa melhorar o rendimento esportivo das pessoas.

- b) A Psicologia do Esporte visa compreender o técnico e sua atuação; já a Psicologia no esporte visa atuar com os atletas.
- c) A Psicologia do Esporte visa atuar com treinamentos físicos sem considerar o subjetivo; já a Psicologia no esporte atua no treinamento de alto rendimento.
- d) A Psicologia do Esporte visa compreender o envolvimento humano com a atividades sociais competitivas. Enquanto a Psicologia no esporte visa atuar com ações cooperativas.
- e) Ambas atuam do mesmo jeito, com o mesmo público nas mesmas condições.

2. A Psicologia do Esporte é uma ciência que estuda os comportamentos de pessoas envolvidas no contexto esportivo e de exercício físico, O objetivo do psicólogo do esporte é entender como os fatores psicológicos influenciam o desempenho físico e compreender como a participação nessas atividades afeta o desenvolvimento emocional, a saúde e o bem-estar de uma pessoa no ambiente esportivo (RUBIO, 2007).

I – A Psicologia do esporte visa compreender como os fatores psicológicos influenciam no desempenho físico.

PORQUE

II – Seu maior e único objetivo é contribuir com a formação de superatletas, com foco no alto rendimento.

A respeito das asserções, assinale a alternativa correta:

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

3.

Os instrumentos de Avaliação Psicológica têm sido aplicados por profissionais de outras áreas de conhecimento, como a Educação Física, a Medicina, a Enfermagem, a Fisioterapia, em contextos esportivos, isoladamente ou em equipes multidisciplinares. Considerando as competências de cada área, em que



aspectos físicos e de treinamento, por exemplo, estão a cargo de educadores físicos, a correção e interpretação dos resultados de instrumentos psicológicos, por sua vez, devem ser conduzidas por psicólogos, por envolverem constructos e conhecimentos específicos da área da Psicologia. Cabe, também, diferenciar a prática profissional e a situação de pesquisa na área, inclusive para desenvolvimento de novos instrumentos e para a busca de novas evidências de validade, uma vez que, em pesquisas, não serão emitidos laudos ou pareceres baseados nessas aplicações. Assim, o processo de busca de evidências de validade dos instrumentos é contínuo e deve ser seguido para fornecer à prática profissional instrumentos melhor construídos e fidedignos, preservando-se, dessa forma, os aspectos éticos na avaliação psicológica. (SILVA et al., 2014, p. 84)

I – Os instrumentos de Avaliação Psicológica podem ser aplicados por qualquer profissional, mas deve ser avaliado apenas por psicólogos.

II – Ao se utilizar os instrumentos de avaliação por profissionais não psicólogos, estamos de frente a questões éticas que precisam ser repensadas.

III – O profissional da Psicologia do Esporte deve se impor mais considerando que a aplicação de testes cabe única e exclusivamente ao psicólogo.

Sobre as afirmações, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas a alternativa II está correta.
- c) Apenas a alternativa III está correta.
- d) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- e) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

Seção 3.2

Psicologia do trânsito

Diálogo aberto

Olá, aluno! Nesta seção, vamos trabalhar com conteúdos relacionados à Psicologia do Trânsito. Talvez você já tenha entrado em contato com a área ou conheça um pouco a respeito, associando a prática psicológica à avaliação realizada no processo de obtenção da carteira nacional de habilitação de condutores. Mas você verá que a Psicologia do Trânsito e a atuação do psicólogo na área não se restringem a isso. Para tanto conheceremos um pouco da história do trânsito no Brasil, as possibilidades de atuação do psicólogo nessa área, a avaliação psicológica nesse contexto e discutir as questões de acidentes de trânsito e o fator humano.

Vamos nos lembrar de Neusa, uma psicóloga com muitos anos de experiência em atuação social, porém na área de captação de recursos. Neusa aceitou uma proposta para trabalhar como coordenadora numa instituição social multiprofissional, e embora seja psicóloga formada há algum tempo, sua dedicação maior nos últimos anos não foi nesse campo de atuação. Ela está vivendo situações bastante desafiadoras, pois em meio a tantas mudanças sociais e econômicas, ela precisa lidar com os colegas e ser a ponte na relação entre os usuários, os profissionais, a diretoria e a comunidade, além de tentar melhorar o ambiente de trabalho e a própria comunidade.

Aos poucos Neusa estava mais tranquila no seu novo local de trabalho, foi se sentindo mais confiante e conseguindo contribuir com a instituição com sua vasta experiência. Como ela é bastante comunicativa, logo a comunidade foi se acercando, todos que tinham dúvidas, sugestões e, até mesmo só querendo uma conversa, foram se aproximando. Uma coisa que a psicóloga percebeu foi a quantidade de acidentes de carro que acontece na rua principal, a uma quadra do portão da instituição. Ela fica preocupada com a comunidade e com as crianças e adolescentes que precisam passar por lá para voltarem para suas casas. Lembrou-se de uma

amiga que atua com a Psicologia do Trânsito e fez contato para que, juntas, possam construir um projeto sobre qualidade de vida da comunidade e promoção de segurança viária e no transporte.

Que aspectos relacionados aos fatores humanos no trânsito podem ser considerados no desenvolvimento do projeto? Como os conhecimentos da Psicologia do Trânsito podem contribuir para a construção do projeto? Quais ações podem ser pensadas para contribuir com a comunidade, diminuir os acidentes e ainda trabalhar de forma educativa com as crianças e adolescentes?

Com certeza, você terá muitas ideias e poderá contribuir.

Vamos caminhar com Neusa nessa empreitada?

Não pode faltar

Prontos para mais um tema?

Vamos entender um pouco sobre a Psicologia do Trânsito. Uma área da Psicologia que visa estudar o comportamento das pessoas nos vários contextos do trânsito - incluindo pedestres, ciclistas, motociclistas, passageiros, motoristas amadores e profissionais. ROZESTRATEN (1981, p. 141) ainda completa, "todos os participantes do tráfego aéreo, marítimo, fluvial e ferroviário". Porém, de modo geral, a atuação do psicólogo do trânsito tem se restringido ao comportamento dos caminhantes das rodovias e das redes viárias urbanas, compreendendo como as pessoas se movimentam. A Psicologia do Trânsito investiga os processos externos e internos e os fenômenos conscientes e inconscientes que provocam, alteram e que ocorrem quando as pessoas estão no trânsito (ROZESTRATEN; 1981; CRISTO E SILVA e GÜNTHER, 2009; CRISTO E SILVA, 2012; CFP, 2016).

A Psicologia do Trânsito surgiu como consequência de inúmeras pesquisas com muitos institutos, laboratórios e centros de pesquisa. Em todas as áreas é crescente o olhar dos psicólogos comprometidos em estabelecer relações harmoniosas entre os sujeitos e o ambiente em que vivem; no trânsito não é diferente, faz-se necessário ter uma relação de equilíbrio entre os vários atores que convivem nos vários ambientes e contextos (CRISTO E SILVA e GÜNTHER, 2009).

Mesmo sem contar com profissionais especializados, a área do trânsito foi um dos primeiros setores a ter intervenção da Psicologia (HOFFMANN e CRUZ, 2003).



Rozestraten (1981, p. 141) grande expoente da área define a Psicologia do Trânsito como sendo “o estudo científico do comportamento dos participantes do trânsito, entendendo-se por trânsito o conjunto de deslocamentos dentro de um sistema regulamentado”.

Considerando uma área que usa historicamente as avaliações psicológicas em seu processo, a presença do psicólogo se faz fundamental, porém não temos disciplinas específicas nos cursos de Psicologia, dificultando o aperfeiçoamento, ampliação e promoção da Psicologia do Trânsito (CRISTO E SILVA, 2012).

A história da Psicologia do Trânsito no Brasil pode ser dividida em dois períodos: antes e após a regulamentação da profissão de psicólogo no país. As informações científicas da Psicologia sempre foram utilizadas na área do trânsito, nas políticas de segurança e prevenção e com a finalidade – que ainda se mantém – de, por meio das avaliações, identificar ou restringir os motoristas no processo de aquisição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (CRISTO E SILVA, 2012).

O médico italiano L. Patrizi foi o primeiro a chamar a atenção sobre a utilidade da Psicologia para os conflitos do trânsito, isso em 1900, indicando a necessidade de examinar psicologicamente os condutores de automóveis (COSTA e ALCHIERI, 2016). No Brasil, essa história tem início com a consolidação das estradas de ferro e da chegada dos automóveis e caminhões no Brasil, para substituir a circulação de bondes e trens, no início do século XX. Essa mudança pela pressão da elite que apoiava o novo cenário automobilístico e opções políticas urbana na esfera estadual e federal (LAGONEGRO, 2008, apud COSTA e ALCHIERI, 2016).

Em 1910, foi promulgada a primeira legislação que tratou sobre trânsito, o Decreto-lei nº 8.324, que regulamentou o serviço de transportes de passageiros ou mercadorias por automóveis e estabelecia medidas de segurança para os motoristas da época, chamados de motorneiros (CRISTO E SILVA, 2012). “O motorneiro deve estar constantemente senhor da velocidade de seu veículo, devendo diminuir a marcha ou mesmo parar o movimento, todas as vezes que o automóvel possa ser causa de acidentes” (Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, 2010, p. 20).

O primeiro Código Nacional de Trânsito (Decreto-lei nº 2.994/1941) foi um marco para a prática do psicólogo no contexto do trânsito. Com ele, foi possível determinar as bases para a Psicologia do Trânsito, pois estabelece os exames para obter a licença de prática ou de habilitação para condutor de veículo: fisiológico ou médico e psicológico. Várias alterações na legislação vieram depois desse decreto, alguns julgaram que contribuiu com a área outros o contrário (CRISTO E SILVA, 2012).

Cristo e Silva (2012) menciona que, em meados da década de 1960, o Brasil vivia uma época de conturbações políticas, com amplas reformas administrativas entre os governos militares, estes deram continuidade ao desenvolvimento do sistema rodoviário que se delineara nas décadas anteriores. Sobre as ações do Estado brasileiro referentes às políticas de desenvolvimento urbano e de transporte urbano, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), caracterizaram-se por serem "(...) desarticuladas, aplicadas por diferentes setores do governo, sem diretrizes ou estratégias básicas de ação no meio urbano" (2010, p. 567).

No Brasil, a profissão de psicólogo foi regulamentada no ano de 1962, com a Lei número 4.119 de 27 de agosto de 1962. A partir da regulamentação da profissão, houve um movimento de criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). Desde o início do reconhecimento da Psicologia no Brasil, a Psicologia do Trânsito foi uma das primeiras áreas de atuação do psicólogo (HOFFMANN e CRUZ, 2003; COSTA e ALCHIERI, 2016; CRISTO E SILVA, 2012).

Considerando o movimento pós-regulamentação da profissão, em 1966, foi instituído o segundo Código Nacional de Trânsito, lei que reorganizou o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), e regulamentou a criação dos Departamentos de Trânsito (DETRANs); cada Estado deveria implantar o seu próprio DETRAN e dentro da estrutura, a obrigatoriedade dos serviços psicotécnicos (HOFFMANN e CRUZ, 2003; CRISTO E SILVA e GÜNTHER, 2009; CRISTO E SILVA, 2012).

Com isso, os psicólogos reconhecidos por lei, inseriram-se efetivamente no processo de habilitação dentro dos DETRANs na realização do exame psicotécnico em candidatos à habilitação. A década de 1960 ficou caracterizada pela organização político-administrativa de categoria dos psicólogos, com expansão da

profissão em diferentes espaços de atuação, a exemplo dos DETRANs (CRISTO E SILVA, 2012).



Pesquise mais

Nessa publicação do CFP, há uma série de artigos interessantes e recentes que contribuirão para a compreensão da área da Psicologia do Trânsito. Vale a leitura!

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia do Tráfego:** Características e desafios no contexto do MERCOSUL. Brasília: DF, CFP, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsicologiaTrafego_web12set16-2.pdf. Acesso em: 21 jun. 2018.

Aparentemente simples, as possibilidades de atuação do psicólogo do trânsito são, na verdade, bastante complexas e vão além das avaliações realizadas na emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Nesse campo, Rozestraten, (1981, p. 141-142) realça vários processos envolvidos no locomover-se e fatores importantes para evitar acidentes,

pode incluir processos de atenção, de detecção, de diferenciação e de percepção, a tomada e o processamento de informações, a memória a curto e a longo prazo, a aprendizagem e o conhecimento de normas e de símbolos, a motivação, a tomada de decisões bem como uma série de automatismos percepto-motores, de manobras rápidas e uma capacidade de reagir prontamente ao feedback, a previsão de situações em curvas, em cruzamentos e em lombadas, e também, uma série de atitudes em relação aos outros usuários, aos inspetores, às normas de segurança, ao limite de velocidade, etc.



Rozestraten (1981) também ressalta que, ao considerar as estradas e um carro enquanto uma massa em movimento, a Psicologia do Trânsito se relaciona com várias especialidades, sendo necessário dialogar com outras áreas do conhecimento como: a Engenharia, Medicina do Trabalho, Estatística, Física, Ergonomia, Sociologia, Psicopedagogia e mesmo com o Direito e com a Criminologia.

Em 2012, com o intuito de discutir o tema trânsito, de forma abrangente, o Sistema Conselhos de Psicologia realizou o Seminário “Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil”. O evento envolveu mais de 1.500 participantes em 19 estados e fomentou discussões com a categoria de psicólogos no Brasil sobre diversos temas relacionados ao Trânsito (CFP, 2012).

No relatório do CFP (2012), são apresentadas algumas possibilidades de atuação da Psicologia do Trânsito, organizadas a partir das discussões em eixos, mesma organização do seminário: 1 – Psicologia do Trânsito no Brasil e no mundo (subdividido em educação para o trânsito e formação e pesquisa); 2 – Mobilidade Urbana e Políticas Públicas de Trânsito e Transporte (subdividido em a) Políticas Públicas b) Propostas ao Conselho Federal de Psicologia c) CONTRAN e DENATRAN); e 3- Avaliação psicológica no contexto do trânsito. Do seminário saíram propostas dessas várias áreas sobre trânsito, pois o processo tinha por objetivo “o mapeamento das necessidades para qualificação da área e a adequação das ferramentas aos parâmetros éticos da profissão e aos contextos de uso” (p. 2)



Exemplificando

Para encontrar materiais atualizados e informações sobre o tema você pode acessar o portal Psitran. Este é um exemplo de compilação de informações e publicações importantes da área, como as discussões da Rede Latino-Americana de Psicologia do Trânsito (Relapsitran).

Acesse: <http://www.portalpsitran.com.br/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

Mesmo com várias possibilidades de atuação, a área avaliação ainda é a mais tradicional na Psicologia do Trânsito. Cabe destacar que a produção técnica e científica não é tão grande e tem deixado lacunas e dúvidas sobre sua precisão, além dos questionamentos sobre a prática do profissional nessa área. O que não se pode negar é o quanto a avaliação psicológica vem contribuindo para a qualidade da mobilidade urbana no Brasil, mesmo sendo uma área nova (COSTA e ALCHIERI, 2016).

² Foi construído um site <http://transito.cfp.org.br/>, que divulgou a programação de cada CRP, com datas, locais, palestrantes, videoconferência e apresentação de trabalhos.

Os departamentos de trânsito são os órgãos responsáveis por reconhecer a importância do psicólogo na área e, também, por institucionalizar as clínicas psicotécnicas. Os departamentos têm, ainda, verificado a importância da Psicologia do Trânsito na prevenção de acidentes e ações de violência no trânsito por meio dos resultados dos testes (ALVES E GOMES, 2016; CRISTO E SILVA e GÜNTHER, 2009).

Historicamente, o exame psicotécnico é a atividade mais conhecida da Psicologia do Trânsito, pois, em 1962, tornou-se uma intervenção obrigatória, no mesmo ano em que a Psicologia foi reconhecida como profissão. Porém, várias são as discussões se essa deveria ser a única prioridade do psicólogo do trânsito. O próprio seminário, em 2012, apresentou outras possibilidades, pois acredita-se que os profissionais podem abrir caminhos e ocupar novos espaços de trabalho, a exemplo da atuação em educação para o trânsito (HOFFMANN e CRUZ, 2003; CRISTO E SILVA, 2012).



Pesquise mais

O texto de Rueda (2011) nos traz questionamentos interessantes sobre o olhar da Psicologia do Trânsito relacionada apenas com a Avaliação do Trânsito. Vale a leitura!

RUEDA, F. J. M. Psicologia do trânsito ou avaliação psicológica no trânsito: faz-se distinção no Brasil? (p.103 -113) In: **Conselho Federal de Psicologia. Ano da Avaliação Psicológica – Textos geradores** - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/anodaavaliacaopsicologica_prop8.pdf#page=107. Acesso em: 21 jun. 2018.

Em 1980 surgiram questionamentos referentes ao papel do psicólogo no trânsito, conhecido entre os colegas de profissão como “psicólogo psicotecnista”, isto é, o psicólogo que realizava avaliação psicológica no contexto do trânsito. As dúvidas sobre o papel do profissional estavam relacionadas à incompreensão da sociedade referente a uma avaliação aparentemente obrigatória que não auxilia na redução dos acidentes de trânsito e na promoção de um trânsito mais seguro. A falta de pesquisas e estudos de validação e normatização dos instrumentos psicológicos que eram e são

utilizados para a realidade do trânsito brasileiro corroboram para as críticas, já que nos mais de cinquenta anos de profissão a atuação nessa área pouco mudou. (RUEDA, 2011).

Outra questão que se apresenta é referente à capacitação do psicólogo, em 2008, ficou estabelecido que todos os psicólogos que queiram realizar avaliação psicológica para CNH deveriam possuir o título de especialista reconhecido pelo CFP, realizando cursos de perito examinador com carga horária de 180 horas/aula, segundo a Resolução nº 267 do CONTRAN. Depois dessa Resolução do CONTRAN foi publicada a Resolução CFP nº 007/2009, que revogou a Resolução CFP no 012/2000 e estabeleceu normas e procedimentos para a avaliação psicológica no contexto do trânsito (RUEDA, 2011).

De modo geral, a avaliação psicológica é um processo técnico científico realizado tanto individual como coletivamente. Há vários instrumentos, métodos e técnicas que podem ser utilizados a depender da especificidade do contexto, destacando-se os testes psicológicos aprovados e que possibilitam obter informações sobre o funcionamento psíquico do indivíduo, bem como mensurar características psicológicas e comportamentais (ALVES E GOMES, 2016).

Na área da Psicologia do Trânsito, os instrumentos de avaliação psicológica objetivam avaliar a inteligência geral, a percepção, a capacidade de prevenção e tomada de decisão, bem como as habilidades psicomotoras, o equilíbrio emocional, a agressividade, a sociabilidade, a tolerância à frustração e aspectos da personalidade do indivíduo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011; CRUZ, ALCHIERI E SARDA, 2002 *apud* ALVES E GOMES, 2016).

Alguns traços de personalidade medidos durante o processo de avaliação podem estar atrelados a comportamentos impulsivos, possibilitando direção perigosa, irresponsabilidade, agressividade, egocentrismo, impulsividade e intolerância à frustração, por exemplo. Estas características atuam como fatores relacionados ao funcionamento das ações pessoais como controle de hostilidades, tolerância à tensão, sociocentrismo e ansiedade, os quais podem influenciar mais na ocorrência de acidentes de trânsito do que em características fisiológicas e psicofisiológicas. A impulsividade é um dos traços mais frequentes entre os comportamentos de risco por estar, em situações diversas, associada às violações das leis. (ARAÚJO, DINIZ e ROCHA, 2009, apud ALVES e GOMES, 2016, p. 63)

É necessário compartilhar a responsabilidade de um comportamento seguro no trânsito entre usuários e autoridades, compreendendo a importância da conscientização da existência de condições para que atitudes comportamentais no contexto do trânsito sejam colocadas em prática (CRISTO E SILVA, 2012; ALVES E GOMES, 2016).

Segundo Cristo e Silva (2012), a Psicologia explica que a resposta atenta à presença de estímulos que chamam atenção do indivíduo que está dirigindo algum veículo, é uma das condições básicas e necessárias para um bom comportamento do condutor, da mesma forma que devemos manter as condições de saúde adequadas, não ingerindo medicamentos ou bebidas alcoólicas, ou qualquer outra coisa que coloque o condutor numa situação que interfira na sua capacidade física e psicológica, não permitindo a percepção e interpretação dos estímulos relevantes.



Refleta

Precisamos ficar atentos, pois os comportamentos inseguros dos motoristas representam a desorganização do contexto de trânsito, bem como o não cumprimento de suas regras, podendo causar impactos negativos na sociedade (ROZESTRATEN, 1988 apud, ALVES E GOMES, 2016).

Uma das principais causas de morte no Brasil e no mundo é decorrente de acidentes de trânsito. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), estatísticas do ministério da saúde de vias seguras (Datusus), em 2006, o trânsito apresentou 18.836 vítimas fatais, homens e mulheres. No ano de 2015, o número de vítimas fatais cresceu para 37.306, várias são as causas dos incidentes, podendo ser por estradas, ambiente, veículo e motoristas. O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maior número de mortes causadas pelo trânsito, uma taxa de mortalidade de 23,4 para cada 100 mil habitantes (BARBOSA, 2018).

Ainda segundo a autora, sabemos que para um indivíduo ser capaz de dirigir, ele necessita de habilidades motoras, bem como habilidades emocionais, pois adaptar suas emoções em situações do trânsito se faz necessário. Quando estamos com o emocional alterado nossa habilidade de dirigir fica comprometida, considerando sentimentos de ansiedade, estresse, raiva, agressividade, ocasionando riscos.

O comportamento humano no trânsito se modifica bastante a partir do ambiente e do grau de estresse que cada indivíduo apresenta; essas variáveis são capazes de modificar o comportamento dos condutores. O ato de dirigir se torna complexo por causa dos comportamentos emitidos pelos envolvidos nos contextos do trânsito e na rotina no espaço social, mostrando que o estresse e outros comportamentos negativos podem ser bastante prejudiciais, considerando as consequências que podem vir a surgir. Os efeitos, além de impactar o próprio condutor, podem afetar outros participantes desse contexto, influenciados por fatores internos e externos (BARBOSA, 2018; CRISTO E SILVA, 2012).

Cada pessoa apresenta seu interesse no que diz respeito à mobilidade humana, suas motivações são variáveis de acordo com cada situação, e isto pode gerar conflitos. É comum vermos certo egoísmo dos usuários das vias terrestres, pois querem sempre as garantias dos direitos e o mínimo de cumprimento dos deveres, numa atitude intencional em praticar as regras conforme as próprias conveniências, são inúmeros os acidentes de trânsito que foram causados por estupidez, distração ou ignorância. Por isso, a conscientização de que o trânsito é de todos, e de que suas leis não são meras imposições autoritárias, é fundamental para o estabelecimento de uma convivência pacífica que contemplaria os

direitos e deveres de todos (ROZESTRATEN, 1986 apud, ALVES E GOMES, 2016).

No Código de Trânsito Brasileiro, temos as orientações para a discussão que pretende humanizar o trânsito, isso despertou interesses em estudos que apontam diferentes áreas e possibilidades de intervenção do psicólogo, como uma proposta de educação numa perspectiva psicológica, desencadeando um bom comportamento no trânsito, evitando que atitudes de negligência sejam o principal fator de acidentes (ALVES E GOMES, 2016).

Com isso vemos que a Psicologia do Trânsito está diretamente ligada com a Psicologia Ambiental e um diálogo mais próximos se faz necessário e muito produtivo, pois sem ambiente não há trânsito. Rozestraten (2003, p. 31) diz "O homem sem ambiente é quimérico", isto é, uma ilusão. Mais que um ser social o homem é um ser ambiental, pois seu desenvolvimento está diretamente ligado ao ambiente em que vive. O ambiente se altera, hoje temos o trânsito marcando esse processo, mas estabelecer uma relação harmoniosa é fundamental para qualidade de vida, e um ambiente adequado contribui para um trânsito seguro (ROZESTRATEN, 2003).



Pesquise mais

Aqui temos um texto muito interessante para contribuir com a compreensão da relação do Trânsito e outras possibilidades de intervenção.

ALVES, C. A.; GOMES, J. O. Contribuições da psicologia do trânsito: considerações sobre educação para o trânsito e formação profissional. **Revista Científica da Faminas**, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj10Nj1gsGCAXWmB7kGHXJUC3YQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.faminas.edu.br%2Findex.php%2FRCFaminas%2Farticle%2Fdownload%2F352%2F327&usq=AOvVaw3MCZBtds190LgRSl81iXsl&opi=89978449>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Sem medo de errar

Neusa, uma psicóloga com muitos anos de experiência em atuação social, porém na área de captação de recursos, aceitou uma proposta para trabalhar como coordenadora numa instituição social multiprofissional, e embora seja psicóloga formada há algum tempo, sua dedicação maior nos últimos anos não foi nesse campo de atuação. Ela precisa lidar com os colegas e ser a ponte na relação entre os usuários, os profissionais, a diretoria e a comunidade, além de tentar melhorar o ambiente de trabalho.

Considerando as possibilidades de atuação de Neusa, ela buscou auxílio com uma amiga para desenvolverem um projeto de promoção de segurança viária e no transporte. Pensando em como a Psicologia do Trânsito pode contribuir, sabemos que nosso estado de humor altera nossas percepções e comportamentos. Vimos, nesta seção, que Rozestraten (1981) apresenta os vários processos que lidamos diariamente quando estamos no trânsito, processos de atenção, de detecção, de diferenciação e de percepção, a tomada e o processamento de informações, memórias, a aprendizagem e o conhecimento de normas e de símbolos, a motivação, a tomada de decisões bem como uma série de automatismos percepto-motores, de manobras rápidas. O autor alerta que precisamos de capacidade de reagir prontamente ao feedback, a previsão de situações em curvas, em cruzamentos e em lombadas, e também, uma série de atitudes em relação aos outros usuários, aos inspetores, às normas de segurança, ao limite de velocidade etc. São muito os cuidados e conhecimentos envolvidos no comportamento relacionado ao trânsito. Tudo isso deve ser considerado na escrita do projeto que Neusa está pensando com a comunidade, além disso uma boa conversa para pensar na educação para o trânsito se faz necessário.

Atuar com a comunidade no processo de formação, alertando que todos somos responsáveis por um ambiente mais seguro é fundamental para o sucesso do projeto, todos devem estar envolvidos, não só os condutores, mas os pedestres, ciclistas, motociclistas.

O próprio Código de Trânsito Brasileiro pode trazer subsídios para a Neusa, já que suas orientações levam a possibilidade de humanizar o trânsito, os comportamentos inseguros dos motoristas representam a desorganização do contexto de trânsito, bem como

o não cumprimento de suas regras, podendo causar impactos negativos na sociedade e sabemos que o Brasil tem o 3º lugar de mortes por acidentes no mundo.

Neusa tem muito trabalho, mas agora ficará mais fácil pensar em ações, pois entendeu que o melhor caminho é o educativo, para todos os envolvidos. Um exemplo seria a constituição de palestras, desdobrando em oficinas práticas com as crianças e adolescentes da ONG e essas poderiam realizar ações com seus responsáveis e com a comunidade, dessa forma quem ensina aprende e todos saem ganhando.

Como vimos nesta seção, é necessário compartilhar a responsabilidade de um comportamento seguro no trânsito entre usuários e autoridades, compreendendo a importância da conscientização da existência de condições para que atitudes comportamentais no contexto do trânsito sejam colocadas em prática, fazendo com que os índices de acidentes diminuam e o processo educativo se replique.

Faça valer a pena

1. Rozestraten (1981, p. 141) define Psicologia do Trânsito como sendo “o estudo científico do comportamento dos participantes do trânsito, entendendo-se por trânsito o conjunto de deslocamentos dentro de um sistema regulamentado”.

Nesse sentido, outras possibilidades se apresentam quanto ao fazer do psicólogo nessa área. Sobre elas assinale a alternativa correta:

- a) Teste Psicotécnico, educação para o trânsito e Atividades juntos aos CFPs.
- b) Atividades juntos aos DETRANs; Teste Projetivos e Educação para saúde.
- c) Teste Projetivos; Educação Escolar e Atividades juntos aos DETRANs;
- d) Teste Psicotécnico, educação para o trânsito e Atividades juntos aos DETRANs.
- e) Educação para promoção de acidentes; Atividades juntos aos CFPs e Teste Psicotécnico.

2. Rozestraten, (1981, p. 141) realça vários processos envolvido no locomover-se, e fatores importante para evitar acidentes,



pode incluir processos de atenção, de detecção, de diferenciação e de percepção, a tomada e o processamento de informações, a memória a curto e a longo prazo, a aprendizagem e o conhecimento de normas e de símbolos, a motivação, a tomada de decisões bem como uma série de automatismos percepto-motores, de manobras rápidas e uma capacidade de reagir prontamente ao feedback, a previsão de situações em curvas, em cruzamentos e em lombadas, e também, uma série de atitudes em relação aos outros usuários, aos inspetores, às normas de segurança, ao limite de velocidade, etc.

A partir das considerações do autor, leia as afirmativas a seguir:

I - Caminhantes e condutores devem estar sempre atentos, para detecção, diferenciação e percepção, do ambiente com o foco na tomada de decisões no trânsito.

II – Todos estão no ambiente do trânsito, mas apenas os condutores precisam compreender e respeitar as regras e normas do trânsito.

III – O conhecimento de normas e de símbolos, a motivação, a tomada de decisões bem como uma série de automatismos percepto-motores, de manobras rápidas, leva a acidentes.

IV - A previsão de situações em curvas, em cruzamentos e em lombadas, e também uma série de atitudes em relação aos outros usuários, aos inspetores, às normas de segurança, devem ser comportamentos seguros.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a Afirmativa I está correta.
- b) Apenas a Afirmativa II está correta.
- c) Apenas a Afirmativa IV está correta.
- d) Apenas a Afirmativa II e III estão corretas.
- e) Apenas a Afirmativa I e a IV estão corretas.

3. É necessário compartilhar a responsabilidade de um comportamento seguro no trânsito entre usuários e autoridades, compreendendo a importância da conscientização da existência de condições para que atitudes comportamentais no contexto do trânsito sejam colocadas em prática (ALVES e GOMES, 2016).

A partir das considerações das autoras, pode-se afirmar:

I – Todos somos responsáveis por um trânsito seguro e pela diminuição dos índices de acidente no trânsito, embora as autoridades sejam as únicas que fazem a diferença.

PORQUE

II – O ambiente do trânsito rodoviário é composto por vários atores, entre eles pedestres, condutores, ciclistas, motociclistas, navegantes etc.

A respeito das asserções, assinale a alternativa correta:

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

Seção 3.3

Psicologia do consumidor

Diálogo aberto

Olá, estudante.

Vamos iniciar mais um tema. Nesta seção, compreenderemos as influências psicológicas no consumo e os fatores socioculturais envolvidos, discutiremos as pesquisas sobre comportamento do consumidor e a Psicologia do Consumidor e a responsabilidade social. Muitas coisas interessantes. E ao entrar em contato com esses temas, ajudaremos a Neusa.

Neusa, psicóloga que atua como coordenadora de uma instituição social, tem passado por vários desafios no início de suas atividades. Neusa está muito feliz em seu trabalho, com uma relação bastante estreita e um forte vínculo entre comunidade, usuários e sua equipe. Tem acertado na forma que tem conduzido suas demandas, mas os obstáculos não param e ela tem gostado dessa nova dinâmica de a cada nova semana existir um novo contratempo a ser superado. Tem percebido que as adolescentes estão muito envolvidas com a aparência, ligadas demais às roupas e aos acessórios. Não que isso não seja importante ou seja ruim, mas tem chamado a atenção o exagero e, conseqüentemente, tem aumentado as tensões nas relações do grupo de adolescentes, pois as comparações e exclusões acabam sendo consequência. O educador de informática também sentiu essa tensão e foi conversar com Neusa, pois percebeu que as adolescentes têm feito uso do acesso à internet de forma indiscriminada em relação à moda e aos *youtubers* do momento. Preocupados com as relações conflituosas na adolescência que poderiam acentuar essas situações, resolveram pensar num projeto para a discussão sobre os excessos no consumo e a relação entre os desejos e as necessidades. Neusa levou para o educador o que conhecia, pensaram em utilizar a Psicologia do Consumidor e discutir com os adolescentes a influência da mídia e as produções de desejos versus necessidades.

Diante do envolvimento de todos, Neusa e os educadores decidiram fazer uma exposição audiovisual com o grupo de adolescentes, pois são bastante ligados aos eletrônicos. Você, como estudante de Psicologia, vai auxiliar Neusa e os educadores nessa atividade: pense que essa equipe precisa orientar os adolescentes sobre essa relação entre a mídia e o consumo, desejos e necessidades. Quais os aspectos da Psicologia do Consumidor podem ser utilizados nessa exposição com os adolescentes?

Neusa está esperando sua ajuda!

Não pode faltar

A Psicologia do Consumidor tem ligação direta com o Marketing; essa área, bem como Turismo, Publicidade e Propaganda, atua de forma multidisciplinar no processo de compreensão do comportamento dos consumidores com o objetivo de fidelizar o cliente.

A Psicologia do Consumidor tem sua origem na Psicologia Industrial. Walter Dill Scott, da Northwestern University, em uma conferência realizada em dezembro de 1901, analisou as possibilidades de aplicação da Psicologia no campo da propaganda. Apesar de ser este o marco do início da tradição do campo da Psicologia do Consumidor, a consolidação de sua literatura científica se deu algumas décadas depois. Em 1948, a *Psychological Abstracts* apresenta uma área de Problemas Industriais e Pessoais, inserindo como subtítulo a Publicidade e o comportamento do consumidor e, em 1950, a *Anual Review of Psychology* exhibe revisões sobre a Psicologia do Consumidor (JANSSON-BOYD, 2010, apud CORREDOR, 2013).

A aplicação da Psicologia à esfera comercial se dá nas primeiras décadas do século XX, focada quase exclusivamente na publicidade e não nas relações humanas. O foco era compreender como as técnicas psicológicas poderiam ser úteis para melhorar a eficácia dos anúncios publicitários, como contribuir em sua elaboração, isso para indicar os elementos das campanhas publicitárias que tivessem maior recepção entre o público (CORREDOR, 2013).

Ainda segundo o autor, as pesquisas iniciais utilizando os conhecimentos da Psicologia não visaram a compreensão dos fatores psicológicos que influenciam o consumo, mas sim na propaganda

de compra e venda, no comportamento de escolha e de compra que uma pessoa apresenta em um ambiente de mercado. Essa conexão entre vendas e publicidade foi foco da primeira pesquisa psicológica sobre o consumidor, segundo Eguizábal (1998, apud Corredor, 2013, p. 402, tradução nossa), aplicada “à propaganda de remédios patenteados comercializados nos Estados Unidos, no final do século XIX”.

A Psicologia do Consumidor é considerada uma subdivisão da Psicologia Social, pois os conceitos utilizados, na maioria das vezes são discutidos pela Psicologia Social e Cognitiva, temas e conceitos como: atitudes, comunicação e persuasão, e da Psicologia Cognitiva, como memória, processo de informação e processo de decisão (JACOBY, HOYER E BRIEF, 1992 apud PÉREZ-NEBRA e TORRES, 2002).



Refleta

Psicologia do Consumidor é a área que reflete sobre os comportamentos dos compradores, visa entender quais fatores são decisivos do ponto de vista da influência e do impacto para que um comprador eleja um determinado produto e não outro.

Considerando o papel do psicólogo enquanto provocador de reflexões das relações e ações humanas, nessa área contribuimos com a crítica ou mantemos o sistema alienado de consumo?

Afirma Underhill (1999 apud Medeiros e Cruz, 2006, p. 167) que “a maior ignorância dos homens de negócio centra-se no desconhecimento de quem são seus clientes”. Segundo o autor, é um problema comum de comerciantes, ignorar os consumidores de suas lojas.

Para Kotler e Keller (2006 apud Medeiros e Cruz, 2006), é necessário acompanhar e monitorar o comportamento de compra dos consumidores.

Solomon (2016) e Schiffman e Kanuk (2000 apud Medeiros e Cruz, 2006) listam uma série de fatores que influenciam o indivíduo enquanto consumidor. Kotler (1998 apud Medeiros e Cruz, 2006) organiza esses aspectos num modelo que demonstra os fatores psicodinâmicos internos e externos que atuam sobre o consumidor.

Os fatores de influência no processo de decisão de compra até chegar à efetivação de compra, são: fatores culturais (cultura, subcultura e classes social), fatores sociais (grupos de referência, família, papéis e posições sociais), fatores pessoais (idade e estágio do ciclo de vida, ocupação, condições econômicas, estilo de vida e personalidade) e fatores psicológicos (motivação, percepção, aprendizagem, crenças e atitudes). Considerando os estudos realizados sobre os aspectos que influenciam a compra, os fatores psicológicos e socioculturais apresentam uma visibilidade maior.



Figura 2.1 | Fatores de influência no processo de decisão de compra



Fonte: Kotler (1998, p. 163 apud MEDEIROS e CRUZ, 2006, p. 169).

Vamos discutir os fatores psicológicos que influenciam o ato de comprar e de consumir. Conhecer as variáveis que influenciam o comportamento de compra da população é muito importante para que os empresários qualifiquem seus produtos e serviços, considerando efetivamente os desejos e as necessidades do consumidor e orientando ofertas de mercado (VIEIRA, 2002).

Medeiros e Cruz (2006) apresentam os fatores psicológicos descritos por Solomon (2016), Schiffman e Kanuk (2000) e Kotler (1998), a saber: motivação, percepção, aprendizagem e crenças e atitudes. Vamos vê-los mais detalhadamente:

Motivação

Quando pensamos em consumo, a primeira coisa que temos que considerar são as motivações para tal. Claro que existem exceções, mas, no geral, qualquer pessoa só vai consumir se tiver alguma motivação. A teoria mais conhecida sobre motivação é a Teoria de Maslow, que organiza os desejos e as necessidades em prioridades e hierarquias, estas obedecem escalonagens nas quais, à medida que as necessidades são atingidas, passam para outros níveis. A teoria de Maslow propõe que os fatores de satisfação do ser humano dividem-se em cinco níveis dispostos em forma de pirâmide (FERREIRA, DEMUTTI E GIMENEZ, 2010; MANTELLO, [s.p.]; MEDEIROS E CRUZ, 2006).



Exemplificando

Figura 2.2 | Pirâmide da Teoria das Necessidades de Maslow



Fonte: Robbins (2002 apud FERREIRA, DEMUTTI E GIMENEZ, 2010).

Sobre a pirâmide das necessidades de Maslow, Mantello ([s.d.]) e Medeiros e Cruz (2006) apresentam:

1. Fisiológicas (física e psíquica): incluem fome, sede, abrigo, sexo e outras necessidades corporais.

2. Segurança: inclui segurança e proteção contra danos físicos e emocionais.
3. Sociais: incluem afeição, aceitação, amizade e sensação de pertencer a um grupo.
4. Estima: inclui fatores internos de estima, como respeito próprio, realização e autonomia; e fatores externos de estima, como status, reconhecimento e atenção.
5. Autorrealização: a intenção de tornar-se tudo aquilo que a pessoa é capaz de ser; inclui crescimento, autodesenvolvimento e alcance do próprio potencial.

Em termos da Psicologia da publicidade e do consumo, a pirâmide de necessidades de Maslow é visualizada em torno de oito desejos básicos, nos quais se concentra o consumo: alimentação e bebidas; conforto, casa e vestuário; liberação de ameaça e perigos; necessidade de ser superior, de possuir status; atração do sexo oposto; bem-estar da família; consideração social; e vida longa e saúde (Solomon, 2016; Schiffman e Kanuk, 2000; e Kotler, 1998 apud Medeiros e Cruz, 2006).

Percepção

Kotler (1998 apud Medeiros e Cruz, 2006) afirma que, quando uma pessoa está motivada, ela está pronta para agir. Logo, percepção é como a pessoa cria significado de suas experiências com o mundo, como ela vai selecionar, organizar e interpretar as informações. São três os processos de percepção (Kotler, 1998, p.175, apud Medeiros e Cruz, 2006, p. 175):

a) **atenção seletiva**: é mais provável que as pessoas percebam estímulos relacionados a uma necessidade atual, assim como é mais provável que percebam estímulos previstos e estímulos cujos desvios sejam maiores em relação a um estímulo normal; b) **distorção seletiva**: tendência de as pessoas interpretarem as informações conforme suas intenções pessoais, reforçando suas preconcepções ao invés de contrariá-las; c) **retenção seletiva**: as pessoas tendem a reter as informações que reforcem suas atitudes e crenças.



Aprendizagem

São todas as mudanças no comportamento dos sujeitos a partir de suas experiências. Richers (1984 apud Medeiros e Cruz, 2006) salienta que as pessoas são capazes de aprender e com sua grande experiência, alterar seus comportamentos. O autor também apresenta duas explicações psicológicas para a natureza do aprendizado: "a cognitiva (por meio da qual o indivíduo se conscientiza de um estímulo) e a afetiva (que ocorre quando alguém começa a apreciar o estímulo após tornar-se consciente dele)" (1984 apud Medeiros e Cruz, 2006, p. 75).

Crenças e atitudes

O homem, enquanto indivíduo, possui razão e personalidade únicas. Nesse sentido, crença é o pensamento das pessoas, o que ela pensa e sustenta sobre algo, já a atitude, é quando gostamos ou não de algo (KOTLER, 1984 apud MEDEIROS e CRUZ, 2006). Sobre atitudes, Solomon (2002 apud MEDEIROS e CRUZ, 2006, p. 176) afirma: "uma atitude é duradoura porque tende a persistir ao longo do tempo".



Pesquise mais

Para saber mais sobre os fatores que influenciam o processo de decisão de compra, leia o artigo a seguir:

MEDEIROS, J. F. de; CRUZ, C. M. L. Comportamento do consumidor: fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores. **Teoria e evidência econômica**, v. 14, p. 167-190, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Janine_Fleith_De_Medeiros/publication/266492361_COMPORTEAMENTO_DO_CONSUMIDOR_FATORES_QUE_INFLUENCIAM_NO_PROCESSO_DE_DECISAO_DE_COMPRA_DOS_CONSUMIDORES/links/5447fabd0cf2d62c30529d55/COMPORTEAMENTO-DO-CONSUMIDOR-FATORES-QUE-INFLUENCIAM-NO-PROCESSO-DE-DECISAO-DE-COMPRA-DOS-CONSUMIDORES.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 10 jul. 2018.

Não é fácil mudar crenças e valores e só assim podemos alterar determinados comportamentos. Por isso essas temáticas são tão

importantes para a área de Marketing e da Psicologia do consumidor, pois compreendendo esses processos, compreende-se parte do comportamento do consumidor.

O conhecimento das variáveis de influência sobre o comportamento de compra é importante para que os empresários qualifiquem seus produtos e serviços, considerando efetivamente os desejos e as necessidades do consumidor e orientando ofertas de mercado (SALOMON, 2002, apud MEDEIROS E CRUZ, 2006).

Segundo Kotler e Keller (2006 apud, MEDEIROS E CRUZ, 2006), os fatores sociais e culturais são os que mais exercem influência sobre os consumidores. Os fatores culturais podem ser subdivididos em: cultura, subcultura e classe social.

A cultura é o que referimos aos aspectos da realidade, o que concebe e organiza a vida social, as relações e seus aspectos materiais, forma que construímos para ver o mundo, onde aparecem as singularidades e multiplicidades da existência dos povos (SANTOS, 1994 apud MEDEIROS E CRUZ, 2006). Por isso, em se tratando de mercado, Kotler (1998, p.162 apud Medeiros e Cruz, 2006, p.169) afirma que “a cultura é o determinante mais fundamental dos desejos e do comportamento de uma pessoa”.

No processo das reações humanas e manifestações culturais, as pessoas vão adquirindo e construindo uma série de valores, percepções, preferências e comportamentos, por meio de sua nacionalidades, religiões, grupos raciais e regiões geográficas, classes sociais e de outras instituições básicas, que interferem diretamente na constituição das identidades e hábitos de consumo, presente e comportamentos futuros, dos sujeitos (JUSTO, 2014; MEDEIROS E CRUZ, 2006; MOWEN E MINOR, 2003).

Pertencer a uma ou a outra classe social diz muito sobre os processos de constituição do sujeito, de sua personalidade e isso é refletido diretamente no comportamento do consumidor. Se o indivíduo não pode ter determinados objetos, ele pode não se sentir pertencente ao um grupo social. A constituição histórica sobre o processo de consumo, construiu uma sociedade extremamente ligada aos *status* sociais, no como as pessoas me veem.



Assimile

Comportamento do consumidor são estudos sistemáticos, envolvendo o comprador e a compra, de forma individual ou grupal, compreendendo como e por que selecionam, compram, usam ou descartam determinados produtos, serviços, ideias, ou experiências para satisfazerem suas necessidades e desejos (SOLOMON, 2016; JUSTO, 2014; PINHEIRO, et al, 2011; MOWEN E MINOR, 2003).

A maturidade, local de trabalho, de moradia, cultura familiar, entre outros fatores, dizem muito sobre como as pessoas produzem ou satisfazem seus desejos e necessidades. Todos necessitamos de roupas, mas ao escolher uma peça de determinada marca, além da necessidade de vestimenta, o sentimento de desejo e de pertencimento social também estão presentes. O Marketing atua, com o foco nos desejos das pessoas, na forma em que cada um vai se sentir pertencente e se apropriar de determinados padrões sociais, levando-o ao consumo.



Os consumidores podem estar correndo atrás de sensações – táteis, visuais ou olfativas – agradáveis, ou atrás de delícias do paladar prometidas pelos objetos coloridos e brilhantes expostos nas prateleiras dos supermercados, ou atrás das sensações mais profundas e reconfortantes prometidas por um conselheiro especializado. Mas estão também tentando escapar da agonia chamada insegurança. (BAUMAN, 2001, p. 95-96 apud MANTELLO, [s. d.], p. 4)

Nesse sentido, Mantello ([s.d.], p. 3 apud LACAN, 1999) “[...] o desejo do homem encontra seu sentido no desejo do outro, não tanto porque o outro detenha as chaves do objeto desejado, mas porque seu primeiro objeto (do desejo do homem) é ser reconhecido pelo outro” e completa “trata-se do desejo de ser desejado”.



Exemplificando

O processo de oferta e de escolha de locais turísticos quando as pessoas pensam em fazer uma viagem é abordado no texto que segue. Vale muito a leitura!

PÉREZ-NEBRA, A. R.; TORRES, C. V. Imagem do Brasil como país de destino turístico: uma pesquisa da psicologia do consumidor. **Turismo, Visão e Ação**, v. 4, n. 10, p. 101-116, 2002. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br//seer/index.php/rtva/article/viewFile/1174/930>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Uma questão chave sobre o comportamento do consumidor são as pesquisas, um campo de conhecimento das ciências sociais. Mowen e Minor (2003) organizam as pesquisas sobre o comportamento do consumidor em três perspectivas:

- **A perspectiva de tomada de decisão:** “a compra resulta na percepção dos consumidores de que existe um problema” (p. 7).
- **A perspectiva experimental:** a compra não necessariamente é feita a partir de um processo de tomada de decisão, de algo racional, ela pode ocorrer apenas afim “de se divertir, criar fantasias e obter emoções e sentimentos” (p. 8).
- **A perspectiva da influência comportamental:** “quando forças ambientais extremas impulsionam os consumidores a fazer compras sem necessariamente desenvolver antes sentimentos ou opiniões acerca do produto” (p. 8).

As pesquisas vão balizando e criando outras possibilidades para o processo de marketing, visando o consumo.



Pesquise mais

O artigo indicado a seguir apresenta os principais aspectos referentes às publicações sobre o consumidor e as estatísticas do foco das pesquisas. Vale a leitura!

PINTO, M. de R.; LARA, J. E. O que se publica sobre comportamento do consumidor no Brasil, afinal? **Revista de Administração da UFSM**, v. 1, n. 3, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/608/457>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Sobre o processo de consumo, é crescente a procura por indústrias e empresas politicamente corretas, onde o produto agrega e apresenta um valor social, onde há um cuidado maior na cadeia de

produção, desde a extração da matéria prima até o descarte do lixo. Para tanto, as empresas têm atuado com responsabilidade social.

Segundo Mowen e Minor (2003), 95% dos norte-americanos acreditam que precisam realizar o seu trabalho, para além de gerar lucro, entendem que as empresas têm responsabilidades com os funcionários e com a comunidade. Essas desejam com esse olhar, não só contribuir, mas gerar uma imagem positiva sobre sua atuação, desejam criar uma imagem pública positiva.



Pesquise mais

As autoras apresentam os conceitos de responsabilidade social das empresas, bem como o interesse crescente do impacto ambiental e social das ações desenvolvidas pelas empresas.

MOTA, G.; DINIS, M. A. P. Responsabilidade social das empresas: novo modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável. **Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia**. Porto. 2 (2005) p. 248-259. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/583/1/125-130FCT2005-16.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Sem medo de errar

Nesta seção, Neusa precisou pensar em uma atividade para discutir consumo, desejos e necessidades com os adolescentes atendidos pela instituição onde trabalha.

A psicóloga e os educadores conversaram sobre os conceitos e utilização da Psicologia do Consumidor, visando construir o projeto com os adolescentes, para ampliar as visões e discutir a influência da mídia e as produções de desejos versus necessidades com esse público. Para tanto, decidiram fazer uma exposição audiovisual com o grupo de adolescentes, pois são bastante ligados à tecnologia.

Você, como estudante de Psicologia, foi convidado a auxiliar Neusa e os educadores nessa atividade, pensando em quais aspectos da Psicologia do Consumidor podem ser utilizados nessa exposição com os adolescentes.

Podemos orientar essa equipe a apresentar os conceitos, a área e o comportamento dos consumidores, ampliando as discussões

para que os adolescentes possam compreender a diferença entre as necessidades de nosso corpo e o desejo pelo consumo produzido pelo marketing.

Apresentar a teoria de Maslow e as necessidades categorizadas por ele contribui com essa compreensão. O mais importante para eles seria a compreensão das influências socioculturais, pois são muito importantes e acabam fazendo diferença para essa fase do desenvolvimento, momento em que os adolescentes têm a necessidade de estar em grupo, sentirem-se aceitos e, para muitos, também sentirem necessidade de uma liderança.

Sobre os aspectos psicológicos, a motivação, a percepção, a aprendizagem e as crenças e atitudes têm muita influência no desenvolvimento dos indivíduos e na forma como as pessoas estabelecem as relações. Compreender essas influências e como são desenvolvidas as relações contribui muito com a adolescência, dando subsídios para que esse grupo possa se posicionar no mundo de outra forma, além de criarem estratégias para um consumo mais consciente e maduro, ficando menos vulneráveis às propagandas. E compreendendo esse processo, podem melhorar a relação com as marcas, entendendo que não superiores ou inferiores por terem ou não determinado utensílio, traje ou eletrônico, e que isso não faz dele ou dos colegas, melhores ou piores.

Neusa está esperando sua ajuda.

Faça valer a pena

1. Solomon (2016), Schiffman e Kanuk (2000 apud Medeiros e Cruz, 2006) listam uma série de fatores em que o indivíduo, como consumidor, sofre de influências, Kotler (1998 apud Medeiros e Cruz, 2014) organiza esses fatores num modelo que demonstra os fatores psicodinâmicos internos e externos que atuam sobre o consumidor até chegar a efetivação de compra.

Sobre o comportamento do consumidor, quais são os fatores que as pessoas sofrem até a decisão de consumir algo? Assinale a alternativa correta:

- a) Fatores psicodinâmicos apenas externos.
- b) Fatores estéticos; fatores sociais; fatores pessoais e fatores psicopedagógicos.
- c) Fatores psicodinâmicos apenas internos.

- d) Fatores culturais; fatores sociais; fatores pessoais e fatores psicológicos.
- e) Fatores culturais; fatores profissionais; fatores relacionais e fatores psicopedagógicos.

2. Leia atentamente as afirmativas a seguir referente ao comportamento do consumidor e suas influências:

I - Várias são as influências que interferem no comportamento de cada sujeito enquanto consumidor, sendo que o comportamento do consumidor envolve um estudo sistemático englobando o comprador e o processo de compra.

II - O comportamento do consumidor compreende estudos assistemáticos, que envolvem os compradores e seus desejos.

III - O comportamento do consumidor envolve a compreensão de como e porque as pessoas não selecionam, não compram, não usam ou não descartam determinados produtos, serviços, ideias, ou experiências para satisfação de necessidades e desejos.

Considerando o texto e as afirmações, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

3.



A psicologia do consumidor baseia-se na premissa de que o consumidor só irá adquirir um produto/serviço quando houver uma dissonância cognitiva entre seu estado atual e o desejado. Exemplificando, o estado atual é representado pelo desejo de viajar e o estado ideal é representado pela efetivação da viagem. Esta é considerada a primeira etapa do consumo, ou seja, a dissonância cognitiva, seguida de outros processos que serão iniciados até que o comportamento de consumir se concretize. (PÉREZ-NEBRA e TORRES, 2002, p. 102)

A partir do exposto pelos autores, leia as afirmativas abaixo e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () A Psicologia do Consumidor baseia-se na premissa de que o consumidor só consumirá quando houver dissonância entre o desejo e estado ideal.
- () Todo consumidor é compulsivo e desesperado para consumir todas as novidades.
- () Todo consumidor precisa passar pela fase da dissonância cognitiva para que a compra seja efetivada.
- () O consumidor tem necessidades e desejos, sendo que todo desejo deve virar consumo, desconsiderando a dissonância cognitiva.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V – V – V – V.
- b) V – V – F – F.
- c) V – F – V – F.
- d) F – F – V – V.
- e) F – F – F – F.

Referências

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2051/205114655002.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BARBOSA, L. L. **Trânsito como espaço social**: personalidades e comportamentos. 2018. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1185.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRACHT, V. As ciências do esporte no Brasil. In: FERREIRA NETO, A.; GOELLNER, S. V.; BRACHT, V. (orgs.) **As ciências do esporte no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1995.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – SP. **Pioneiros da Psicologia no Esporte - João Carvalhes**, 2000. 40min25seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_TVsprVcayQ. Acesso em: 14 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da Avaliação Psicológica – Textos geradores**. Brasília: DF Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/anodaavaliacaopsicologica_prop8.pdf#page=107. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. **Psicologia do Trânsito e Avaliação Psicológica de Motoristas**. Publicado em 05.12.2011. 2h05m31seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XsGRoEGtQBQ&t=60s>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. **Relatório do seminário de Psicologia do trânsito em trânsito pelo Brasil**. Brasília (DF): 2012. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Relatorio-Seminarios-Psicologia-e-Transito-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. **Psicologia do Tráfego: Características e desafios no contexto do MERCOSUL**. Brasília: DF, CFP, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsicologiaTrafego_web12set16-2.pdf. Acesso em: 21 jun. 2018.

CORREDOR, Felipe Parrado. J. B. Watson y la Publicidad, los Inicios de la Psicología del Consumidor. **Rev. colomb. psicol.**, Bogotá, v. 22, n. 2, p. 401-406, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcps/v22n2/v22n2a13.pdf>. Acesso em 28 jun. 2018.

COSTA, B. L. R.; ALCHIERI, J. C. Aspectos Históricos da Avaliação Psicológica do Trânsito no Brasil (pp 8 - 25). In: **Psicologia do tráfego: características e desafios no contexto do MERCOSUL/ Conselho Federal de Psicologia**. Brasília: CFP, --[=~´-p0o9ujhygf2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsicologiaTrafego_web12set16-2.pdf. Acesso em: 21 jun. 2018.

CRISTO E SILVA, F. H. V. de; GÜNTHER, H. Psicologia do trânsito no Brasil: de onde veio e para onde caminha? **Temas em Psicologia** [online] 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751433014>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CRISTO E SILVA, F. H. V. de. A Psicologia do trânsito e os 50 anos de profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 1, p. 176-193, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcpv/v32nspe/v32speca13.pdf>. Acesso em 22 jun. 2018.

CRISTALDO, H. Psicólogo Esportivo ajuda atletas a melhorar rendimento e alcançar pódio. **Agência Brasil**. Publicado em 20 ago. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/psicologo-esportivo-ajuda-atletas-melhorar-rendimento-e-alcancar-podio>. Acesso em: 14 jun. 2018.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO. **100 anos de legislação de trânsito no Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/112/titulo/100-anos-de-legislacao-de-transito-no-brasil-1910---2010>. Acesso em: 4 jul. 2018.

FERREIRA, A.; DEMUTTI, C. M.; GIMENEZ, P. E. O. A teoria das necessidades de Maslow: a influência do nível educacional sobre a sua percepção no ambiente de trabalho. **Anais do Seminários de Administração**, 2010. Disponível em: <http://www.etica.eco.br/sites/textos/teoria-de-maslow.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

HERNANDEZ, J. A. E. João Carvalhaes, um psicólogo campeão do mundo de futebol. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 1027-1049, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000300017. Acesso em: 26 jun. 2018.

HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M. Síntese histórica da psicologia do trânsito no Brasil (pp. 15-29). In: M. H. Hoffmann, R. M. Cruz; J. C. Alchieri (Orgs.). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Infraestrutura social e urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/42543_Livro_InfraestruturaSocial_vol2.pdf. Acesso em: 29 jun. 2018.

JUSTO, C. S. P. B. **Psicologia, marketing e experiência elementar**: implicações para o desenvolvimento do conceito de consumidor. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto: 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-15122014-155052/pt-br.php>. Acesso em: 1 jul. 2018.

MANTELLLO, P. F. **Motivação para o consumo**: o desejo e suas implicações na contemporaneidade. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/mantello-paulo-motivacao-para-consumo-desejo-implicacoes.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2018.

MEDEIROS, J. F. de; CRUZ, C. M. L. Comportamento do consumidor: fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores. **Teoria e evidência econômica**, v. 14, p. 167-190, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Janine_Fleith_De_Medeiros/publication/266492361_COMPORTEAMENTO_DO_CONSUMIDOR_FATORES_QUE_INFLUENCIAM_NO_PROCESSO_DE_DECISAO_DE_COMPRA_DOS_CONSUMIDORES/links/5447fabd0cf2d62c30529d55/COMPORTEAMENTO-DO-CONSUMIDOR-FATORES-QUE-INFLUENCIAM-NO-PROCESSO-DE-DECISAO-DE-COMPRA-DOS-CONSUMIDORES.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 30 jun. 2018.

MOTA, G.; DINIS, M. A. P. Responsabilidade social das empresas: novo modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável. **Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia**. Porto. 2 (2005) p. 248-259. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/583/1/125-130FCT2005-16.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.

MOWEN, J. C.; MINOR, M. S. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2003.

PÉREZ-NEBRA, A. R.; TORRES, C. V. Imagem do Brasil como país de destino turístico: uma pesquisa da psicologia do consumidor. **Turismo, Visão e Ação**, v. 4, n. 10, p. 101-116, 2002. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br//seer/index.php/rтва/article/viewFile/1174/930>. Acesso em: 1 jul. 2018.

PINHEIRO, R. M. et al. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PINTO, M. de R.; LARA, J. E. O que se publica sobre comportamento do consumidor no Brasil, afinal? **Revista de Administração da UFSM**, v. 1, n. 3, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/608/457>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Psicologia do Consumidor. QueConceito. São Paulo. Disponível em: <http://queconceito.com.br/psicologia-do-consumidor>. Acesso em: 29 jun. 2018.

ROZESTRATEN, R. J. A.. Psicologia do trânsito: o que é e para que serve. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 141-143, jan. 1981. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v1n1/06.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ROZESTRATEN, R. J. A. Ambiente, Trânsito e psicóloga (pp. 30- 48). In M. H. Hoffmann, R. M. Cruz, & J. C. Alchieri (Orgs.). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RUEDA, F. J. M. Psicologia do trânsito ou avaliação psicológica no trânsito: faz-se distinção no Brasil? (p.103 -113) In: **Conselho Federal de Psicologia. Ano da Avaliação Psicológica – Textos geradores**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/anodaavaliacaopsicologica_prop8.pdf#page=107. Acesso em: 21 jun. 2018.

RUBIO, K. A psicologia do esporte: histórico e áreas de atuação e pesquisa. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 60-69, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v19n3/07.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. Origens e evolução da psicologia do esporte no Brasil. **Revista Bibliográfica de geografia y ciencias sociales**, v. 373, n. 7, 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-373.htm>. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. **Revista brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 1, n. 1, p. 01-13, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbpe/v1n1/v1n1a07.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2018.

SILVA, A. M. B. da et al. Instrumentos aplicados em estudos brasileiros em psicologia do esporte. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 77-85, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v5n2/a06.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2018.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 11. ed. São Paulo: Bookman Editora, 2016.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

VIEIRA, V. A. Fazendo uma revisão nas áreas de influência no comportamento do consumidor. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 8, n. 5, 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/42736/27091>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Práticas psicológicas: desconstrução de pré-conceitos, atualizações e limites

Convite ao estudo

Olá.

Nesta unidade vamos conhecer algumas práticas psicológicas que envolvem a desconstrução de pré-conceitos, atualizações e limites da atuação do psicólogo em alguns temas relevantes mas com opiniões controversas na sociedade. Veremos a redução de danos, as questões envolvendo gênero e sexualidade, bem como os desafios e as perspectivas da atuação no sistema prisional.

Para isso, vamos identificar as atualizações da prática psicológica em diferentes campos do saber e os limites éticos da profissão, pautando-se nos direitos humanos e no compromisso social e político do psicólogo, considerando o trabalho multiprofissional. Compreender esses temas será fundamental, pois são atuais e primordiais na garantia de direitos humanos e fazem parte do cotidiano em vários campos de trabalho.

Vamos conhecer um trio de amigos. Gil, Cris e Bárbara são estudantes do último ano de Psicologia e estão atuando como estagiários no Conselho de Direitos Humanos da cidade em que vivem. Os três utilizarão essa experiência e as temáticas relacionadas para desenvolverem uma proposta de intervenção, que será posteriormente avaliada e terá seus resultados apresentados em um Congresso Científico na área da Psicologia. A secretaria de Direitos Humanos da cidade é formada por várias coordenações, cada uma atuando para a garantia de direitos de uma população específica, como crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, moradores de rua, LGBT e usuários de drogas.

Gil está atuando junto à equipe que trabalha com as políticas sobre drogas, mais especificamente com a redução de danos. Cris realiza suas atividades de estágio com o grupo que atua com os direitos ligados à sexualidade e gênero. Finalmente, Bárbara faz parte do time de profissionais que está à frente das discussões sobre a população carcerária e o sistema prisional.

Os três colegas desenvolvem seus estágios curriculares no Conselho e, a partir das experiências e discussões que vivenciam no cotidiano, decidiram escrever um projeto de atuação com a população sobre essas temáticas. Para isso, estão elaborando uma proposta de intervenção a ser desenvolvida no campo de estágio, e os resultados da intervenção deverão, bem como o programa prático, ser apresentados no congresso científico.

Vamos ajudar esse grupo de amigos? Terão muita coisa para planejar e executar antes de escrever. O que é necessário que eles compreendam sobre a prática do psicólogo nas temáticas das coordenações que estão acompanhando? Como poderão elaborar ações na perspectiva dos limites e desafios do psicólogo nas respectivas áreas?

Nas seções que compõem esta unidade de ensino, vamos compreender a história da redução de danos, seus princípios e características, além de aplicações e estratégias de prevenção com essa forma de trabalho. Veremos também o tema sexualidade e gênero, assunto bastante controverso em nossa sociedade, abordaremos as novas configurações familiares, os direitos dos indivíduos e as resoluções sobre a temática. E, para finalizar a unidade, estudaremos um pouco mais sobre sistema prisional e o trabalho do psicólogo nesse campo, seus desafios, perspectivas e limites.

Então, vamos iniciar o estudo das nossas últimas seções e aprofundar nossos conhecimentos, buscando sempre uma formação profissional qualificada e ética! Bons estudos!

Seção 4.1

Saúde na perspectiva da redução de danos

Diálogo aberto

Olá, estudante!

Vamos dar início a mais uma seção, agora abordando a temática da redução de danos. Você já ouviu falar sobre o assunto? A redução de danos consiste em um conjunto de ações que buscam minimizar os danos sociais e de saúde que são associados ao uso de drogas. Aliás, esse também é um conteúdo pelo qual muito se interessa Gil, um estudante de Psicologia que está realizando seu estágio no Conselho de Direitos Humanos da cidade em que vive, juntamente com as colegas Cris e Bárbara, desenvolvendo uma proposta de intervenção sobre a temática de redução de danos.

Em suas atividades junto ao Conselho, ele tem percebido o papel do controle social e da garantia de direitos dos cidadãos e está tentando compreender os processos psicológicos dos usuários de drogas em relação à redução de danos. Gil precisa focar nas atividades que desenvolve em seu estágio para escrever o resumo de sua apresentação para um congresso e escolheu, dentro do tema redução de danos, falar sobre o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), pois sua atividade será junto com usuários do Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS AD). Com que ideias poderíamos colaborar para que Gil execute um bom trabalho? Qual ação poderia ser realizada junto aos usuários do CAPS? O congresso limita o resumo a 250 palavras, então como Gil poderia sintetizar seu conhecimento? Quais cuidados deve tomar antes de ir para campo atuar?

Para que você seja capaz de ajudá-lo, vamos conhecer a história da redução de danos, seus princípios e características, as estratégias de prevenção e terapêuticas como aposta ética e as aplicações da redução de danos em projetos, consultórios de rua e CAPS AD. Então, aproveite os conteúdos disponíveis no item *Não pode faltar* desta seção. Além de auxiliarem você a solucionar a situação-problema proposta, o embasamento teórico sobre a redução de danos certamente contribuirá para fortalecer e fundamentar sua formação profissional!

Seguimos nesse desafio!

Não pode faltar

Sabemos que há milhares de anos o ser humano faz uso de substâncias psicoativas por diversos motivos, como religioso, cultural, para socialização e até mesmo para seu isolamento.

Ou seja, as drogas sempre estiveram e sempre estarão presentes; a grande questão é como vamos aprender a lidar com elas de forma mais saudável.

Em alguns períodos da história, as drogas foram compreendidas como remédio, uma vez que tinham o poder de eliminar a dor e de afastar os problemas. Durante a Revolução Industrial ocorreu um aumento da urbanização e o surgimento de múltiplas tecnologias, dentre as quais destacam-se o aprimoramento do processo de destilação do álcool e, conseqüentemente, o aumento de seu consumo, levando à problematização do uso e do abuso desta droga. Com isso, as drogas saíram da esfera religiosa e passaram para a esfera biomédica e da justiça (OBID, 2011 apud MACHADO; BOARINI, 2013).

Vemos dois principais posicionamentos políticos para o enfrentamento de questões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas: o proibicionismo e a abordagem de redução de danos. As políticas proibicionistas enfocam a redução da oferta e da demanda de drogas, com intervenções de repressão e criminalização da produção, tráfico, porte e consumo de drogas ilícitas. Já as políticas e os programas de redução de danos têm realizado e expandido intervenções orientadas para a minimização dos danos à saúde, sociais e econômicos ligadas ao consumo de álcool e outras drogas, sem necessariamente se concentrar na proibição. Ambas as práticas têm apresentado pontos positivos e pontos negativos (ALVES, 2009).

Siqueira (2010; 2013), consultor da área de Redução de Danos, fala da dificuldade em lidar com a temática no Brasil, pois para ele, quando falamos de drogas, também temos que falar de direitos, já que no país lidamos com esse tema por três vertentes: religiosa, judiciária e saúde. Na visão da **saúde**, o uso de drogas é considerado doença, dependência química; logo, o tratamento seria clínico, envolvendo do ambulatório de saúde ao hospital psiquiátrico, pois historicamente o usuário sempre foi compreendido como louco. Do ponto de vista da justiça, como o uso é considerado delito, o tratamento seria a punição, visando melhorar a conduta. E, para a vertente **religiosa tradicional**, o uso de drogas é entendida como pecado, e o tratamento seria a conversão.

A redução de danos, apoiada pelas políticas públicas e, no caso da Psicologia, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, apresenta outros olhares e possibilidades, colocando o usuário de drogas no lugar de cidadão e, dessa forma, olhando-o como detentor de direitos. Saímos do foco do indivíduo pecador, que comete um delito e é considerado doente, para o sujeito de direitos, envolvido por questões complexas (FONSÊCA, 2012).



Exemplificando

O Centro de Convivência “É de Lei” é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua com redução de danos associados ao uso de drogas. Para ter acesso a várias informações e materiais para compreender como é realizado o trabalho com base na redução de danos, acesse o site: <http://www.edelei.org/home/> (acesso em: 12 set. 2018).

As ações de redução de danos tiveram início frente aos crescentes casos de HIV associados ao uso de drogas injetáveis. As melhores técnicas/estratégias de enfrentamento ao uso abusivo de drogas e conseqüentemente do vírus HIV surgiram na Europa e foram chamadas: Programa de Redução de Danos. Sabe-se que as iniciativas nasceram na Holanda na década de 1970, porém tem histórico anterior, datado dos anos de 1920-1930 em Rolleston, um condado no interior da Inglaterra onde já existia um serviço parecido com o que chamamos hoje de centro de saúde. A equipe criou estratégias para atrair e atender usuários de heroína injetável e de álcool que viviam nas ruas. Obtiveram resultados muito bons, tanto que o Condado de Rolleston se tornou o berço da redução de danos no mundo aproximadamente nos anos 1930 e 1940. Mesmo com conhecimento desses registros, foi só na década de 1980, inicialmente em Amsterdã, Holanda, que a estratégia de redução de danos começou a ganhar corpo a partir da articulação do movimento social denominado Liga de Dependentes, ou Junkiebond, que lutavam por melhores condições de saúde e qualidade de vida para os usuários de drogas, inicialmente restritiva aos programas de troca de seringas usadas para usuários de drogas injetáveis (UDIs). Logo, essas medidas foram sendo disseminadas em outros países, e a prática se estendeu para a Austrália, o Canadá, a França, a Escócia e a Inglaterra (ALVES, 2009; SIQUEIRA, 2013; MACHADO; BOARINI, 2013).

No Brasil os primeiros casos conhecidos de HIV datam da década de 1980, e não demorou muito para se perceber a ligação da doença com as drogas injetáveis e, um pouco mais tarde, a descobrir que as hepatites também podiam ser transmitidas das mesmas formas. A primeira intervenção no país data de 1989 e ocorreu na cidade de Santos, com a implantação de um programa de troca de seringas para combater a transmissão do vírus HIV. Tal ação não se deu de forma tranquila; houve confronto com o Ministério Público e da Justiça e com a opinião pública, pois as ações de redução de danos sempre foram entendidas como estímulo ao uso (SIQUEIRA, 2013).

A aprovação da redução de danos como estratégia de saúde pública pelo Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) gerou grandes resistências que ainda estão presentes nos dias atuais. Esse conselho foi criado na década de 1980, extinto e, em 1998, substituído pelo Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD) (MACHADO; BOARINI, 2013). Atualmente, o SISNAD é denominado Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Ainda segundo as autoras, em 1994, o Ministério da Saúde, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP), reconheceu a redução de danos como estratégia de saúde pública no Brasil, tendo ainda como meta a prevenção da AIDS, das DSTs e de hepatites entre usuários de drogas injetáveis.

Somente durante a década de 1990, com o envolvimento e a atuação das organizações civis, mesmo que gradativamente, a redução de danos começou a se afirmar como política governamental. A força política da redução de danos se intensificou ainda mais ao longo dos anos 1990 com a realização das conferências mundiais de redutores de danos. E no Brasil, em 1997, surgiu a Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA) e, no ano seguinte, a Rede Brasileira de Redução de Danos (REDUC). Seguindo dessas iniciativas e programas, várias leis foram sancionadas para corroborar com a prática da redução de danos em vários estados e municípios. Em 2002, o Ministério da Saúde passou a considerar a redução de danos como uma de suas estratégias de prevenção ao uso e abuso de drogas, através de serviços como os Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS AD), incorporando-a ao Sistema Único de Saúde (SUS) (FONSÊCA, 2012).

Hoje a redução de danos é constituída como um conjunto de políticas públicas ligadas ao enfrentamento de problemas que possam estar relacionados ao uso de drogas, articulando e apoiando

as pessoas em suas distintas realidades: prevenção ao HIV/AIDS e hepatites virais, promoção integral de saúde dos usuários de drogas e diminuição da violência, visando ao protagonismo dos indivíduos na busca pelo cuidado de si e manejo do seu uso de drogas (FONSÊCA, 2012).

O autor destaca que os projetos de redução de danos ainda estão, em sua maioria, às margens do SUS, além de se observar a manutenção da desarticulação com outras instâncias e a limitação do espectro de ação em nosso meio, relacionadas às divergências com outros setores do Estado, posicionados a favor de uma política antidrogas.

Não existe uma definição única sobre a redução de danos. A REDUC, numa perspectiva profundamente ética, entende o conceito não tanto como uma série de diretrizes específicas para conduta no atendimento a usuários, e sim como uma postura, uma atitude, um modo de se portar em relação ao usuário e aos inúmeros problemas relacionados à forma como a nossa sociedade vem lidando e abordando a questão das drogas (MACRAE; GORGULHO, 2003)



Assimile

"Redução de Danos se refere a estratégia pragmática, própria do campo da saúde pública, que visa a reduzir os danos causados pelo consumo de drogas lícitas ou ilícitas" (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SC, 2010, p. 7).

Para Fonsêca (2012, p. 17), a redução de danos "enquanto um conceito ético pode ser entendido como um dispositivo com vocação de constituir condições de possibilidade de escuta das diferenças". Para o autor, é importante a compreensão de ética enquanto compromisso com o reconhecimento do outro, na atitude de acolher esse outro em suas diferenças



O objetivo geral da **Redução de Danos** é evitar, se possível, que as pessoas se envolvam com o uso de substância psicoativas. Se isso não for possível, para aqueles que já se tornaram dependentes, oferecer os melhores meios para que possam rever a relação de dependência, orientando-os tanto para um uso menos prejudicial, quanto para a abstinência, conforme o que se estabelece a cada momento para cada usuário. (CONTE et al., 2004, p. 62, grifo nosso)

Embora exista resistência aos programas de redução de danos, os dados são significativos, como descrevem Conte et al. (2004, p. 62-63):



Sessenta por cento das pessoas cadastradas nos Programas de Redução de Danos - PRD deixaram de compartilhar agulhas e seringas; 23% das cadastradas aos PRD solicitaram tratamento para dependência química e desses somente 80% conseguiram vaga para tratamento (muitos relatam a dificuldade de adesão a tratamentos que exigem a abstinência); 48% dos usuários são portadores do vírus HIV, isso porque diminuiu a transmissão de doenças infecto-contagiosas e se promoveu a reinserção social de usuários de drogas.



Pesquise mais

Vale a leitura deste texto de Fonsêca (2012), que aborda a redução de danos (RD) enquanto uma proposta eminentemente ética, apresentando-a enquanto um caminho promissor por reconhecer cada usuário em sua singularidade e por pensar com cada um deles estratégias para promover a saúde e garantir seus direitos enquanto cidadão.

FONSÊCA, Cícero José Barbosa da. Conhecendo a redução de danos enquanto uma proposta ética. **Psicologia & Saberes**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/viewFile/42/21>. Acesso em: 12 jul. 2018.

A redução de danos é uma aposta inovadora e tem como objetivo ouvir a dor do outro no registro de seu aparecimento; é uma aposta ética. Seu foco não é o fim dos comportamentos de uso de alguma droga, o que a torna bem diferente dos métodos proibicionistas; com a redução de danos, pretende-se a construção de atitudes responsáveis em face de comportamentos de risco (ROSSI, 2007 apud FONSÊCA, 2012). Dessa forma, o foco fica no processo educativo, a fim de que indivíduos e sociedade possam produzir atitudes saudáveis que minimizem as consequências adversas do consumo de drogas, numa perspectiva de aproximação ao usuário de drogas e não de exclusão (FONSÊCA, 2012).



Precisamos trabalhar com as informações para que todos possam fazer escolhas melhores. Assim, reflita sobre a frase de Silveira ([s.d.] apud SIQUEIRA, 2013, [s.p.]): "o contrário de dependência não é abstinência, o contrário de dependência é liberdade".

O principal objetivo das estratégias da redução de danos é a "redução da incidência de DST/ HIV/Aids, Hepatites e outras doenças de transmissão sanguínea e sexual entre Usuários de Drogas (UD) e Usuários de Drogas Injetáveis (UDI)" (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SC, 2010, p. 21).

O programa de redução de danos tem um princípio maior, "uma política social cujo objetivo prioritário é minorar os efeitos negativos decorrentes do uso de drogas" (PETUCO, 2006 apud FONSÊCA, 2012, p. 19). Partindo desta perspectiva, Fonsêca (2012) sintetiza redução de danos em cinco princípios, de acordo com alguns autores citados a seguir:

- Primeiro princípio: "Um primeiro princípio pode ser descrito como uma alternativa de saúde pública aos modelos moral, criminal e de doença" (FONSÊCA, 2012, p. 19).
- Segundo princípio: "é reconhecida a abstinência como resultado ideal, mas são aceitas alternativas que reduzam os danos. Alternativas estas não definidas a priori e sim no acontecer humano" (PETUCO, 2006 apud FONSÊCA, 2012, p. 19).
- Terceiro princípio: "redução de danos como uma abordagem que surgiu de 'baixo para cima', baseada na defesa do usuário, e não como política de 'cima para baixo', promovida pelos formuladores de políticas de drogas" (QUEIROZ, 2001; CRUZ, 2011 apud FONSÊCA, 2012, p. 21).
- Quarto princípio: "a redução de danos deve promover serviços de fácil acesso e pronto acolhimento, como uma alternativa para as abordagens tradicionais distantes da realidade do usuário e de difícil acesso" (DIAS, 2008 apud FONSÊCA, 2012, p. 21).
- Quinto princípio: "a redução de danos baseia-se nos princípios da experimentação empática versus idealismo moralista. O experimentalismo empático não pergunta se o comportamento em questão é certo ou errado, bom ou

ruim, doentio ou saudável” (FONSÊCA, 2012, p. 22).

Os programas de redução de danos também apresentam cinco princípios para suas estratégias, segundo a Secretaria de Estado da Saúde – SC (2010, p. 21-22), que são:



1. Busca ativa pelo usuário nos locais onde vive e faz uso de drogas.
2. Vínculo ético e afetivo que promove a confiança entre usuário e Agente de Prevenção como instrumento fundamental de trabalho.
3. Abordagem não estigmatizante, não excludente, sigilosa e baseada na empatia do Agente Redutor de Danos com o usuário.
4. Intervenção que respeita e promove a autonomia, reconhece o direito e o dever de escolha e estimula a responsabilidade de cada indivíduo.
5. Realização de ações de educação em saúde que promovam novos modos de relação com as drogas, a partir do estabelecimento de um compromisso, não ideal, mas possível e desejável, com a preservação da própria vida e com a saúde da comunidade.

As estratégias de redução de danos também apresentam algumas diretrizes para o programa (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SC, 2010, p. 22):



1. Integração, sensibilização e capacitação intersetorial e interdisciplinar. Capacitação e supervisão técnica continuada dos membros da equipe.
2. Integração, sensibilização e promoção de ações de educação em saúde junto a usuários de drogas e sua rede social e familiar.
3. Distribuição, recolhimento e troca de insumos de Redução de Danos.
4. Distribuição, de preservativos masculinos e femininos.
5. Referência e contrarreferência com sistema de saúde local.
6. Reinserção social de usuários de drogas.

Esse novo olhar trouxe outra forma de atuação e compreensão do uso de drogas como fenômeno, uma transição do conceito de um comportamento de risco para uma situação de vulnerabilidade. Isso favoreceu o reconhecimento de que o uso perpassa outras esferas além da perspectiva individual, englobando também a social, a econômica e a política, que também determinam e influenciam o comportamento dos sujeitos. Essa possibilidade veio com as

políticas de redução de danos, pois as estratégias proibicionistas de guerra às drogas não permitiam tampouco abriam espaço para essa reflexão e para a compreensão do uso da droga como um fenômeno multideterminado. O conceito de vulnerabilidade contribuiu bastante com a prática de redução de danos, compreendendo que as ações devem ser planejadas de acordo com o contexto sociocultural onde será aplicada, com relação a cada grupo populacional no qual as ações fossem realizadas (MACHADO; BOARINI, 2013).

A perspectiva de atuar com o sujeito a partir de seus direitos, colocando-o como centro, como protagonista de sua própria história, não é algo fácil. Colocar à disposição do indivíduo uma equipe e suas orientações – muitas vezes prescritivas – é algo bastante assustador, até mesmo porque a decisão de segui-las ou não fica sempre a cargo do próprio usuário.

Fonsêca (2012), Siqueira (2010; 2013) e Alves (2009) chamam atenção para as estratégias de redução de danos, pois essas, diferente de outras intervenções, abrem possibilidades de diálogo com diferentes instâncias e com profissionais de diferentes áreas, compreendendo a situação de forma complexa e sem um olhar moralizador sobre os usuários. Existe socialmente certa dificuldade e muita resistência em conviver com as drogas e com os usuários, os invisíveis, pois olhar para essa situação remete olhar para os prazeres, para os atos de delinquência que afrontam os hábitos e costumes socialmente aceitos. Assim, ficam evidentes as incoerências que são de todos.

Trabalhar à luz da redução de danos é entrar em contato com uma nova concepção de saúde, em busca da superação da visão higienista, construindo condições de superação de obstáculos, a partir de cada realidade, mudando a lógica das especialidades para a lógica da integralidade, almejando a possibilidade de promover saúde física, mental e cidadania em toda ação em saúde (FONSÊCA, 2012).

A partir dessa premissa de saúde, foram criados projetos e ações para atender os usuários, utilizando metodologias de trabalho para acolher e para ouvir – dentro da Política de Saúde os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) e o Consultório de Rua.

Podemos citar algumas estratégias de redução de danos, a saber:



terapias de substituição (de drogas “pesadas” por drogas “leves”); terapias de redução do consumo; aconselhamento sobre os riscos presentes no uso; mudança na via de administração; compartilhamento (o usuário e seus familiares tomados enquanto parceiros no tratamento); resgate da cidadania e da autoestima; estabelecimento de parcerias (farmácias, igrejas, centros comunitários, entre outros); ações desenvolvidas especificamente com grupos considerados de risco (travestis e prostitutas; usuários de drogas injetáveis; moradores de rua – crianças e adultos etc.); campanhas de vacinação; monitoramento em ambientes controlados (salas de injeção segura; “coffee shops” etc.); campanhas de relegitimação do uso tradicional de substâncias psicoativas. (ALMEIDA, 2003; ANACLETO, 2011; DIAS, 2008; ZEMEL, 2011 apud FONSÊCA, 2012, p. 31)

Esses tipos de ações focam na preocupação em olhar e melhorar a qualidade de vida do usuário, tirando o foco para o extermínio da droga e colocando a questão como problema universal a ser combatido em suas várias dimensões e complexidades.

A transformação do uso das drogas em problema público ocorreu mais ou menos a partir de 1990 no Brasil, devido à instituição de práticas de controle social (participação popular nas políticas públicas). No final da década de 1970, o consumo mais voltado para drogas ilícitas foi relacionado com pobreza, violência, abandono, insucessos pessoais e falência financeira. Embora o uso de substâncias psicoativas não tenha relação com classes sociais, pois o uso é bastante democrático, os olhares voltam-se para a pobreza, associando a marginalidade com o estar na rua (SILVA; FRAZÃO; LINHARES, 2014).

Reconhecendo essa problemática, o Programa Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, implementado pelo Ministério da Saúde, tem atuado a partir da proposta de ampliação do acesso ao tratamento e à promoção do direito de cidadania com abordagem na redução de danos, respeitando a liberdade de escolha do indivíduo e o acesso aos serviços de saúde. Tais pautas contribuíram para o surgimento dos Consultórios de Rua, baseados na experiência idealizada e proposta pelo Dr. Antônio Nery Filho, na cidade de Salvador, estado da Bahia, Brasil. A ideia foi ofertar serviços na modalidade de atendimento

extramuros, visando promover acessibilidade aos serviços de saúde, assistência integral aos usuários de rua e promoção de laços sociais com enfoque intersetorial (SILVA; FRAZÃO; LINHARES, 2014).

A reforma psiquiátrica compreendida como movimento pressupõe a renovação e a incorporação constante de novos saberes construídos no processo de trabalho em saúde mental. Dessa forma, faz-se necessário reconhecer a participação de usuários e familiares nas práticas desenvolvidas no âmbito dos serviços de saúde substitutivos. Por mais que exista consenso sobre a importância do protagonismo dos usuários no SUS e no campo da saúde mental, a prática no cotidiano dos serviços ainda requer a efetiva incorporação desse olhar. Esse novo jeito de fazer se deu em contraponto à lógica manicomial, trazendo à tona a importância do diálogo com os usuários no campo da saúde mental, já que a oferta do serviço foca a integralidade na atenção à saúde mental, bem como o olhar psicossocial (SOUZA; KANTORSKI; MIELKE, 2006).

As autoras ainda reforçam que o paradigma psicossocial não pode ficar limitado à implantação de serviços substitutivos de saúde mental, no caso os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), pois a materialização da reforma psiquiátrica necessita que todos (gestão, trabalhadores, comunidade, família e usuários) incorporem novos saberes e práticas elaborados à luz da participação dos usuários, principalmente na construção de seu projeto terapêutico, sendo necessária também a compreensão sobre as ações e os serviços ofertados pela rede de atenção de saúde mental.



Rompe-se, nesse sentido, com o saber psiquiátrico tradicional, alinhando a ideia de que a reforma da atenção em saúde mental, além de incorporar as diretrizes do SUS, tem realizado a "reforma da reforma", demarcando um diferencial em relação às demais políticas na medida em que incorpora novos saberes e cuidados de natureza interdisciplinar, incluindo as percepções dos usuários. (OLIVEIRA; ANDRADE; GOYA, 2012, p. 3070)

Desde 2002, o Ministério da Saúde vem aperfeiçoando o modelo de assistência oferecido pelo SUS às pessoas que sofrem de transtornos mentais e aos usuários de álcool e outras drogas. Através da Coordenação de Saúde Mental, são implementadas iniciativas de prevenção, promoção e tratamento. Para tal, foram

criadas unidades de tratamento chamadas de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e também os chamados CAPS-AD, que são centros especializados na atenção às questões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. O CAPS-AD tem por objetivo a formação de uma rede de cuidados voltada para a reabilitação e a reinserção social das pessoas de uma forma aberta e territorializada, tendo em vista que se localizam na própria comunidade em que o usuário vive, permitindo que o cuidado ocorra perto da família. O tratamento visa melhorar a qualidade de vida do usuário como um todo, através da atenção integral (CRUZ; FERREIRA, 2014).

Conseguir atuar nessa perspectiva é o grande desafio. Não existe o melhor tratamento, mas existem formas mais dignas a partir de nossa história. Os resultados vão depender de cada envolvido, considerando sua singularidade e protagonismo. O caminho não é simples, e as soluções não são mágicas; os esforços devem ser coletivos na garantia de direitos e acesso às políticas públicas. Todas as ações para reduzir os danos provocados pelas drogas lícitas ou ilícitas devem ser bem-vindas.

Para finalizar, não podemos deixar de mencionar as comunidades terapêuticas enquanto locais para atendimento aos usuários de drogas. Apesar de não ser o nosso foco de estudo nesta seção, é importante que você conheça um relatório publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (2018) que traz dados de inspeção às comunidades terapêuticas no Brasil.



Pesquise mais

Esse documento é importante e bastante relevante, considerando as discussões e o trabalho realizado para sua construção. Nosso modelo de atenção às pessoas com transtornos mentais, incluindo aqueles decorrentes do uso de álcool e outras drogas, passou por uma grande transformação a partir da década de 1980. Com resultados efetivos das reivindicações de um novo projeto de cuidado, o movimento antimanicomial contribuiu e tem contribuído para a renovação de práticas nessa área, visando o surgimento de novas diretrizes para a saúde pública brasileira, que emergiram a partir da Constituição Federal de 1988, entoadas com princípios inclusivos de organização do Estado e da sociedade.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017**. Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federa. Brasília DF: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>. Acesso em: 18 jul.2018.

Esperamos que o conteúdo abordado nesta seção tenha despertado seu interesse e que você busque se aprofundar cada vez mais nos estudos. Na próxima seção vamos abordar a questão de gênero e sexualidade na contemporaneidade, outra temática extremamente relevante. Até lá!

Sem medo de errar

Vamos retomar o momento do Gil, estagiário de Psicologia que está atuando no Conselho de Direitos Humanos da cidade em que vive e fazendo sua pesquisa sobre a temática de redução de danos. Ele escolheu, dentro do tema redução de danos, falar sobre o CAPS, e sua atividade será junto com usuários do CAPS-AD. Como poderíamos colaborar para que Gil execute um bom trabalho? Qual ação poderia realizar junto aos usuários do CAPS? Para o congresso, ele precisa pensar em uma forma de apresentar, pois tem o limite de 250 palavras para o resumo. Como Gil poderia sintetizar o conhecimento adquirido com a prática? Quais cuidados deve tomar antes de ir para campo atuar?

Para ajudá-lo, conhecemos um pouco a história da redução de danos, seus princípios e formas que deram certo para essa atuação. O que Gil mais aprendeu, e é o que temos que considerar em qualquer atuação como psicólogos, é que a prática deve ser sempre singular. Embora algumas ações visem uma atuação mais diretiva, sabe-se que nem sempre essa forma se sustenta. A história e as experiências mostraram que é necessário atuar para formação de vínculo, trazendo para o usuário uma forma de lidar com a saúde de maneira integral e psicossocial. As ações só têm condições de avançar e de sustentar verdadeiramente a mudança quando

forem pensadas, realizadas com o usuário, fazendo dele o centro das ações, para que ele de fato possa protagonizar o processo de redução de danos e escolher o seu futuro com ou sem drogas, mas que a decisão seja informada sem crivo moralizador.

Gil entendeu esse processo e pensou que uma ação interessante seria trabalhar com os usuários do CAPS-AD. Pensou em estratégias de rodas de conversa, abrindo espaço de escuta e proporcionando momentos de vínculo e confiança, levando informações para que sejam utilizadas, questionadas e até mesmo ampliadas de acordo com o interesse e a disponibilidade.

Para falar do CAPS-AD, ele terá que escrever sobre o paradigma psicossocial que não pode ficar limitado aos serviços substitutivos de saúde mental, no caso os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), pois a partir da reforma psiquiátrica é necessário que todos os envolvidos, gestão, trabalhadores, comunidade, família e usuários, incorporem e executem novos saberes e práticas elaborados, considerando a participação dos usuários, principalmente na construção de seu projeto terapêutico, sendo necessária também a compreensão sobre as ações e os serviços ofertados pela rede de atenção. Gil, em sua ação, vai discutir esse novo modelo, uma nova forma de lidar com as questões de saúde mental, com a necessidade que foi romper com um saber médico, o saber psiquiátrico, para desenvolver uma rede de atenção com o foco nas diretrizes da política de saúde. Ele vai conversar com os usuários sobre como eles podem estar mais envolvidos com o processo, com a autonomia e a participação em seu projeto terapêutico singular.

Para escrever o resumo, Gil terá que filtrar e focar seu conhecimento e prática. Esse resumo deverá ter até 250 palavras, então ele precisa construir um fio condutor e escrever: 1. De forma geral o que são os CAPS-AD; 2. Como foi atuar com o público à luz da redução de danos e seu protagonismo; 3. Descrever os objetivos do seu trabalho; e 4. Quais resultados ele pode observar considerando a teoria com a prática.

Em sua prática e para a construção do seu resumo, Gil percebeu que a redução de danos vai muito além das drogas, pois ela tem resultado para toda uma vida, além de promover novos olhares e condutas com os usuários e profissionais para essa política pública de modo geral.

Faça valer a pena

1. Sobre o conceito e a história da redução de danos na atualidade.

Assinale a alternativa correta:

- a) Está voltada apenas para as doenças de transmissão sanguínea; seu foco é unicamente diminuir os índices de transmissão.
- b) A redução de danos teve origem no Brasil em 1990, fato que marcou a maneira de abordar o problema do uso de substâncias psicoativas no mundo.
- c) O primeiro programa de troca de seringas aconteceu nos Estados Unidos, tendo sido implantado em 1984, e logo depois se espalhou pelo resto do continente europeu.
- d) A força política da redução de danos ainda não se intensificou, pois não houve qualquer conferência mundial de redutores de danos.
- e) A redução de danos, hoje, constitui-se em um conjunto de políticas públicas ligadas ao enfrentamento dos eventuais problemas relacionados ao uso de drogas, articulando distintas realidades.

2. Sobre a compreensão do usuário de drogas a partir do olhar integral da saúde mental.

Assinale a alternativa correta:

- a) O usuário de drogas é um indivíduo sem direitos e que incomoda a população, pois é marginal e deixa as cidades mais violentas.
- b) Todo morador de rua utiliza drogas lícitas e ilícitas.
- c) O usuário de drogas é um sujeito de direitos, que deve protagonizar as ações referentes aos cuidados de sua saúde e de sua vida.
- d) Todo morador de rua, por utilizar drogas lícitas e ilícitas, deve estar confinado em hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas.
- e) Não podemos generalizar os usuários, moradores de rua ou usuários de CAPS, pois cada um tem uma história, e o melhor tratamento é o da comunidade terapêutica.

3. Sobre redução de danos:

- I. A redução de danos é uma aposta inovadora, uma aposta ética.
- II. O que a redução de danos pretende é a construção de atitudes responsáveis em face de comportamentos de risco.
- III. Nesta perspectiva a redução de danos inclui ações no campo da saúde pública e de políticas públicas que visam prevenir os danos antes que eles aconteçam.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas corretas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

Seção 4.2

Psicologia, gênero e sexualidade na contemporaneidade

Diálogo aberto

Olá, estudante!

Nesta seção, vamos discutir sexualidade e gênero. Com certeza de alguma forma você já deve ter ouvido falar sobre esse tema. O que já leu, assistiu ou conversou sobre o assunto? Normalmente é um tema polêmico, por tratar de questões multifatoriais sobre desenvolvimento e relações humanas.

Esse tema deveria interessar a todos, mas no caso temos alguns voluntários um pouco mais envolvidos com o assunto. Gil, Cris e Bárbara são estudantes de Psicologia e estão atuando no Conselho de Direitos Humanos da cidade em que vivem. Cada um deles está atuando com uma temática específica para desenvolver uma ação no Conselho. O tema sexualidade e gênero será abordado pela Cris. Todos estão aproveitando a oportunidade para escrever o trabalho final no curso de Psicologia, além de compreender o papel do controle social nas discussões de garantia de direitos e construções das políticas. Utilizando o que já viveram e aprenderam, estão preparando uma ação para desenvolverem e depois apresentarem os resultados sobre o tema que cada um tem trabalhado em um congresso.

Cris também está estagiando no Conselho de Direitos Humanos, estudando e focando seu olhar nas ações e discussões ligadas à sexualidade e ao gênero na contemporaneidade. A estagiária tem acompanhado as articulações e ações relacionadas a essa temática, e uma de suas grandes dificuldades é lidar com suas crenças pessoais, além de compreender as nomenclaturas. Aliás, o interesse de Cris pelo assunto surpreendeu a todos, considerando os valores dela relativos a essa temática.

Ela precisa pensar em uma atividade, pois irá receber um grupo de jovens no Conselho e decidiu falar sobre o conceito de sexualidade. Como Cris vai organizar a atividade? O que ela precisa compreender

para estar segura ao apresentar o conceito de sexualidade para os jovens visitantes?

Cris precisa considerar vários aspectos para realizar o seu trabalho. Nesta seção teremos muitas informações para ajudá-la. Veremos nomenclaturas sobre a temática, suas diferenças e diversidades e compreenderemos um pouco sobre a Resolução CFP nº 001/1999 de 22 de março de 1999, novas configurações familiares e seus direitos e a Terapia Afirmativa, ampliando os olhares com o intuito de não patologizar a vida.

Aceita esse desafio? Vamos compreender essa temática, passível de diferentes visões.

Não pode faltar

Admitindo que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história [...]

(LOURO, 1997, p. 14)

Falar de gênero e sexualidade é falar do processo histórico em que essas palavras, conceitos e significados foram sendo construídos, alterados, simbolizados e vividos ao longo dos tempos. Desde sempre é um tema que causa angústia, já que sempre foi tratado com muitos mitos e tabus.

Louro (1997), Foucault (1985), Pontes (2011), Barreto, Araújo e Pereira (2009), como tantos outros teóricos, discutem sexualidade e gênero com base nas relações de poder entre os corpos que foram estabelecidas ao longo da história.

As muitas dúvidas sobre o tema e o desconhecimento acabam sendo traduzidos em preconceitos, moralismo e propagação de informações incorretas que perpetuam os mitos sobre a questão sexual (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2001).



Pesquise mais

Nesse artigo o autor apresenta algumas contribuições teóricas sobre o estudo de gênero, visando discutir o pensamento binário e excludente das identidades sexuais e de gênero que são apresentadas no mundo contemporâneo.

DINIS, Nilson Fernandes. Revisitando o binômio sexo-gênero. **Revista Artemis**, v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/16643>. Acesso em: 17 jul. 2018.

O conceito de gênero nasceu das discussões do movimento feminista. Louro (1997) nos faz lembrar que foi através das feministas anglo-saxãs que o termo *gender* começou a ser utilizado em um sentido diferente de sex.

“O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, defende Butler (2010, p. 25), “[...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.”

Scott (1995, p. 72) apresenta que gênero “é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual”. É importante destacar que a autora não negava a existência das diferenças entre os corpos sexuados.

Os movimentos feministas tiveram muita influência nas transformações sociais e econômicas, contribuíram para a redemocratização brasileira, mas também questionaram os valores culturais da época (MISKOLCI, 2009).

O autor ainda nos lembra que, no início do século XXI, as mulheres representam cerca de 40% da força de trabalho, têm menos filhos, dedicam-se à profissão e têm direitos garantidos, como trabalho, corpo e sexualidade. Claro que ainda não podemos afirmar que o cenário modificou para todas as mulheres, e, na mesma medida, a cultura segue com transformações lentas.

Então, gênero pode ser compreendido como as diferenças de ser homem e ser mulher, como a forma com que a masculinidade e a feminilidade são socioculturalmente apresentadas (MISKOLCI, 2009; BARRETO, ARAÚJO E PEREIRA, 2009).

Quando falamos em sexualidade, logo pensamos em sexo. Utilizamos essas palavras quase como sinônimos, embora não esteja correto. Defini-la é algo, além de complexo, um tanto quanto abstrato. A família, a escola, a religião, a ciência, a lei, o governo, todos se esforçam para determinar o que é sexo; logo,

como devemos compreender e viver nossa sexualidade, tendo em vista normatizar essas vivências? Nossa herança judaico-cristã nos coloca em uma relação de extrema estranheza com nosso próprio corpo. Foucault (1985) fala do sexo secreto, da relação com a curiosidade sobre o tema.

No dicionário encontramos:

Sexualidade: 1 Qualidade ou estado de ser sexual. 2 Conjunto de todos os caracteres morfológicos e fisiológicos, externos ou internos, que os indivíduos apresentam, conforme o sexo a que pertencem. 3 Conjunto de fenômenos da vida sexual. 4 Exaltação ou recrudescimento do instinto sexual. 5 Expressão do instinto sexual; atividade sexual. 6 PSICOL Segundo Freud (1856-1939), resultado de um complexo processo de desenvolvimento que começa na infância, passando por uma série de fases ligadas a diferentes funções corpóreas, até chegar à idade adulta. Nesse desenvolvimento, a criança passa por um período edipiano, momento em que estabelece um vínculo afetivo com a mãe e considera seu pai como rival. A idade em que a criança supera essa fase é muito importante para suas relações afetivas posteriores (MICHAELIS, 2018, [s.p.]).

Foucault (1985) apresenta sexualidade como uma invenção social. E essa invenção impacta e altera a forma como as pessoas se relacionam; a mulher foi a que mais teve impacto sobre como se colocar no mundo e como se relacionar com seu corpo.

A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contato, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao

mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental. (OMS, 2002 apud PONTES, 2011, p. 23)

Os conceitos nos remetem formas interessantes e adequadas de nos relacionarmos com nossos corpos e com os outros, formas saudáveis e prazerosas nas relações que não necessariamente estão focadas no sexo, e sim nas relações de prazeres na vida.

Para Serrão e Baleeiro (1999, p. 181), a sexualidade passa por dimensões, e o indivíduo se apresenta em suas relações como um ser que “necessita amar, ser amado, interagir com pessoas, construindo uma auto-imagem positiva, que lhe permita potencializar sua capacidade de sentir, ter prazer, sorrir, dar, compartilhar e receber”. Dessa forma, aprendemos a nos respeitar, ser respeitados e a respeitar. Ainda de acordo com as autoras, “refletir sobre a sexualidade humana é ir além do biológico. É compreendê-la como expressão afetiva, envolvendo emoções, sentimentos, atitudes, crenças e valores que representam um tempo, um espaço e uma cultura singulares” (SERRÃO; BALEEIRO, 1999, p. 181).



Exemplificando

Barreto, Araújo e Pereira (2009) indicam a música *O que será (à flor da pele)*, de Chico Buarque, como uma visão de energia vital de sexualidade.

Segundo Louro (1997), os conceitos servem como ferramenta analítica, bem como ferramenta política. Compreender de forma clara e com referências, tendo a clareza de que lugar cada autor fala é de extrema importância.

Definir sexualidade é algo bastante complexo, mas as definições apresentam em sua maioria aspectos como complexidade, abrangência do termo e o fato de não ser sinônimo de sexo. As definições falam muito mais da relação do corpo, do ser com a vida, como expressão afetiva, da sexualidade, como algo além do biológico. Além de ser complexa e relevante, a definição de sexualidade é considerada flexível e dinâmica ao longo do tempo,

tendo sido moldada por fatores históricos (PONTES, 2011).

Foucault (1985) destaca que a ideia de sexualidade, como entendemos hoje, é um dispositivo histórico, constituída no ocidente moderno, a partir de um conjunto heterogêneo de saberes, práticas, organizações e instituições, com raízes no passado cristão europeu. Essa forma de pensar atingiu seu ápice no século XIX, quando o sexo foi transformado em um domínio especializado de conhecimento científico e em um alvo estratégico de intervenção social. Mesmo o sexo sendo entendido como uma energia natural, essencial para a constituição do corpo e da personalidade de cada sujeito, também foi utilizado para o controle do comportamento e da saúde da população.

Com esse histórico, a necessidade de ser prescritivo e enquadrar comportamentos e atitudes só foi aumentando, com isso, crescendo também as diferenças, os grupos, os guetos e o sofrimento. A regulação da sexualidade foi ocorrendo formal e informalmente, na maioria das vezes com a religião, mas não podemos desconsiderar a Medicina, a Educação, a Psicologia, a intervenção social e as práticas de promoção da saúde, moralizando os corpos (PONTES, 2011).

Em uma perspectiva temporal, não podemos desconsiderar os fatos históricos e a história da sexualidade. Na Grécia Antiga, o papel ativo do homem na relação sexual era algo muito importante, pois assumir o papel passivo era agir como as mulheres ou as crianças e considerado inaceitável. Essa distinção aparece em diversas culturas, "nas quais as relações homossexuais entre homens são toleradas desde que não impliquem a efeminação" (PONTES, 2011, p. 25).

Foi no século I que surgiu maior severidade e aumento da reprovação das relações sexuais unicamente para o prazer – isto ainda antes da generalização da tradição cristã ocidental, que já considerava o sexo apenas para a reprodução. Os séculos XII e XIII foram marcados pela repressão, pela posição cristã na vida sexual em matrimônio (PONTES, 2011).

A autora segue apontando que os séculos XVIII e XIX se destacaram pela grande preocupação com a definição de normalidade. Nesse momento foram criadas as tipologias de degenerações e perversões, o que levou ao aparecimento de novas identidades sexuais.

A homossexualidade, por exemplo, deixou de ser categorizada como pecado para passar a ser incluída nas tipologias das perversões. Quer a homossexualidade quer a sexualidade feminina são exemplos paradigmáticos das mudanças que ao longo da história foram ocorrendo no que diz respeito às normas e práticas sexuais. (PONTES, 2011, p. 26)

Ao falar de homossexualidade, precisamos considerar como cada sujeito se expressa e se identifica no mundo, tema este que tem causado muito sofrimento e violência na atualidade, pois, a partir de nossa história da necessidade em controlar os corpos e o comportamento, não se sentir dentro do padrão estabelecido socialmente é bastante adoecedor.

As definições e distinções entre os conceitos são fundamentais para se compreender o desenvolvimento em relação à sexualidade, bem como para a garantia de direitos. Para tanto diferenciar sexo, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero é urgente e se faz necessário.



Vocabulário

Barreto, Araújo e Pereira (2009) apresentam de forma simples alguns conceitos importantes para esta seção:

Sexo biológico: conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas (2009, p.119).

Sexualidade: refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas Ciências Sociais, significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito

a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (2009, p.112).

Gênero: conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Para as Ciências Sociais e Humanas, o conceito de gênero refere-se à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social, e não decorrência da anatomia de seus corpos (2009, p.42).

Identidade de gênero: [...] podem ser variadas e misturadas. Pensar que só existem duas identidades de gênero é uma operação que exclui outras formas com as quais muitas pessoas se identificam na atualidade. Todas as pessoas possuem um gênero ou uma mistura entre os dois gêneros mais conhecidos. Assim como as nossas identidades culturais outras, nós também não construímos de forma autônoma a nossa identidade de gênero. Aliás, temos muito pouca autonomia para definir qual será a nossa identidade de gênero porque ela já foi determinada antes mesmo antes do nosso nascimento (COLLING, 2018, p. 37).

Orientação sexual: atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num continuum que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade (BRASIL, 2004, p. 29).

Diante das questões que se apresentam em relação às violências, preconceitos e dificuldades na compreensão das formas de se colocar no mundo, considerando nossa história na construção da sexualidade e do gênero, o Conselho Federal de Psicologia tem pautado a discussão do tema, a fim de trazer para a cena questões científicas, além de colaborar com a qualidade de vida, buscando contribuir com a garantia dos direitos humanos.

Desde 1999, o Sistema Conselhos de Psicologia conta com a Resolução nº 1/1999 advertindo que psicólogos e psicólogas não

devem entender a homossexualidade como doença, perversão ou desvio; logo, em nossa prática, não curamos o que não é considerado doença. A Psicologia sempre é chamada para opinar, avaliar, teorizar e intervir sobre as questões e os temas da sexualidade humana em diversos âmbitos da sua prática. Cabe ao Conselho de Psicologia discutir e difundir as diretrizes éticas e referências que respaldem a práxis do psicólogo, quando tratamos de temáticas específicas, como a diversidade, considerando as concepções patologizantes da orientação sexual presentes nos segmentos conservadores da sociedade (CRP, 2011).

A Resolução CFP nº 1/1999, de 22 de março de 1999, estabelece normas de atuação em relação à orientação sexual. Essa resolução tem sofrido muitas críticas e, em alguns momentos, compreensões equivocadas.



Assimile

Sobre a resolução, é muito importante conhecê-la na íntegra, para compreender do que se trata e entender os reais pontos que o psicólogo deve considerar em sua prática.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 1/1999**, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

No Brasil, os movimentos tiveram início na década de 1960, momento marcado pela ditadura militar. Nessa época, o movimento estudantil questionador começou a ganhar visibilidade, os grupos clandestinos de esquerda combatiam a ditadura e, em 1970, o movimento feminista ganhou visibilidade. Na segunda metade da década surgiram as primeiras organizações do movimento negro contemporâneo, como o Movimento Negro Unificado, e do movimento homossexual, como o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo (FACCHINI, 2011).

O movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) brasileiro nasceu no final dos anos 1970, formado por homens homossexuais, em sua maioria. Nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começaram a se afirmar como sujeitos políticos, juntando-se

ao movimento e, nos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar. Em 2000, os e as bissexuais começaram a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento (FACCHINI, 2011).

A autora divide a trajetória do movimento homossexual no Brasil em três ondas: a primeira, que vai de 1978 a aproximadamente 1983, juntamente com o movimento feminista e o movimento negro, levantando propostas de transformação para o conjunto da sociedade, para abolir vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e sexualidade; a segunda, de 1984 a 1992, com o avanço do HIV/AIDS no Brasil, havendo uma redução no número de grupos de homossexuais, mas ganhando visibilidade pública com a lenta expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual; e a terceira, de 1992 aos dias de hoje, com o crescimento do movimento homossexual, tornando o Brasil pioneiro na resposta comunitária e governamental à AIDS. Com o acúmulo de experiência, conhecimento e acesso à comunidade, os grupos que voltam a se organizar nesse momento passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à AIDS. Alguns grupos se organizaram formalmente, como organização não governamental (ONG), contribuindo para a entrada das pautas do movimento nas políticas públicas, que não se deu pelo reconhecimento das demandas de cidadania de LGBT ou pela criação de conselhos de direitos, mas pela política de saúde e, mais especificamente, pela política de combate às DSTs e AIDS.

A fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), surgiu em 1995, reunindo cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede LGBT na América Latina. Em 1995, com o projeto de lei da união civil ou da parceria civil registrada, ocorreu uma grande mobilização para um debate social e nacional sobre o tema, que só foi possível por meio do espaço alcançado nos meios de comunicação, mas tal mobilização sofreu críticas conservadoras.

Santos (2011, p.70) afirma que "entendemos os direitos humanos como direitos legítimos de todos nós. No entanto, ainda temos muito que lutar para que tenhamos condições concretas de viver e gerir nossas vidas e escolhas da melhor maneira que entendermos e/ou pudermos". Dentre nossos direitos, encontram-se os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, e, para defender esses direitos, temos que lutar para que

os sujeitos possam ter autonomia e possibilidades reais de escolher como manifestar e viver seus afetos e desejos.

Trata-se de tentar garantir a todos a responsabilidade “por administrar sua vida, sua sexualidade e suas escolhas reprodutivas, sem preconceitos, discriminação, culpa, criminalização e medo. Enfim sem nenhum tipo de violência” (SANTOS, 2011, p. 69).

Na França, diferente do Brasil, já se estabeleceu a despatologização da identidade de gênero. A efetivação desses direitos tem relação direta com a implantação de políticas públicas que promovam a despatologização sem violências, trabalhando para reais condições, nas áreas da saúde, educação, assistência social e justiça, entre outras (SANTOS, 2011).

O autor ainda fala da necessidade de não se negar a importância da afirmação da legitimidade das diferentes identidades e orientações sexuais, principalmente no contexto brasileiro, onde existe fundamentalismos religiosos e outras ideologias que visam definir e controlar as pessoas em torno do desejo e das práticas sexuais. A Resolução CFP nº 1/1999 foi pioneira entre os conselhos e, tamanha sua importância, “recebeu prêmios e foi reconhecido internacionalmente como entidade que contribui na e para a defesa dos direitos humanos dos cidadãos LGBTs” (SANTOS, 2011, p. 71).

Os dispositivos legais contribuem para a garantia de direito ou, ao menos, para a manutenção deles, sem danos situacionais. Neste sentido, “o direito à homoafetividade, além de estar amparado pelo princípio fundamental da isonomia, cujo corolário é a proibição de discriminações injustas, também se alberga sob o teto da liberdade de expressão” (DIAS, 2012, p. 45).

Qualquer discriminação que se pautar na orientação sexual do indivíduo configura claro desrespeito à dignidade humana, o maior princípio convencionado pela Constituição Federal. Preconceitos infundados ou questões religiosas não podem legitimar restrições a direitos, pois isso fortalece estigmas sociais e acaba por causar sentimento de rejeição e sofrimentos (DIAS, 2012).

Essa tendência de engessar os vínculos afetivos sempre existiu, variando segundo valores culturais e, principalmente, com as influências da igreja, das religiões dominantes em cada momento histórico. “No mundo ocidental, tanto o Estado como a Igreja buscam limitar o exercício da sexualidade ao casamento” (DIAS, 2007, p. 41).

Diferentes arranjos familiares foram se formando a partir de como os membros dos grupos se relacionam entre si e com a sociedade (PAPALIA; FELDMAN, 2013 apud PEREIRA NETO; RAMOS; SILVEIRA, 2016). A família, portanto, é uma forma de grupo flexível e que se deixa permear pela sociedade, sendo necessário considerar a cultura, aspectos como demografia, vida privada, papéis familiares, relações entre família e Estado, lugar, parentesco, transmissão de bens, ciclo vital da família e rituais de passagem (HINTZ, 2007 apud PEREIRA NETO; RAMOS; SILVEIRA, 2016). Roudinesco (2003 apud PEREIRA NETO; RAMOS; SILVEIRA, 2016, p. 962) “identifica três fases da família: a família tradicional, a família moderna, do final do século XVIII, e a família contemporânea, a partir da década de 1960”.

Logo, família pode ser composta e organizada de muitas formas, sem uma composição ideal, mas sempre tem a composição adequada para aquele determinado grupo, considerando as relações afetivas, suas possibilidades e sua diversidade. A organização da família se dá em núcleo privado, embora as discussões sobre a família têm se dado em âmbito público.

O tratamento diferenciado a situações diferentes acaba por gerar grandes injustiças. Segundo Pereira (2001, p. 281 apud DIAS, 2007, p. 49), “[...] em nome de uma moral sexual dita civilizatória, muita injustiça tem sido cometida. O Direito, como instrumento ideológico e de poder, em nome da moral e dos bons costumes, já excluiu muitos do laço social”.

Pode haver injustiças com os casais, com as crianças e com a possibilidade de afeto e vínculos. O Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza a adoção por uma única pessoa, e não temos na legislação qualquer restrição quanto à sua orientação sexual. Essa questão não se apresenta, pois a convivência familiar e comunitária é um direito fundamental. Nessa situação, quem é adotado por um só dos parceiros não pode desfrutar de qualquer direito com relação àquele que também reconhece como verdadeiramente seu pai ou sua mãe (DIAS, 2004).



Pesquise mais

É necessário e urgente avançar em relação à compreensão do tema. Segue um texto que traz pontuações jurídicas sobre a família homoafetiva e seus direitos.

DIAS, Maria Berenice. A família homoafetiva e seus direitos. **Revista do Advogado**, n. 91, p. 103, 2007. Disponível em: http://mariaberenice.com.br/uploads/45_-_a_fam%EDlia_homoafetiva_e_seus_direitos.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018

Os clientes/pacientes com diversidade de gênero e sexual possuem um longo histórico de serem considerados pela sociedade como 'doidos, maus ou perigosos'; suas internações fazem parte de nossa história manicomial. Isso nos coloca e os coloca em uma:

hipervigilância contra a patologização ou julgamentos negativos, ou seja, eles rastreiam o ambiente para sinais de hostilidade ou de segurança: Será que eu vou ser mal compreendido? Será que eu vou ser aceite? Será que é seguro eu revelar quem eu sou? (CARROLL, 2010 apud CORMIER-OTAÑO; DAVIES, 2012, p. 2)

Essa sensação de insegurança tornar-se uma fonte de ansiedade e de sofrimento que estará presente no encontro terapêutico. Os clientes/pacientes com diversidade de gênero e sexual muitas vezes questionam diretamente os seus terapeutas, de forma consciente ou inconsciente, sobre seu conhecimento e seu entendimento sobre as diferenças sexuais e de gênero (CORMIER-OTAÑO; DAVIES, 2012).



Refleta

O papel do psicólogo não é de controle, cura ou mudança de comportamentos para manter as convenções sociais. Nosso papel é acolher e atuar com os sujeitos, considerando seu sofrimento. O que eles vão fazer no processo não nos cabe manipular ou julgar. **Atuamos no sofrimento humano.**

A Terapia Afirmativa surgiu nos Estados Unidos e foi bastante difundida na Europa, em especial na Grã-Bretanha, em reação ao heterocentrismo da Psicologia dominando na década de 1970. A sexualidade homossexual, a partir de pesquisas e mudanças nos

manuais de saúde mental, passa então a ser compreendida como uma faceta normal da sexualidade humana (BORGES, 2009).

Quem primeiro empregou o termo Terapia Afirmativa foi o psicólogo Alan Malyon. Em um artigo publicado em 1982, o autor afirmava que essa metodologia não era algo diferente ou independente da psicoterapia, e sim um conjunto especial de conhecimentos psicológicos que questionam a visão patológica sobre os homossexuais (BORGES, 2009).

A Terapia da diversidade do gênero e sexual (TDGS) trata-se de uma partida recente e deliberada da Terapia Afirmativa Gay (TAG) para que se possa abranger e apoiar todas formas, aspetos e temas das diversidades do gênero e sexuais. Trata-se de uma terapia de abordagem trans-teórica onde todos os modelos teóricos (Psicodinâmico, Humanístico, Comportamental) operam dentro dos seus princípios e dogmas organizativos. (DAVIES AND NEAL, 2000 apud CORMIER-OTAÑO; DAVIES, 2012, p. 1-2)

A terapia da diversidade do gênero e sexual, bem como toda terapia, deve estar consciente do contexto social no qual as diversidades de gênero e sexuais vivem, considerando as preocupações específicas de cada indivíduo que procura a psicoterapia. A boa prática em Terapia da Diversidade do Gênero e Sexual (TDGS) requer um trabalho aprofundado por parte dos psicoterapeutas ou terapeutas sobre os preconceitos em torno do sexo e do gênero e um conhecimento mínimo de como estas diversidades vivem, não só na sociedade ocidental, heteronormativa e patriarcal, mas também em outras partes do mundo (CORMIER-OTAÑO; DAVIES, 2012).



Pesquise mais

Para encerrar e ampliar seu conhecimento, segue a indicação de leitura de um caderno do CRP sobre a temática Diversidade. Os textos trazem muita informação à luz do trabalho do psicólogo no diálogo com o conselho de classe. Vale a pena a leitura.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. Disponível em: http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

Sem medo de errar

Vamos ver como Cris poderia organizar sua atividade. Ela está atuando como voluntária no Conselho de Direitos Humanos, e seus estudos estão voltados para as discussões ligadas a sexualidade e gênero. A estudante irá receber um grupo de jovens e conversar sobre o conceito de sexualidade; para realizar essa atividade, ela quebrou muitos paradigmas pessoais para compreender o público com o qual estava atuando. Cris compreendeu que sexualidade não é sinônimo de sexo e que se manifesta em todos os seres humanos da hora que nasce até a sua morte. Sexualidade está ligada aos prazeres, às necessidades e gostos que cada um tem ao longo da vida. O desejo sexual é uma dimensão da sexualidade. Talvez pela similaridade da nomenclatura, as pessoas façam uma ligação quase que direta sobre os termos. Faz-se necessário apresentar para os jovens que todos nos manifestamos a partir do que compreendemos e sentimos em relação a nossa sexualidade.

Uma das possibilidades de atividades que Cris pode desenvolver envolve o uso de recurso visual. Então, sua proposta pode ser pensada considerando:

1. Apresentação dos presentes.
2. Pedir que desenhem uma pessoa – cada um faz como quiser – na fase em que inicia a sexualidade.
3. Apresentação das produções.
4. Discussão e apresentação do conceito de sexualidade, seus mitos e tabus.

No debate Cris apresentará os conceitos e as discussões acerca da submissão dos corpos e do aprisionamento das afetividades em relação a religião, cultura e poderes. Ela vai expor que as pessoas deveriam poder viver e conviver com seus desejos e prazeres de forma mais livre e respeitosa e que conhecer o corpo e ter cuidado

com o outro não deve ser algo condenável. Falará também que o respeito é fundamental, não só pelo outro, mas para garantir direitos para todos, e não apenas para o que a maioria da população entende como certo. Vai apresentar as várias lutas das mulheres, dos negros, da população LGBT e de outros grupos, pois foi e continua sendo por meio delas que as pessoas estão conseguindo viver sua cidadania, por isso faz-se necessário compreender as diferenças entre gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Cris vai argumentar que todas as formas de amor são válidas e que os direitos são para todos e não podem ser determinados a partir do desejo dos cidadãos. Ela também pode apresentar os marcos legais, como Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Declaração Universal dos Direitos Humanos bem como as resoluções e o Código de Ética Profissional do Psicólogo e de outras áreas.

Foram muitas novidades ou já estavam atentos ao tema dessa discussão?

A atividade com certeza será um sucesso!

Faça valer a pena

1. Considerando o conceito ampliado sobre sexualidade.

Assinale a alternativa correta:

- a) O ser humano se apresenta como um ser de relações que não necessita amar, ser amado e interagir com pessoas, construindo uma autoimagem negativa.
- b) A sexualidade pode ser compreendida como expressão heteronormativa afetiva, envolvendo emoções, sentimentos, atitudes, crenças e valores que representam um tempo.
- c) Refletir sobre a sexualidade humana é compreender apenas a dimensão biológica. É considerá-la uma expressão biológica que exprime atitudes e comportamentos.
- d) A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contato, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados.
- e) A sexualidade permite potencializar sua capacidade de controlar, sentir, ter prazer, sorrir, dar, compartilhar e receber, aprendendo a respeitar-se, ser respeitado e não respeitar.

2. A Terapia Afirmativa surge nos Estados Unidos em resposta a uma atuação reducionista e heteronormativa, visão que predominava na época de 1970.

Sobre a Terapia Afirmativa, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de uma forma terapêutica que busca atuar com conhecimentos específicos com a população LGBT para sua cura.
- b) Trata-se de uma terapêutica diferente da utilizada com a população em geral. São necessárias técnicas específicas, pois essa população não é como a maioria da sociedade.
- c) Os clientes/pacientes com diversidade de gênero e sexual possuem uma história construída com a anormalidade.
- d) Não se trata de uma terapêutica diferente, e sim com informações, conhecimentos e compreensão de contextos específicos, já que os homossexuais são anormais.
- e) A boa prática da Terapia Afirmativa requer um trabalho aprofundado por parte dos psicoterapeutas ou terapeutas sobre os preconceitos em torno do sexo e do gênero

3. A Resolução CFP nº 1/1999, de 22 de março de 1999, "Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual". Sobre essa resolução, leia as afirmativas a seguir:

- I – O CFP, amparado pela produção científica nacional e internacional e em defesa dos princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação, constituiu essa resolução.
- II – Os psicólogos exercerão sua profissão segundo os princípios éticos da profissão, não discriminando nenhuma pessoa, e promoverão o bem-estar das pessoas e da humanidade.
- III – Os psicólogos não deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma atuação sem preconceito e discriminações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoafetivas.

Sobre a Resolução CFP nº 1/1999 e as afirmativas apresentadas, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

Seção 4.3

Psicologia e sistema prisional: desafios e perspectivas

Diálogo aberto

Olá, aluno. Chegamos ao final da nossa última unidade com um tema muito pertinente para nosso país: Psicologia e sistema prisional. Veremos que muitos são os desafios na área, pois as opiniões são diversas e as perspectivas de trabalho também. O que acham? Já leram, viram algo, têm alguma opinião a respeito? Na Psicologia a atuação sempre está alinhada com os Direitos Humanos, considerando não apenas a culpabilização do indivíduo, mas também as falhas do Estado no atendimento a questões estruturais que impactam e aumentam a vulnerabilidade social.

Vamos retomar o caso dos alunos de Psicologia, Gil, Cris e Bárbara. O trio realiza suas atividades de estágio no Conselho de Direitos Humanos da cidade. O Conselho atua em diversas frentes, e cada um dos alunos escolheu uma área e temática específica para desenvolver uma proposta de trabalho e apresentar suas observações em um congresso da área.

Bárbara se interessou pela atuação do psicólogo no sistema prisional. Ela quer aprofundar seus conhecimentos nesse campo de trabalho, mas está com dificuldades em compreender a prática psicológica nessa área; antes da participação da estagiária nas reuniões do conselho, ela julgava que a prisão do indivíduo encerrava a questão. Mas, ao acompanhar as discussões dos conselheiros, foi entendendo que não é bem assim. Como também precisa pensar em uma ação para subsidiar seu trabalho para o congresso, decidiu focar o exame criminológico do sistema prisional em sua pesquisa e apresentação. Para tanto, precisa compreender o que é avaliação e o que significa esse exame. O que deve ser considerado para a compreensão do uso desse exame? Ela precisa pensar em uma estratégia de atuação para apresentar informações sobre o exame e sua aplicação junto aos conselheiros, para depois escrever o resumo de sua comunicação oral para o congresso.

Para conseguirmos ajudar Bárbara no desenvolvimento dessas atividades, vamos estudar o histórico da Psicologia no sistema prisional, compreender esse tema junto ao Código de Ética e entender o exame criminológico e as várias discussões sobre a Resolução CFP nº 12/2011. Veremos também como os psicólogos estão atuando no sistema prisional e suas possibilidades de intervenção, além de discutir os desafios e perspectivas dessa área.

Pronto para mais esse tópico de conhecimento?

Então vamos para a leitura do item *Não pode faltar* desta seção, que vai ampliar o nosso conhecimento e, com isso, auxiliar Bárbara a enfrentar este desafio!

Não pode faltar

Temos uma dura realidade quando nos deparamos com ações junto ao sistema prisional e de encarceramento no Brasil. São vários os desafios cotidianos para quem atua na área, pois trata-se de um tema complexo e influenciado por muitos fatores.

A Psicologia se depara com diferentes formas de sofrimento, individual e/ou coletivo, e, mais especificamente nessa área, temos que lidar com os estereótipos de ser presidiário em nosso país. Lidamos com a dinâmica psíquica do sujeito em cárcere e dos membros familiares e muitas vezes com o impacto causado na comunidade (PIO, 2006). A autora afirma que:

[...] fomos acostumados a pensar conectados com uma única verdade, ou seja, compartilhamos opiniões sobre o presidiário e sua má conduta a partir do que é exposto na mídia, sem que nos demos conta que existem outras vertentes camufladas através da violência e nas suas diferentes formas de atuação e coerção. (PIO, 2006, p.1-2)

Ao longo de toda a história, o homem procurou desenvolver mecanismos de controle, organização e classificação das pessoas. Na Psicologia não foi diferente; sua história foi marcada por tentativas de materialização e categorização dos pensamentos, comportamentos e atitudes dos indivíduos. A Psicologia como profissão surgiu com

essa perspectiva, de classificar o que não era comum (ou considerado normal) em uma sociedade disciplinar (CFP, 2012).

As prisões, enquanto locais de privação de liberdade, nem sempre foram a forma mais comum, hegemônica e unânime de resposta social às situações de desrespeito às leis formais. Os estabelecimentos prisionais, como são conhecidos hoje, tanto no caso das prisões ideais – de onde as pessoas saíam com suas faltas corrigidas, após o cumprimento de uma pena justa –, como nos casos da realidade brasileira – que envolve rebeliões, superlotações e maus-tratos –, são produto dos fatores que produziram a sociedade e o Estado moderno após a superação do feudalismo e o fortalecimento do capitalismo. Vivemos um subproduto do nosso contexto social, das formas de produção econômica e da reprodução dos valores sociais, temas explorados por diversos autores, tais como Erving Goffman, Michel Foucault, Eugênio Raúl Zaffaroni, Loïc Wacquant e Jacques-Alain Miller (CFP, 2012).

Constituímos uma sociedade cúmplice da violência, que não cumpriu e não tem dado conta de sua função organizadora “no que tange as questões da distribuição de renda e da educação, se isenta da responsabilidade psicossocial, simplesmente assiste silenciosamente crescer o número da violência e da delinquência” (PIO, 2006, p. 2).

Ainda segundo a autora, lidamos com a violência em todos os lugares, e não apenas dentro das prisões, porém não podemos desconsiderar o adoecimento e o estigma dos encarcerados, bem como o cidadão em liberdade, após cumprir a sua pena. Estes cidadãos são marcados e vistos pela sociedade como pessoas sem valor, desajustados, marginais e delinquentes.

No Brasil, as prisões são constituídas a partir de vários princípios, especialmente os legais e funcionais, que acabam legitimando as formas e/ou forças de suas conformações atuais. Segundo Bitencourt (2001 apud CFP, 2012), na esfera jurídico-formal, as penas podem ser definidas como: 1. retributivas e punitivas e 2. ressocializadoras e “terapêuticas”. Na primeira, a pena é entendida como uma prevenção geral do delito, baseada na exemplaridade, ou seja, no uso do modelo, sustentando a representação no imaginário social de fazer o meliante pagar sua dívida para com a sociedade. Já a segunda funciona com uma prevenção especial, que é instituída tanto na aplicação como na execução da pena, tem função “político-educativa”, associada

à ideologia da recuperação do apenado, considerando a lógica do tratamento ressocializador, de recuperação pedagógica, curativa e/ou reabilitadora do dito criminoso ou “doente moral e criminal”.

Essas formas de pena são materializadas a partir dos métodos disciplinares, pastorais e confessionais, “visando a ‘internalização’ ou a aprendizagem de sentimentos socialmente aceitáveis, tais como arrependimento, culpa, alegria, empatia, respeito ao próximo, dentre outros, perante uma instância estatal-jurídica, religiosa ou mesmo científica” (CFP, 2012, p. 30).



Pesquise mais

No caderno de referências técnicas, temos muitas informações sobre a inserção do psicólogo no sistema prisional. Acesse e leia o material para se aprofundar no tema. Você vai gostar.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no sistema prisional.** Brasília: CFP, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/11/AF_Sistema_Prisional-11.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

A partir de um desvio de conduta a ser punido perante as leis, as punições são coletivizadas, ou seja, todos são punidos, e com isso os cidadãos presos são estigmatizados, coisificados e, fora da prisão, acabam tratando os demais também como “coisas”. O crime é um fenômeno constituído em nossa cultura e faz parte da história da humanidade. Nesse sentido, o criminoso é um produto social, e as justificativas para os crimes cometidos são as mais variadas, destacando-se ciúmes, vaidade, vingança, disputa por territórios, entre outros. Percebe-se que as reações humanas não são mais mediadas pelas palavras, e sim pela ação, porém o criminoso não se dá conta de que, ao menosprezar, desvalorizar e banalizar o outros, está fazendo isso consigo mesmo (PIO, 2006).

Foi na década de 1960 que a história da atuação de psicólogos brasileiros na área da Psicologia Jurídica teve início, na mesma época do reconhecimento da profissão. A inserção do profissional nessa área se deu de forma gradual e lenta, inicialmente de maneira informal, por meio de trabalhos voluntários. Os primeiros trabalhos ocorreram na área criminal, com estudos sobre adultos criminosos e adolescentes

infratores da lei (ROVINSKI, 2002 apud LAGO et al., 2009). Logo, o trabalho do psicólogo junto ao sistema penitenciário existe informalmente em alguns estados brasileiros há pelo menos 50 anos. “Contudo, foi a partir da promulgação da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84) Brasil (1984), que o psicólogo passou a ser reconhecido legalmente pela instituição penitenciária” (FERNANDES, 1998 apud LAGO et al., 2009, p. 484).

Segundo Lago et al. (2009), em nossa história, a preocupação com a avaliação do criminoso, principalmente quando se trata de um doente mental delinquente, é bem anterior à década de 1960 do século XX. Na Antiguidade e na Idade Média, a loucura sempre foi um fenômeno privado, embora fosse permitido aos indivíduos considerados loucos circular socialmente, mas o atendimento médico era restrito aos que possuíam recursos econômicos para tal. Já nos meados do século XVII, houve a necessidade de exclusão dos doentes mentais e em toda a Europa, criaram-se estabelecimentos para internação dos indivíduos que ameaçassem a ordem da razão e da moral da sociedade (ROVINSKI, 1998 apud LAGO et al., 2009). A partir do século XVIII, na França, Pinel conseguiu a revolução institucional, dando assistência médica aos doentes mentais segregados da vida em sociedade e libertando-os de suas cadeias (PAVON, 1997 apud LAGO et al., 2009).

Foucault (1993) destacou o dispositivo de segurança dos mecanismos disciplinares, dos controles regulatórios, considerando desde os códigos jurídico-penais arcaicos, até as decisões da saúde e da vida da população. Associado a esse dispositivo, inventou-se o conceito de “risco social”, sustentando as intervenções positivistas fundamentadas na lógica da prevenção e repressão (ROSE, 2010 apud CFP, 2012).

Nessa lógica do controle do risco para evitar danos sociais, usa-se o argumento de que os diagnósticos precoces de doenças e transtornos mentais poderiam permitir o tratamento ou o isolamento do indivíduo antes de o fato danoso ocorrer. Dessa forma, deu-se a naturalização da articulação da personalidade criminal aos conceitos de periculosidade e de risco social. Fazendo uso dos métodos de diagnósticos adequados, seria possível saber quem deve permanecer ou sair das prisões, patologizando as questões penais e considerando aspectos unicamente punitivos e de controle da vida cotidiana (CFP, 2012).

Por isso, as demandas jurídicas para a Psicologia sempre foram de classificação e diagnóstico dos indivíduos em uma lógica dicotômica

e maniqueísta, tornando os psicólogos profissionais especialistas em motivos, colocando de forma individual as questões sociais e fortalecendo assim as visões punitivistas e repressoras (CFP, 2012).

A concepção de homem presente no paradigma etiológico se fundamenta na dicotomia entre indivíduo e sociedade, portanto a constituição do indivíduo é compreendida independente das condições concretas nas quais está inserido. Esta modalidade de pensamento, ao negar o aspecto histórico e social da constituição do sujeito, contribui para sedimentar ainda mais a explicação do comportamento criminoso e suas motivações com enfoque no indivíduo, sua personalidade e características orgânicas. (CARVALHO, 2010, p. 3 apud CFP, 2012, p.35)

Após o período da década de 1960, os psicólogos clínicos iniciam seus trabalhos junto aos psiquiatras nos exames psicológicos legais e em sistemas de justiça juvenil (JESUS, 2001 apud LAGO et al., 2009). Nessa época a atuação dos psicólogos e a relação com a doença mental muda e passam a valorizar o indivíduo como sujeito de forma mais compreensiva. A partir desse processo, o psicodiagnóstico ganha força, deixando de lado um olhar unicamente médico para incluir aspectos psicológicos, numa primeira tentativa de não olhar o sujeito de forma dicotômica (CUNHA, 1993).



Pesquise mais

Neste texto muito esclarecedor, podemos ter uma compreensão histórica da entrada da Psicologia nesta temática, além de conhecer a atuação do psicólogo envolvido na área jurídica.

Este material é de grande ajuda na compreensão do papel do psicólogo. Não deixe de ler!

LAGO, V. M. et al. Um breve histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia [online]**, v. 26, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=395335793009>. Acesso em: 21 jul. 2018.

Vivemos transformações históricas a todo momento, nas diferentes esferas que se apresentam na vida cotidiana do sujeito, de forma rápida e ágil. Porém, fica evidente a crescente ampliação do poder punitivo estigmatizador e degradante na divergência das ideias que embasaram a construção dos direitos fundamentais, enfraquecendo o ideal democrático e se contrapondo a preceitos éticos do profissional da Psicologia (CAITANO; ALVES; SCHIAVON, 2013).

Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu artigo 2º, é vedado ao profissional em exercício da Psicologia:



- a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão; [...]
- c) Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência. (CFP, 2005, p. 6)

A práxis do psicólogo, considerando a constituição da profissão em seus princípios e regras gerais, não tem espaço para a neutralidade ou mesmo a omissão quando se trata das questões transgressoras dos Direitos Humanos (CAITANO; ALVES; SCHIAVON, 2013).

Ainda sobre o Código de Ética em seus princípios fundamentais:



- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade, e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; [...]
- VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código. (CFP, 2005, p. 7)

O sistema prisional brasileiro segrega, despersonaliza, pune e estigmatiza os sujeitos, deixando com isso cada vez mais distante o ideal da “ressocialização”, o que caracteriza um caráter desumanizador. Segundo Caitano, Alves e Schiavon (2013, p. 385), “cabe ao psicólogo fazer conhecer seu ponto de vista enquanto saber crítico e reflexivo sobre a realidade atual deste sistema, se pondo em consonância com o Código de Ética que embasa a classe”. Assim, precisamos contribuir com a conscientização, ampliar as discussões e levá-las a diferentes espaços, visando a eliminação de uma prática punitiva geradora de violência, crueldade e opressão que é utilizada em nosso sistema prisional.

Neste sentido, foi arbitrária a decisão do sistema jurídico-legal que promulgou a sentença em abril de 2015 suspendendo a Resolução CFP nº 12/2011, extrapolando dessa forma suas funções ao interferir nas questões técnicas, éticas e políticas de outras áreas profissionais.

Essa resolução regulamenta a atuação do psicólogo no âmbito do sistema prisional. Faz-se necessário negar qualquer tipo de interferência sobre a atuação profissional do psicólogo, amparada na ética, na ciência e na autarquia que regulamenta e regula o exercício profissional no país (CFP, 2016).



Exemplificando

Esse vídeo apresenta um grande debate sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional. Vale assisti-lo inteiro, mas fica a indicação do trecho de 7min até 22min45seg, momento em que Rodrigo Tôres apresenta o panorama da situação do sistema prisional no Brasil bem como as questões que implicaram a suspensão da Resolução CFP nº 12/2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. O trabalho do psicólogo no sistema prisional. Duração: 2h28min26seg. Publicado em: 12 abr. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yfo2gOW_5EE. Acesso em: 31 jul. 2018.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, “não cabe aos psicólogos e às psicólogas efetuarem qualquer tipo de parecer sobre a ‘periculosidade’ das pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade e sua irresponsabilidade penal” (CFP, 2016, p. 25).



A Resolução n. 12/2011 proíbe ao psicólogo que atua nos estabelecimentos prisionais elaborar prognóstico criminológico de reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento denexo causal a partir do binômio delito-delinquente e participar de ações e decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar, bem como veda ao psicólogo de referência que acompanha a pessoa em cumprimento de pena ou medida de segurança a elaboração de documentos com fins de subsidiar decisão judicial durante a execução da pena do sentenciado. (CFP, 2016, p. 26-27)

Para Rauter (2007 apud CFP, 2016), a elaboração de laudos e pareceres que se colocam no sentido contrário à ética profissional é muito contraditória. O psicólogo é solicitado a elaborar laudos, fazendo previsões de comportamentos, para instruir a concessão de benefícios bem como a progressão de regimes, sem qualquer respaldo teórico. Há de ter cuidado, pois, como afirma Silva (2007, p. 106 apud CFP, 2016, p. 36), o exame criminológico “é um dispositivo que viola, entre outros, o direito a intimidade e a personalidade”.



A utilização/solicitação de avaliações psicológicas em momentos em que se necessita avaliar a pessoa presa somente para subsidiar decisões judiciais durante a execução da pena, para fins de concessão de benefício de progressão de regime e livramento condicional, torna tal instrumento algo voltado exclusivamente para a suposta defesa social, o que viola direitos e garantias das pessoas a elas submetidas, bem como reduz o fenômeno criminal ao determinismo individual, sem abordá-lo na sua real complexidade e multideterminação. (CFP, 2016, p.36)

A reforma do sistema prisional é um tema urgente, como a reforma psiquiátrica em outro momento. Não podemos mais fechar os olhos diante de um problema social; o que em outro momento serviu de solução, agora precisa ser solucionado. A pessoa que transgredir regras apresenta motivos que podem ser localizados na história de vida do indivíduo, em uma construção em que o desrespeito se faz presente.

Ao considerarmos a construção do sujeito, não podemos descartar a esfera social, seja por sua atuação direta, indireta ou, até mesmo, pela sua omissão (CFP, 2016).

A avaliação psicológica do cidadão que descumpriu regras de conduta social, amparado na legislação vigente, faz-se complementar e indispensável à prática da sentença no sistema atual. No entanto essa prática precisa ir além do chamado exame criminológico, que vê o sujeito como uma fotografia, e não de forma complexa como os sujeitos são. As mudanças nos artigos das referências técnicas do psicólogo foram se transformando na tentativa de amparar o profissional em sua práxis, em uma tentativa de garantir uma atuação coerente com o código de ética e resoluções do profissional psicólogo (CAITANO; ALVES; SCHIAVON, 2013).



Refleta

Observa-se um despreparo por parte da classe tanto no processo de avaliação psicológica quanto na sua produção documental, resultando em falhas consideráveis no que tange a questão ética, que observadamente repercute em inúmeras punições, além da perda de credibilidade dessa ciência junto à sociedade civil e jurídica. (CAITANO; ALVES; SCHIAVON, 2013, p. 389)

Na prática profissional muitos são os entraves, tanto burocráticos quanto técnicos, no que tange à atuação do psicólogo no âmbito jurídico. Nossa formação é generalista, de caráter informativo, dessa forma não dá suporte necessário à complexidade da demanda judicial do sistema prisional. Mesmo que todo profissional psicólogo seja habilitado para essa atuação, não necessariamente está apto a essa função após a conclusão da graduação (CAITANO; ALVES; SCHIAVON, 2013).

Nesse sentido, ainda segundo os autores, temos dois cenários a serem considerados: o primeiro envolve profissionais que, frente ao despreparo, negam-se a prestar serviços; e segundo, há profissionais que negligenciam a ética e executam o trabalho inadequadamente, prejudicando a imagem da Ciência Psicológica. Seria necessário olhar para essa área de forma ampliada, pois a atuação do psicólogo no sistema prisional não se limita a avaliação como foco do seu trabalho. O psicólogo deve ter a liberdade para promover transformações e

adaptações objetivando a humanização de sua práxis, pois dispõe de conhecimento e sensibilidade necessários para a realização dessas alterações (CAITANO; ALVES; SCHIAVON, 2013).

Nesse campo é possível notar o papel do psicólogo como avaliador, elaborando psicodiagnósticos desde o surgimento da Psicologia Jurídica. Com isso, a área se mantém como um forte campo de exercício profissional. Mas muitas outras são as possibilidades de atuação, até mesmo com demandas crescentes, como é o caso de acompanhamentos, orientações familiares, participações em políticas de cidadania, combate à violência, participação em audiências, entre outros. Essas possibilidades de atuação ampliam o olhar para a atuação do psicólogo e sua inserção no âmbito jurídico, exigindo constante atualização dos profissionais envolvidos na área (LAGO et al., 2009).

Um dos maiores desafios dessa área é não ficarmos restritos aos conhecimentos da Psicologia, pois existe a necessidade de conhecer determinadas terminologias da área jurídica, além de ser importante e fundamental o trabalho interdisciplinar, junto a advogados, juízes, promotores, assistentes sociais, em busca do redimensionamento da compreensão do agir humano, levando em consideração os aspectos comportamentais, afetivos e legais.

Cabe ressaltar que o psicólogo não deve e não vai deixar de realizar psicodiagnósticos, até porque essa é uma prática privativa da profissão, porém deve enfrentar e estar disponível para novas possibilidades de trabalho, expandindo seus horizontes para novos desafios que têm se apresentado nesse campo (LAGO et al., 2009).



Assimile

Quando falamos de atuação no sistema prisional, estamos nos referindo à Psicologia Jurídica – essa terminologia abarca muitas possibilidades de atuação. Lago et al. (2009) chama atenção para a necessidade de ampliar o espaço para discussão dessa área no ambiente acadêmico, criar disciplinas e promoção de encontros nos quais se busque suprir a carência existente nos currículos dos cursos de Psicologia e ampliar a área de pesquisa, visando à produção de obras científicas que considerem os diferentes campos em que a Psicologia Jurídica atua e contribui.

Esperamos que você tenha achado o tema pertinente e tenha compreendido como é necessário falar cada vez mais a respeito dessa

área na sua formação. Esperamos que o conteúdo percorrido nesta seção ajude você em seus novos conhecimentos e na sua formação profissional, além de deixá-lo curioso para pesquisar cada vez mais. Encerramos este livro, mas tantos outros virão. Bons estudos, sempre!

Sem medo de errar

Vamos retomar a história de Bárbara, voluntária no Conselho de Direitos Humanos da cidade onde mora. Bárbara e seus amigos precisam pensar em uma ação para apresentar em um congresso. Como seu interesse é com a temática Psicologia e sistema prisional, ela quis se aprofundar nos desafios e perspectivas da atuação nesse campo de trabalho. Para subsidiar seu trabalho para o congresso, ela decidiu focar o exame criminológico do sistema prisional em sua pesquisa e apresentação. Para tanto precisa compreender o que é avaliação e o que significa esse exame. O que deve ser considerado para a compreensão do uso desse exame? Sua ação será junto aos conselheiros, então ela precisa pensar em uma estratégia de atuação para apresentar informações sobre o exame e sua aplicação, para depois escrever o resumo de sua comunicação oral para o congresso.

Bárbara compreendeu que o sistema prisional no Brasil precisa de reformas, e isso é urgente, considerando as demandas que se apresentam socialmente a todos os envolvidos. Entendeu que, para essa área, várias são as possibilidades de atuação e que ela não precisa focar o exame criminológico, como ela pensava. Deu-se conta, portanto, de que seu tema é controverso no campo, pois por um lado é entendido como a única forma de atuação do psicólogo na área, já que teve sua história construída a partir de uma parte privativa da ação do psicólogo, mas por outro lado existem muitas críticas, até mesmo do Conselho de Psicologia ao limitar a atuação apenas aos exames. Realizar o exame em um contexto para contribuir com o sujeito é o nosso papel, mas realizá-lo como ferramentas para criminalizar e classificar as pessoas infringe o Código de Ética do psicólogo. Em seu trabalho, ela vai falar um pouco da história da Psicologia e o sistema prisional, destacando que nos envolvemos na área para classificar, porém, com o passar dos anos, pesquisas, avanços e consolidação profissional, foi possível verificar o quanto o papel do psicólogo pode ser ampliado, atuando em várias frentes e públicos relacionados ao sistema prisional. Quando Bárbara fez sua atividade junto ao Conselho, ela construiu o seguinte fio

condutor para a discussão: 1. Apresentou brevemente sobre a história da Psicologia com o sistema prisional; 2. Apresentou o que seria o exame criminológico; 3. Apresentou as polêmicas e os encaminhamentos quanto à Resolução CFP nº 12/2011.

Para a construção da comunicação oral, Bárbara precisa, além do fio condutor apresentado, considerar o formato solicitado para o congresso e concluir o relato de sua experiência com a temática em sua atuação junto ao Conselho.

Para a comunicação oral, ela deve pensar que tem toda a informação necessária para a apresentação, pois, além de ter estudado, trata-se de sua experiência. Ela deve considerar sua exposição e o tempo que terá (normalmente são 10 minutos), fazer um sumário do que irá ajudar o público a ficar atento à sua fala e contar sua história com uma linha lógica, transmitindo as ideias essenciais de forma simples.

Faça valer a pena

1. A Resolução CFP nº 12/2011 foi suspensa pelo setor jurídico-legal, e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) manifestou-se sobre essa suspensão.

Sobre a resolução e a manifestação do CFP, assinale a alternativa correta:

- a) Considera a necessidade de se negar qualquer tipo de interferência sobre a atuação profissional do psicólogo, desamparado pela ética.
- b) Considera que o sistema jurídico-legal não extrapola, garantindo seu poder e suas funções, interferindo diretamente nas questões técnicas, éticas e políticas na área da Psicologia.
- c) Considera como necessária a afirmação de que a Psicologia enquanto ciência e profissão, orientada pelos seus referenciais teóricos, metodológicos e técnicos, não deve ter interferência de outras esferas.
- d) Entende que a Resolução nº 12/2011 incentiva o psicólogo que atua nos estabelecimentos prisionais a elaborar prognóstico criminológico de reincidência.
- e) Considera a defesa de uma suposta prática das ciências psicológicas, a saber, o “exame criminológico”, que não pode ser considerada uma prática privativa da Psicologia.

2. Em item Princípios Fundamentais I do Código de Ética da Profissão de Psicólogo (a):

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade, e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (CFP, 2005, p. 7)



Considerando esse princípio, leia e avalie as afirmações a seguir:

I – Realizar exame criminológico, classificatório para manutenção do sistema prisional, não infringe o código de ética.

II – O psicólogo deve atuar em parceria com o direito, visando impedir a discussão sobre a reforma do sistema prisional.

III – Ao psicólogo é vedado atuar, desconsiderando liberdade, dignidade, igualdade e a integridade de todo e qualquer cidadão.

Assinale a alternativa correta considerando o Código de Ética:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas a afirmação II está correta.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

3. Sobre sistema prisional, marque (V) verdadeiro ou (F) falso:

() A reforma do sistema prisional é um tema urgente, como a reforma psiquiátrica em outro momento.

() Devemos fechar os olhos diante dos problemas sociais. O que em outro momento serviu de solução, agora precisa ser solucionado.

() A avaliação psicológica do cidadão que descumpriu regras de conduta social, amparado na legislação vigente, faz-se indispensável à prática da sentença.

() A prática de avaliação precisa focar o chamado exame criminológico, que vê o sujeito como uma fotografia, e não da forma complexa que caracteriza os sujeitos.

() As mudanças nos artigos das referências técnicas do psicólogo foram se transformando na tentativa de desamparar o profissional em sua prática.

Assinale a alternativa correta:

- a) V – V – V – F – F
- b) F – V – V – F – V
- c) F – F – V – V – F
- d) V – F – V – F – F
- e) F – V – F – V – V

Referências

- ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n11/02.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras (es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BORGES, K. **Terapia afirmativa**: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais. São Paulo: GLS, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&tr=êid=FGHl8uvkP4UC&oi=fnd&pg=PA1&dq=terapia+afirmativa&ots=GZBPe7qq6y&sig=hkid8frEaHj1tazhnnSL4IRuRiQ#v=onepage&q=terapia%20afirmativa&f=false>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso: 13/11/2023.
- BUARQUE, C. O que será (à flor da pele). In: _____. **Meus caros amigos**. Brasília: Phonogram/Philips, 1976. Disponível em: http://www.mpbnet.com.br/musicos/chico.buarque/letras/o_que_sera_pele.htm. Acesso em: 24 jul. 2018.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CAITANO, A. F.; ALVES, T. S.; SCHIAVON, G. C. O sistema prisional e o papel da Psicologia: diversos olhares, um ponto de vista. **Revista Técnico Científica do IFSC**, v. 1, n. 5, p. 383, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/1267/815>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade** / Leandro Colling. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook_%20Genero_e_Sexualidade_na_Atualidade_UFBA.pdf. Acesso em: 13/11/2023.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 1/1999**, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. **Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no sistema prisional**. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/11/AF_Sistema_Prisional-11.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. **O trabalho do psicólogo no sistema prisional**. Publicado em: 12 abr. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yfo2gOW_5EE. Acesso em: 31 jul. 2018.

_____. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017**. Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federa. Brasília DF: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. Disponível em: http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

CONTE, M. et al. Redução de danos e saúde mental na perspectiva da atenção básica. **Boletim da Saúde**, v. 18, n. 1, p. 59-76, 2004. Disponível em <http://www.crp.org.br/upload/educacao/arquivo27.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

CORMIER-OTAÑO, O.; DAVIES, D. **A terapia da diversidade gênero sexual (TDGS)**. 2012. Disponível em: http://www.pinktherapy.com/portals/0/downloadables/Translations/P_GSDT.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

CRUZ, M. S.; FERREIRA, S. M. B. A rede de saúde na assistência para pessoas com dependência de álcool e outras drogas: das UBS e CAPS-AD aos hospitais gerais e hospitais psiquiátricos. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Modalidades de tratamento e encaminhamento**: módulo 6. 7. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. 152 p. – (SUPERA: Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento / coordenação [da] 7. ed. Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni). Disponível em: https://www.supera.senad.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/SUP7_Mod6.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

CUNHA, J. A. Fundamentos do psicodiagnóstico. In: CUNHA, J. A. et al. **Psicodiagnóstico – R**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

DIAS, M. B. **Adoção homoafetiva**. 2004. Disponível em: http://berenicdias.com.br/uploads/6_-_ado%C3%A7%C3%A3o_homoafetiva.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. A família homoafetiva e seus direitos. **Revista do Advogado**, n. 91, p. 103, 2007. Disponível em: http://mariaberenice.com.br/uploads/45_-_a_fam%EDlia_homoafetiva_e_seus_direitos.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Família homoafetiva. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 2, n. 3,

2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2282>. Acesso em: 18 jul. 2018.

DINIS, N. F. Revisitando o binômio sexo-gênero. **Revista Artemis**, v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/16643>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FACCHINI, R. Histórico da luta de LGBT no Brasil (10 - 19) In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. Disponível em: http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

FONSÊCA, C. J. B. Conhecendo a redução de danos enquanto uma proposta ética. **Psicologia & Saberes**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/viewFile/42/21>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FRANÇA, F.; PACHECO, P.; OLIVEIRA, R. T. (Orgs.). **O trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: problematizações, ética e orientações**. Brasília: CFP, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/O-trabalho-do-psicologo-grafica-web1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 52, n. 5, set./out. 2003, p. 329-396. Disponível em: <http://psiquiatriabh.com.br/wp/wp-content/uploads/2015/01/Redu%C3%A7%C3%A3o-dedanos-em-psiquiatria.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

LAGO, V. M. et al. Um breve histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia [online]**, v. 26, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=395335793009>. Acesso em: 21 jul. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n3/v33n3a06.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MACRAE, E.; GORGULHO, M. Redução de danos e tratamento de substituição posicionamento da Reduc (Rede Brasileira de Redução de Danos). **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 52, set.-out. 2003, pp. 371-374. Disponível em: http://www.neip.info/downloads/t_edw8.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

MISKOLCI, R. (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

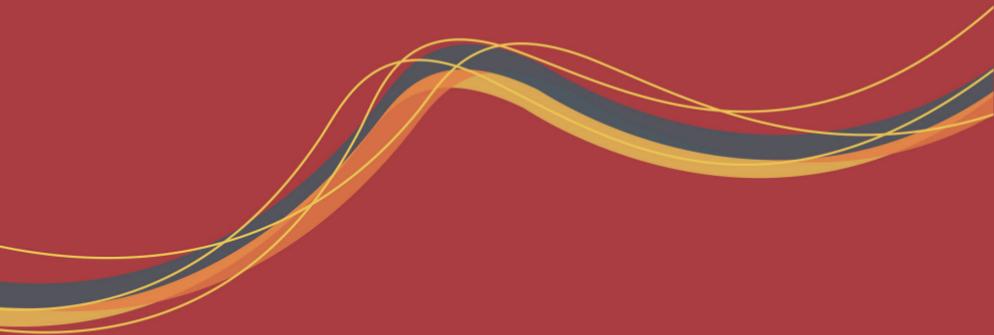
MUDA MUNDO. Consultório na Rua: equipe multiprofissional em prol da saúde da população de rua. Duração: 12m30s. Publicado em: 3 nov. 2016. Disponível em: <https://youtu.be/lb0tkWXQmgA>. Acesso em: 18 jul. 2018. **(Vídeo do Youtube)**

OLIVEIRA, R. F.; ANDRADE, L. O. M.; GOYA, N. Acesso e integralidade: a compreensão dos usuários de uma rede de saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 3069-

- 3078, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2012.v17n11/3069-3078/pt/#ModalArticles>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- PEREIRA NETO, E. F.; RAMOS, M. Z.; SILVEIRA, E. M. C. Configurações familiares e implicações para o trabalho em saúde da criança em nível hospitalar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 961-979, jul.-set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2016.v26n3/961-979/pt/>. Acesso em 18 jul. 2018.
- PIO, C. Sistema prisional e Psicologia: inúmeros desafios. **Psicologia.com.pt**, 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13121-13122-1-PB.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2018.
- PONTES, A. F. **Sexualidade**: vamos conversar sobre isso? Promoção do desenvolvimento psicossocial na adolescência: implementação e avaliação de um programa de intervenção em meio escolar. Dissertação (Doutorado em Ciências de Saúde Mental) – Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/24432/2/Sexualidade%20vamos%20conversar%20sobre%20isso.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- SANTOS, P. R. A despatologização da orientação sexual: o papel da Resolução 01/99 e o enfrentamento da homofobia. p. 69-75. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SC. **ABC da redução de danos**. Diretoria de Vigilância Epidemiológica. Florianópolis: SES, 2010. Disponível em: http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/publicacoes/livros_artigos/ABC_Reducacao_de_Danos_2010.pdf. Acesso em: 17 jul. 2018.
- SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.
- SEXUALIDADE. In: MICHAELIS - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2018. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sexualidade/>. Acesso em: 12 set. 2018.
- SILVA, F. P.; FRAZÃO, I. S.; LINHARES, F. M. P. Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. **Cadernos de Saúde Pública**, 2014, v. 30, n. 4, pp. 805-814. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n4/0102-311X-csp-30-4-0805.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- SIQUEIRA, D. Construindo a descriminalização... p.65-70. In: SANTOS, L. M. B. (Org.). **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas**. Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010. 192 p. Disponível em: http://www.cprs.org.br/upload/files_publications/arquivo48.pdf#page=66. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. **A política de redução de danos no Brasil e os direitos fundamentais do homem.** 23 jan. 2013. Entrevistador: (En)Cena. Disponível em: <http://encenasaudemental.net/comportamento/entrevista/a-politica-de-reducao-de-danos-no-brasil-e-os-direitos-fundamentais-do-homem/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; MIELKE, F. B. Vínculos e redes sociais de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas sob tratamento em CAPS AD. **SMAD - Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 1-17, feb. 2006. ISSN 1806-6976. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38631/41478>. Acesso em: 13 jul. 2018.



ISBN 978-85-522-1183-9



9 788552 211839 >